UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

Jacqueline Ferreira dos Santos

Apadrinhamento Afetivo:
contribuições na interface entre a Psicologia e o Direito

São Paulo

2021

JACQUELINE FERREIRA DOS SANTOS

Apadrinhamento afetivo:

contribuições na interface entre a Psicologia e o Direito

Versão corrigida

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Área de Concentração: Psicologia Clínica

Orientadora: Profa. Dra. Isabel Cristina Gomes

São Paulo

2021

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTES
TRABALHOS, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA
FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Ferreira dos Santos, Jacqueline

Apadrinhamento afetivo: contribuições na interface entre a Psicologia e o Direito
/ Jacqueline Ferreira dos Santos; orientadora Isabel Cristina Gomes. -- São Paulo,
2021.

f.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica) --
Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2021.

1. Apadrinhamento Afetivo. 2. Políticas Públicas. 3. Crianças Abridadas. 4.
Estatuto da Criança e do Adolescente. 5. Adoção (criança). I. Gomes, Isabel Cristina,
orient. II. Título.

SANTOS, J. F. **Apadrinhamento afetivo**: contribuições na interface entre a Psicologia e o Direito. 2021. 119f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

Aprovada em: 06 de Agosto de 2021.

Banca Examinadora

Profa. Dra. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Profa. Dra. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Profa. Dra. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Ao meu filho Eduardo, que me inspira a buscar a transformação deste mundo para todas as crianças.

AGRADECIMENTOS

Ao Universo, que com sua generosidade me enviou inúmeros mentores ao longo da vida, alguns deles na forma de crianças e adolescentes. Em especial aos meus sobrinhos Cristian, Pietro e Marina e à minha afilhada Melissa, que me ensinaram a força do amor fora do vínculo de filiação.

Agradeço carinhosamente à minha orientadora Dra. Isabel Cristina Gomes, por sua postura acolhedora e seus conhecimentos, sua abertura e incentivo à minha autonomia.

Agradeço também ao Instituto de Psicologia da USP, por ter recebido a minha pesquisa e em especial à Cláudia Rocha, por seu apoio durante todo o percurso da pós-graduação, sempre com um sorriso no rosto.

Agradeço a todos os alunos da Graduação que participaram do Grupo Reflexivo de Preparação à Adoção, que me encheram de esperança e orgulho com relação ao futuro da nossa profissão: Bruno Bones, Tina Chaim, Giovanna Bittencourt, Ingrid Alves, Rafael Lima, Lalesca Pires e Beatriz Perez.

Aos colegas da Pós-graduação, agradeço ao apoio nas reuniões de orientação, sobretudo às contribuições de Mario Tombolato, na reta final do projeto. Às parceiras de percurso Ana Clara Fusaro Rodrigues, Paula Puertas Beltrame e Michelle Zompero: agradeço pela amizade, pelo apoio, pela partilha e contribuições dos temas afins, que abriram inúmeros caminhos de investigação.

Às eternas meninas do Setor Técnico de Pindamonhangaba: Angela Sampaio, Madô Santos, Ieda Rosa e Rosana Rodrigues, por sua generosidade na partilha dos saberes, pelo profissionalismo inspirador, a amizade e as deliciosas risadas, que fizeram meus dias de aprendiz mais leves.

Aos amigos-irmãos Anamaria Vaz, Eduardo Ferraz, Sara Salomão e Fernanda Dourado pelos incentivos e torcidas e em especial a Taís Pereira pela sua atenta leitura do texto e comentários “filosóficos”.

Agradeço também à Dayse Bernardi, que através de suas supervisões me fez crescer como profissional e mulher. Também à Maiana Rapaport e à Arianne Angelelli, pelo amparo afetivo que prestaram à mãe que estava nascendo durante a escrita desta dissertação.

Aos meus pais pela vida, por suas ações de cuidado e apoio ao longo de todos estes anos, e por terem me dado colo de novo no meu puerpério, viabilizando a continuidade deste projeto.

Ao meu amado Kenji por ter pacientemente tolerado minhas ausências para a escrita desta dissertação. Agradeço por todo o cuidado, amparo e proteção, sem os quais não teria sido possível dar continuidade a este projeto. E agradeço por ter se tornado um pai tão maravilhoso, com quem nosso filho pôde contar em todas as horas. Ah, e as barras de chocolate ao leite nas madrugadas sem fim! Por fim, agradeço a meu filho Dudu, que revolucionou meu modo de ver a vida.

RESUMO

SANTOS, J.F. **Apadrinhamento afetivo**: contribuições na interface entre a Psicologia e o Direito. 2021. 119f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

O Apadrinhamento é uma prática de incentivo à convivência familiar e comunitária e foi inserido no Estatuto da Criança e do Adolescente a partir da Lei 13.509 de 2017. Busca-se o desenvolvimento de uma relação entre voluntários da sociedade civil e crianças/adolescentes em medida de acolhimento institucional, sobretudo ao grupo com remotas chances de retorno à família de origem e sem perspectiva de colocação em família substituta. Há três principais modalidades de apadrinhamento: (1) afetivo, (2) financeiro e (3) profissional, a depender da relação desenvolvida entre padrinhos e apadrinhados. Os aspectos do apadrinhamento afetivo e a premência de intervenção psicossocial em sua execução, fazem dele nosso principal objeto de análise, por envolverem relações a serem desenvolvidas entre crianças ou adolescentes e voluntários. A presente pesquisa teve como objetivo traçar uma ampla caracterização das práticas de Apadrinhamento em todo o território nacional, a partir de uma pesquisa documental seguida de uma análise crítica. Como objetivos específicos, buscamos descrever, analisar e discutir o percurso da criação da Lei 13.509 e seus efeitos ao direito de convivência familiar, as relações entre Apadrinhamento afetivo e adoção, bem como os contornos da atuação do(a) psicólogo(a) e algumas contribuições da psicanálise à compreensão das práticas de apadrinhamento. O estudo indicou que há uma diversidade de práticas e discursos sobre o apadrinhamento em todo o país, destacando-se ainda algumas contradições e reminiscências do “menorismo”, orientações e delimitações da prática de apadrinhamento que puderam contribuir para a aumentar compreensão do campo. O debate em torno da proibição de participação dos habilitados à adoção nos programas de apadrinhamento, remeteu-nos à querela da adoção salvífica indicando que prossegue uma ênfase na adoção como a melhor forma de garantir convivência familiar. Por fim, discutimos a perspectiva da proibição de participação dos pretendentes habilitados nos processos de apadrinhamento, relacionando-a ao texto “A negativa” em Freud (2012: 1925). A presente investigação indicou que o apadrinhamento afetivo tem se desenvolvido em torno de sua negatividade com relação à adoção e à família de origem, por estar circunscrito ao espaço entre estas duas formas de pertencer que são apresentadas como as almejadas como desfechos favoráveis do acolhimento institucional. Ponderamos a necessidade de repensar o valor dos vínculos de pertencimento estruturantes fora da relação de filiação para que o apadrinhamento alcance seus objetivos de promoção da convivência familiar e comunitária.

Palavras-chave: Apadrinhamento afetivo. Estatuto da Criança e do Adolescente. Adoção (criança). Crianças abrigadas. Políticas públicas.

ABSTRACT

SANTOS, J.F. **Mentoring for Young people in Care**: contributions at the interface between psychology and law. 2021. 119p. Dissertation (Master in Clinical Psychology) - Institute of Psychology, University of São Paulo, São Paulo, 2021.

Mentoring for Young people in Care is a practice to promote family and community living experience and was inserted in the Brazilian Statute of Children and Adolescents through Law 13.509 of 2017. The aim is to develop a relationship between volunteers from society and children/adolescents that are living in Institutional Care, especially to the group with remote chances of returning to the family of origin and with no prospect of placement in a substitute family by adoption. There are three main types of mentoring: (1) affective, (2) financial (3) professional, depending on the relationship developed between mentors and mentees. The aspects of “affective” modality and the urgency of psychosocial intervention in its execution, make it our main object of analysis, as it involves relationships to be developed between children and adolescents and volunteers. The present research had as a goal an ample characterization of Mentoring for Young people in Care practices in Brazilian territory, from a documentary research followed by a critical analysis. As specific goals, we sought to describe, analyze and discuss the path to Law 13.509 approval and its effects on the right to family life; the relationships between Mentoring for Young people in Care and Adoption; as well as the outlines of the psychologist's performance and some contributions of psychoanalysis to the understanding of Mentoring for Young people in Care practices. The study indicated that there is a diversity of practices and discourses about Mentoring for Young people in Care throughout the national territory, highlighting some contradictions and reminiscences from old legislations; guidelines and delimitations to the practice that could contribute to increase the understanding of the field. The debate over the prohibition of participation of those qualified for Adoption in those programs, referred us to the complaint of “salvific adoption”, indicating the existence of an emphasis in the adoption as the best path to guarantee family life for institutionalized children. Finally, we discussed the perspective of the prohibition of the participation of adoption eligible candidates, relating it to the negative in Freud (2012:1925). The present investigation indicated that Mentoring for Young people in Care in Brazil has been developed around its negativity in relation to adoption and the family of origin, as it is circumscribed to the gap between these two forms of belonging that are presented as those desired as favorable outcomes of the Care experience. We consider the need to rethink the value of the structuring belonging bonds outside the affiliation relationship so that Mentoring for Young people in Care reaches its goals of promoting family and community experience.

Keywords: Mentoring for Young people in Care. Brazilian Statute of Children and Adolescents. Adoption (Children). Sheltered Children. Public Policies.

RESUMEN

SANTOS, J.F. **Padrinazgo afectivo**: contribuciones en la interfaz entre la Psicología y el Derecho. 2021. 118f. Disertación (Maestría en Psicología Clínica) - Instituto de Psicología, Universidad de São Paulo, São Paulo, 2021.

El Padrinazgo es una práctica de incentivación a la convivencia familiar y comunitaria y fue inserido en el Estatuto del Infante y del Adolescente a partir de la Ley 13.509 de 2017. Buscase el desarrollo de una relación entre los voluntarios de la sociedad civil y niños/adolescentes en medida de protección institucional, sobre todo al grupo con remotas posibilidades de regreso a la familia de origen y sin perspectiva de colocación en familia sustituta. Hay tres principales modalidades de padrinazgo: (1) afectivo, (2) financiero y (3) profesional, a depender de la relación desarrollada entre los padrinos y apadrinados. Los aspectos del padrinazgo afectivo y la urgencia de intervención psicosocial en su ejecución hacen de lo mismo nuestro principal objeto de análisis, por involucrar relaciones que deben ser desarrolladas entre los niños o adolescentes y voluntarios. La presente pesquisa tuvo como objetivo trazar una amplia caracterización de las prácticas del Padrinazgo en todo el territorio nacional, a partir de una pesquisa documental seguida de un análisis crítico. Como objetivos específicos, buscamos describir, analizar y discutir el curso de la creación de la Ley 13.509 y sus efectos al derecho de convivencia familiar, las relaciones entre Padrinazgo afectivo y adopción, bien como los contornos de la actuación del psicólogo y algunas contribuciones del psicoanálisis a la comprensión de las prácticas del padrinazgo. El estudio indicó que hay una diversidad de prácticas y discursos sobre el padrinazgo en todo el país, destacándose algunas contradicciones y reminiscencias del “menorismo”, orientaciones y limitaciones de la práctica del padrinazgo que pudieron contribuir para aumentar la comprensión del campo. El debate alrededor de la prohibición de la participación de los habilitados a la adopción en los programas de padrinazgo nos remitió al concepto de adopción salvífica, indicando que persiste un énfasis en la adopción como la mejor forma de garantizar la convivencia familiar. Por fin, discutimos la perspectiva de la prohibición de la participación de los pretendientes habilitados en los procesos de padrinazgo, relacionando la misma al texto “La negativa” en Freud (2012: 1925). La presente investigación indicó que el padrinazgo afectivo ha sido desarrollado alrededor de su negatividad con relación a la adopción y a la familia de origen, por estar circunscrito al espacio entre las dos formas de pertenecer que son presentadas como las deseadas como fines favorables de la protección institucional. Ponderamos la necesidad de repensar el valor de los vínculos del pertenecer estructurante fuera de la relación de filiación para que el padrinazgo alcance sus objetivos de promoción de la convivencia familiar y comunitaria.

Palabras-clave: Padrinazgo afectivo. Estatuto del Infante y del Adolescente. Adopción (niño). Niños abrigados. Políticas públicas.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

(na ordem de aparição no texto)

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

PNAS – Plano Nacional de Assistência Social

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

PNCFC – Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária

AI-5 – Ato institucional nº 5 de 1968 ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

SDG – Sistema de Garantia de Direitos

TJSP – Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

TJMS – Tribunal de Justiça do Estado Mato Grosso do Sul

TJES - Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo

TJRJ - Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

ONG – Organização Não Governamental

IAL – Instituto Amigos de Lucas

IFH – Instituto Fazendo História

TJAC – Tribunal de Justiça do Estado do Acre

TJBA – Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

SNA – Sistema Nacional de Adoção

ANGAAD – Associação Nacional de Grupos de Apoio à Adoção

CF – Constituição Federal de 1988

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

CMM – Código de Mello Matos

CM – Código de Menores

TJAL – Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas

CGJ-PR – Corregedoria Geral de Justiça do Paraná

ENCOGE - Encontro do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil

GAAs – Grupos de Apoio à Adoção

SAICAs- Serviços de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes

PUC/SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

CFP – Conselho Federal de Psicologia

TJRN – Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte

TJRS – Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul

TJRO- Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

TJRR – Tribunal de Justiça do Estado de Roraima

TJSC – Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-Graduação ou Graduação

TJSE – Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

TJTO – Tribunal de Justiça do Estado de Tocantins

PLS – Projeto de Lei do Senado

PL – Projeto de Lei

DOU – Diário Oficial da União

TJGO – Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

TJPE – Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

CEJAI/RN – Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional do Estado do Rio Grande do Norte

VIIJ – Vara de Infância e Juventude

LISTA DE ILUSTRAÇÕES E TABELAS

Figura 1- Ilustração do Sistema de Garantias de Direitos – p. 31

Figura 2 - Logo de divulgação em campanha de apadrinhamento do Estado de Minas Gerais – p.81

Figura 3- Impressão de tela do Site institucional do Programa Apadrinhar – p.84

Gráfico 1- Resultados da busca nos dados estatísticos do SNA para crianças acolhidas com idade acima dos 9 anos – p. 37

Gráfico 2- Resultados da busca nos dados estatísticos do SNA para o tempo de acolhimento das crianças acima dos 9 anos- p. 37

Tabela 1 – Programas de apadrinhamento obtidos através do levantamento - pp.58-60

Tabela 2 – Documentos consultados por Estado, com referência – pp. 61-63

Tabela 3 – Critérios de idade para apadrinhamento afetivo – pp. 64-65

Tabela 4 – Documentações mínimas exigidas por tipo de apadrinhamento – p. 67

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 APADRINHAMENTOS, UMA APROXIMAÇÃO DO CONCEITO.....	18
1.1 Apadrinhamento financeiro ou material.....	19
1.2 Apadrinhamento de prestadores de serviços	20
1.3 Apadrinhamento afetivo	21
1.4 Apadrinhamento cristão	23
2 O PARADIGMA DA INFÂNCIA EM TRANSFORMAÇÃO	26
2.1 Do filho e do menor, à criança	26
2.2 Um breve histórico das práticas de assistência à criança afastada da família no Brasil	30
2.3 Convivência familiar e comunitária: um direito fundamental.....	35
2.4 Famílias acolhedoras e sua relação com o apadrinhamento	36
2.5 Apadrinhamentos, campanhas de incentivo à adoção e busca ativa: estratégias mobilizadoras de adoções necessárias	41
3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	44
3.1 Pesquisas nacionais	44
3.2 Pesquisas internacionais relevantes à discussão	50
4 METODOLOGIA.....	54
4.1 Objetivos	54
4.2 Justificativa e Método	54
5 RESULTADOS	59
5.1 Os programas de Apadrinhamento no contexto nacional	59
5.2 Fluxo de execução dos programas de apadrinhamento	68
5.3 O caminho até a Lei 13.509/2017	73
6 ANÁLISE	80
6.1 O que se espera do apadrinhamento	80
6.2 A querela da adoção salvífica	89
6.3 O “não” no § 2º - Reflexões sobre a restrição aos “habilitados” e algumas contribuições da psicanálise	95
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	102
8 REFERÊNCIAS	106
APÊNDICES	116

INTRODUÇÃO

A partir da atuação como psicóloga judiciária no Tribunal de Justiça de São Paulo tivemos contato com variados casos de crianças e adolescentes que se encontravam em situação processual apta à inclusão em um programa de apadrinhamento afetivo. Algumas destas crianças foram para o acolhimento logo após o nascimento¹, e por lá permaneceram, mesmo em tempos de Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (BRASIL, 1990, 2009, 2017), Plano Nacional de Assistência Social – PNAS (BRASIL, 2004), Sistema Único de Assistência Social - SUAS (BRASIL, 2005) e Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária - PNCFC (BRASIL, 2006). Entre aqueles adolescentes que estiveram institucionalizados durante a maior parte da vida, alguns já haviam sido reinseridos em família de origem ou extensa por algum tempo, mas que sem o êxito esperado retornaram ao acolhimento; outros foram colocados em família substituta e voltaram à instituição após o insucesso da formação de vínculos com a nova família; enquanto outros, ainda, passaram por variadas instituições de acolhimento e foram remanejados por dificuldades de adaptação.

Notávamos que as crianças e os adolescentes que motivaram esta pesquisa, embora não formassem uma família com mesmo sobrenome e consanguinidade, tinham alguns denominadores em comum: a cor da pele podia ser definida como “não branca”, carregavam a marca do desenraizamento e da fragilização dos vínculos familiares que a vida institucional, ao tentar solucionar, acabou por tornar crônico. No imaginário de alguns deles, observávamos, de maneira empírica, a formação de uma ideia defensiva que se aproximava do enunciado “eu não sirvo para fazer parte de uma família”, acompanhada de um desgaste dos investimentos na vida. Além de estarem em acolhimento em virtude de uma medida de proteção, partilhavam um prazo de validade: aos 18 anos, teriam que sair e gerir suas próprias vidas, autônomos financeira e emocionalmente, a despeito de todas as lacunas de desenvolvimento as quais o próprio Estado reconhecesse serem eles “portadores”.

As instituições de acolhimento a que nos referimos nesta introdução, com as quais tivemos contato intenso pela prática cotidiana, poderiam estar localizadas em qualquer lugar deste país, por isso a importância de as pensarmos. Atuamos em Comarcas na Grande São Paulo

¹ Em um dos casos atendidos, a criança, que atualmente é um adolescente de 17 anos, nasceu enquanto a sua mãe, então adolescente, estava em acolhimento institucional. Com a saída da genitora aos 18 anos, o bebê permaneceu acolhido.

e no Vale do Paraíba, algumas das regiões mais ricas e desenvolvidas do país entre os anos de 2014 e 2021, mais de 30 anos depois da criação do ECA. Tratamos de instituições de acolhimento mantidas por prefeituras Municipais com poucos recursos, mas que têm em seu passado a fundação de uma obra de caridade religiosa, levando o nome de benfeitores que cederam o espaço onde as crianças “abandonadas” pudessem morar². Os enredos são compatíveis com a tradição de que os serviços de assistência brasileiros estiveram historicamente associados às obras de caridade de organizações religiosas e apenas recentemente têm sido tratados como política pública que deve ser mantida pelo Estado. Este então, passaria a controlar e regular a qualidade da assistência ofertada, criando mecanismos para que a medida de proteção de afastamento familiar cumprisse seu propósito de oferecer condições de vida mais adequadas às crianças e aos adolescentes, buscando a reintegração à família de origem, em primeiro lugar. Apenas como medida excepcional, a integração em família substituta seria destinada aos casos em que as tentativas de trabalho com a família de origem foram esgotadas, sem possibilidade de retorno da criança ou do adolescente.

Pesquisar sobre uma prática que se insere no campo do Direito da Criança e do Adolescente, lançando mão das lentes da psicanálise ofereceu-nos um desafio adicional: abandonar o lugar de guardião da ordem que se impõe ao psicólogo judiciário, no seu ofício cotidiano. A demanda que nos foi endereçada como categoria técnica dentro da hierarquia judiciária remonta à história da popularização e regulamentação da psicologia no Brasil (COIMBRA, 2004). Este lugar fornece uma falsa coerência interna de que, nada seria mais adequado do que assumir o lugar “psicologizante”, qual seja: aquele olhar do especialista que enfatiza, de modo desproporcional, os aspectos subjetivos das relações estabelecidas entre os atores (famílias, comunidades, profissionais da assistência) em processos de crianças em medida de proteção. O “discurso psicologizante”, dominante nas camadas médias urbanas a partir da década de 70 como reflexo do AI-5, incorpora a dimensão privada mais intimista ao cotidiano, produzindo uma incompatibilidade entre os domínios público e privado e tem como efeito o esvaziamento dos acontecimentos sociais, no qual analisam-se os fenômenos unicamente pelo prisma psicológico (COIMBRA, 2004). Fez-se fundamental retomar um entendimento psicanalítico a partir de autores clássicos da clínica, mas também uma análise compreensiva do cenário em que estas relações se fundaram, para melhor situar nossas reflexões. Permitindo-nos o tempo de consideração, pudemos olhar para aquilo que já nos era familiar de outro ângulo. Em uma pesquisa sobre crianças “em abandono”, foi preciso encontrar

² Lar da Criança Irmã Júlia, Casa da Criança Irma Nonna.

também outros sentidos mais potentes para a palavra abandono: que é aquele direcionado às convicções prévias, propiciador de um afastamento fundamental aos pesquisadores, mesmo àqueles que não têm a pretensão de excluir a subjetividade do processo da pesquisa. A única convicção da qual não nos afastaremos é a de nossa posição ao lado da Declaração Universal dos Direitos da Criança da Assembleia Geral da ONU de 1959 (MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, s/d), da Constituição Democrática (BRASIL, 1988) e do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990).

Iniciamos nossa exposição com uma aproximação do termo Apadrinhamento, a partir da Lei 13.509, que deu causa à inclusão da prática no ECA no ano de 2017. Fizemos a distinção entre as modalidades de apadrinhamento, evidenciando alguns aspectos do apadrinhamento afetivo que fazem dele nosso principal objeto de análise. Em seguida, realizamos uma retomada histórica das práticas de cuidado à infância pobre no Brasil, contextualizando os embates subjacentes à plena implementação do que foi pactuado no ECA em 1990. Nesta seção, procuramos também apresentar o quadro de referência conceitual em que se insere o apadrinhamento como prática de convivência familiar, no contexto das políticas públicas e mecanismos de promoção de adoções necessárias. Em prosseguimento, apresentamos os referenciais bibliográficos produzidos sobre o apadrinhamento afetivo nacional, a partir do levantamento realizado nas bases de dados nacionais. Por tratarmos de uma prática circunscrita ao nosso território, a pesquisa de dados internacionais foi direcionada por critérios de similaridade anteriormente levantados em outras pesquisas para oferecer fundamentação teórica às práticas nacionais, guardadas as devidas ressalvas de replicação dos achados.

Em seguida à descrição metodológica da coleta de dados e o detalhamento dos objetivos da pesquisa, passamos à apresentação dos dados obtidos. Em primeiro lugar, apresentamos um levantamento dos programas de apadrinhamento em território nacional, com a amostra de ao menos uma iniciativa por Estado. Para cada um dos programas foram identificados e referenciados os documentos utilizados para a posterior análise. Em seguida, apresentamos de forma detalhada os dados levantados quanto ao fluxo de execução do apadrinhamento, ressaltando a semelhança com o rito da adoção e a participação central da autoridade judiciária em todo o andamento da política pública de convivência familiar. Por último, foi descrito o percurso de aprovação da Lei 13.509/2017, detalhando os debates em torno da adoção tardia que permearam a tramitação.

Na análise dos dados, iniciamos nossa incursão pela diversidade de práticas e discursos sobre o apadrinhamento em todo o território nacional, destacando algumas das normativas que

explicitam contradições e reminiscências do menorismo, orientações e delimitações da prática de apadrinhamento que puderam contribuir para a aumentar a compreensão do campo. Posteriormente, nos detivemos no debate em torno da proibição de participação dos habilitados à adoção nos programas de apadrinhamento, remetendo-nos à querela da adoção salvífica para indicar a ênfase na adoção como a melhor forma de garantir convivência familiar. Por fim, apresentamos uma formulação quanto à perspectiva da proibição de participação dos pretendentes habilitados nos processos de apadrinhamento, relacionando-a ao texto “A negativa” de Freud (2012: 1925).

As considerações finais retomam o percurso indicando que o apadrinhamento afetivo tem se desenvolvido em torno de sua negatividade com relação à adoção e à família de origem, por estar circunscrito ao espaço entre estas duas formas de pertencimento que são apresentadas como desfechos favoráveis almejados frente ao acolhimento institucional. Ponderamos a necessidade de repensar a perspectiva dos vínculos de pertencimento estruturantes fora da relação de filiação para que o apadrinhamento alcance seus objetivos de promoção da convivência familiar e comunitária.

1 APADRINHAMENTOS, UMA APROXIMAÇÃO DO CONCEITO

O Apadrinhamento é uma modalidade relacional voluntária em que um indivíduo ou empresa se candidata a oferecer apoio a uma criança ou um adolescente que está sob a tutela do Estado, com ênfase ao grupo que está em medida de proteção de acolhimento em abrigo institucional.

A partir de experiências consideradas exitosas e amplamente divulgadas dentro da comunidade judiciária e na mídia aberta, as práticas de apadrinhamento chegaram ao legislativo por meio de projetos de lei. Estes exaltavam os benefícios de inclui-las como parte integrante do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), alçando-as ao patamar de política pública. Desde meados dos anos 2000, tais programas se multiplicaram no país com diferentes metodologias e objetivos, e foram reconhecidos oficialmente na legislação no ano de 2017, em artigo cujo inteiro teor segue abaixo:

Art. 19-B. A criança e o adolescente em programa de acolhimento institucional ou familiar poderão participar de programa de apadrinhamento.

§ 1º O apadrinhamento consiste em estabelecer e proporcionar à criança e ao adolescente vínculos externos à instituição para fins de convivência familiar e comunitária de colaboração com o seu desenvolvimento nos aspectos social, moral, físico, cognitivo, educacional e financeiro. (Redação dada pela Lei 13. 509 de 22 de novembro de 2017).

§ 2º Podem ser padrinhos ou madrinhas pessoas maiores de 18 (dezoito) anos não inscritas nos cadastros de adoção, desde que cumpram os requisitos exigidos pelo programa de apadrinhamento de que fazem parte. (Incluído pela Lei nº 13.509, de 2017)

§ 3º Pessoas jurídicas podem apadrinhar criança ou adolescente a fim de colaborar para o seu desenvolvimento. (Incluído pela Lei nº 13.509, de 2017)

§ 4º O perfil da criança ou do adolescente a ser apadrinhado será definido no âmbito de cada programa de apadrinhamento, com prioridade para crianças ou adolescentes com remota possibilidade de reinserção familiar ou colocação em família adotiva. (Incluído pela Lei nº 13.509, de 2017)

§ 5º Os programas ou serviços de apadrinhamento apoiados pela Justiça da Infância e da Juventude poderão ser executados por órgãos públicos ou por organizações da sociedade civil. (Incluído pela Lei nº 13.509, de 2017)

§ 6º Se ocorrer violação das regras de apadrinhamento, os responsáveis pelo programa e pelos serviços de acolhimento deverão imediatamente notificar a autoridade judiciária competente. (Incluído pela Lei nº 13.509, de 2017) (BRASIL, 1990;2017)

Tal reconhecimento aponta que o apadrinhamento tem se desenvolvido como uma forma de convivência familiar e comunitária que terá cada vez mais importância e precisará ser compreendido em suas particularidades por todos os profissionais que atuam no Sistema de Garantia de Direitos (SDG). Haverá ainda, uma crescente demanda pela qualificação e

regulação destas práticas, que, por terem relação íntima com o desenvolvimento afetivo de crianças e de adolescentes vulneráveis, precisará ser cuidadosamente acompanhada e compreendida do ponto de vista técnico psicológico.

Atualmente, observamos a existência de uma categorização dos apadrinhamentos, de acordo com o enfoque da relação estabelecida entre padrinhos/madrinhas e afilhado(a)s, e são descritos geralmente em três grandes modalidades: afetivo, financeiro e de serviço/ou profissional (LIMA, 2013; TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2015; TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MATO GROSSO DO SUL, 2014). Estas modalidades são eliciadas pela pluralidade de formas de implantação das práticas de apadrinhamento nas diferentes realidades em que estes programas se desenvolvem, considerando as dimensões continentais do Brasil. Elas serão determinantes na escolha das crianças que irão compor o público-alvo, bem como na definição dos pré-requisitos de candidatura de cada perfil de padrinho/madrinha.

A seguir, descreveremos cada uma destas modalidades, apontando suas diferenças e aproximações, de modo a explicitar o maior grau de detalhamento que será dado à modalidade afetiva, vez que ela traz implicações importantes que culminam em nossa reflexão sobre as direções que os programas de apadrinhamento tomam, a depender de quais objetivos latentes estão presentes na implantação da prática. Por fim, apresentaremos alguns dados sobre o apadrinhamento cristão, cuja semelhança de nomenclatura consideramos fundamental que seja discutida, em razão dos atravessamentos de sentido que ela provoca na prática “Apadrinhamento afetivo”. A polissemia presente no termo “apadrinhamento” é um elemento importante a ser considerado nas interlocuções provocadas com os candidatos a padrinhos/madrinhas, afilhados e equipes profissionais que mediam as relações, e em consequência, nas formas de execução desta prática.

1.1 Apadrinhamento financeiro ou material

O apadrinhamento financeiro consiste na disponibilidade de uma pessoa ou empresa da comunidade em contribuir materialmente de maneira direcionada para uma criança/ adolescente ou para a coletividade da instituição. Esta modalidade de apadrinhamento aceita postulantes a partir dos 18 anos e não exige comprovações de inexistência de antecedentes criminais ou realização de estudo psicossocial, porque ela não inclui a manutenção de contato entre os padrinhos e os apadrinhados.

A ajuda pode ser realizada através do depósito de valores diretamente a uma conta em nome da criança ou do adolescente para uso após a maioridade ou o pagamento de alguma necessidade do acolhido, como por exemplo o custeio de cursos profissionalizantes, terapias, tratamentos de saúde, roupas, materiais escolares e oferta de presentes em datas festivas. Também pode ser realizado por pessoa jurídica, diretamente para a instituição de acolhimento, através de ajuda financeira, compra de materiais, móveis ou manutenção.

1.2 Apadrinhamento de prestadores de serviços

O apadrinhamento de prestadores de serviços é aquele em que um profissional oferece um serviço de sua especialidade diretamente à criança, ao adolescente acolhido ou à instituição como um todo. Assim como a modalidade financeira, também pode ser ofertado por pessoas físicas ou jurídicas. Em ambos os casos, é necessário comprovar que o prestador tem capacidade técnica para realizar o serviço a que se propõe e para tanto ele deve se submeter a avaliação pela equipe executora do programa, apresentando os documentos pertinentes a cada caso, tais como inscrição em conselho de classe, documento de constituição da empresa ou comprovação de experiência profissional.

As atividades desenvolvidas podem ser aulas particulares, terapias, tratamentos de saúde, dentre outros serviços que se adequem à realidade local, voltados ao desenvolvimento da criança ou adolescente em medida de proteção. Na maioria dos municípios do país encontram-se dificuldades com a oferta de serviços básicos pelo Estado. Estas formas de apadrinhamento são mais facilmente equiparáveis a um voluntariado e são nomeadas também, no âmbito dos prospectos dos programas de apadrinhamento, como ações de “responsabilidade social”.

Embora não exista a necessidade de desenvolver uma relação íntima/familiar com as crianças e os adolescentes contemplados, pode haver uma proximidade física entre os padrinhos e apadrinhados no momento da execução dos serviços prestados, a depender da natureza destes. Isto faz com que alguns dos programas exijam a participação em oficina de sensibilização ou realização de estudo psicossocial para qualificação do profissional a participar como padrinho ou madrinha (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2015; TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 2017; TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2017).

1.3 Apadrinhamento afetivo

Esta modalidade de apadrinhamento pretende o desenvolvimento de uma relação próxima entre uma pessoa ou família da comunidade e uma criança, adolescente ou grupo de irmãos. Tem como enfoque a ocorrência de encontros frequentes, que podem se dar através de saídas da criança para convívio no final de semana, em férias escolares, e outras formas de convivência regular e estável com os padrinhos e/ou madrinhas.

Quanto à natureza do apadrinhamento ou a expectativa que se tem sobre o seu desenvolvimento, aponta-se nos materiais consultados que a relação a ser estabelecida terá como objetivo contribuir com o desenvolvimento emocional, melhoria da autoestima e participação da criança em um ambiente familiar com modelos mais saudáveis de funcionamento, em comparação àqueles que ela tenha supostamente experimentado antes do acolhimento. Segundo o site de uma das ONGs que desenvolve o trabalho de apadrinhamento afetivo desde 2002, portanto, 15 anos antes que a prática fosse oficialmente incluída no ECA, “o apadrinhamento afetivo vai permitir que crianças e adolescentes que hoje são filhas do Estado e crescem em abrigos tenham referenciais de vida, além dos profissionais que com ela convivem” (INSTITUTO AMIGOS DE LUCAS, 2018). Entre as atividades que se espera do padrinho afetivo, há uma recorrência da sugestão de que ele realize visitas regulares e retire o apadrinhado da instituição de acolhimento aos finais de semanas, feriados e férias escolares, priorizando que a convivência ocorra no ambiente externo à instituição, no meio social e familiar dos voluntários. Também espera-se que a criança ou o adolescente contemplado tenha acesso a um atendimento individualizado na companhia do padrinho, situação em que ele poderia experimentar a dinâmica de uma vida não institucional. Neste contexto, o apadrinhado teria condições de desenvolver a autonomia em atividades corriqueiras tais como aprender a fazer compras no supermercado, pagar contas no banco, pela convivência cotidiana do padrinho. (INSTITUTO FAZENDO HISTÓRIA, 2018; ACONCHEGO, 2014). Há também a referência à vivência de experiências gratificantes fora da instituição (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, 2017; TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, 2017).

De maneira semelhante ao que se exige nas habilitações para a adoção, demanda-se a apresentação de documentos que comprovem boa saúde física e mental, o levantamento de inexistência de antecedentes criminais e a participação em oficinas de capacitação. Assim, na

maioria dos programas pesquisados, há como pré-requisito para a participação no apadrinhamento afetivo, a realização de estudo psicossocial por uma equipe técnica interprofissional, composta minimamente por psicólogo e assistente social. Neste sentido, a avaliação teria como fim compreender se as motivações e as expectativas quanto à convivência com a criança ou o adolescente sinalizam positivamente para um relacionamento saudável ou dão indícios de que pode haver uma aproximação problemática, possivelmente pouco durável ou que ofereça maiores riscos para a criança ou para o adolescente. Parece haver uma legítima preocupação de que a convivência com famílias voluntárias não seja uma nova fonte de violações de direito, o que fica evidente pela forma de estruturação destes programas, com um posicionamento da autoridade judiciária com uma função de coordenador.

Observamos, nos materiais de divulgação dos programas de apadrinhamento, uma preocupação com a qualidade e a estabilidade da relação constituída, que será diretamente relacionada à longevidade desta e a uma regularidade dos contatos entre padrinhos e afilhados. Em alguns dos materiais explicita-se que é esperado do padrinho/madrinha que se mantenha presente na vida de seu afilhado por um tempo de no mínimo seis meses (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MATO GROSSO DO SUL, 2014; ACONCHEGO, 2012; TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE, 2014; TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, 2016), almejando-se que esta relação se torne uma referência para quando o adolescente se desligar do serviço de acolhimento, aos 18 anos.

As crianças e os adolescentes que são encaminhados para serem apadrinhados afetivamente, em regra, são aqueles que não têm possibilidade de retorno à família de origem ou extensa, podendo ter um processo de destituição do poder familiar em trâmite ou concluído. Isto significa, na maior parte das vezes, que tratamos de uma criança que tem seu contato com os familiares interrompido e encontra-se disponível para realizar atividades nos dias e horários que normalmente estariam dedicados às ações voltadas ao fortalecimento dos vínculos familiares. Uma criança ou um adolescente cuja situação processual esteja nesta fase, deverá, idealmente, ser encaminhado(a) à colocação em família adotiva. Porém, as que são direcionadas ao apadrinhamento estão entre aquelas que se qualificam em um perfil considerado "com remotas chances de inserção em família substituta". Esta descrição é utilizada para crianças e adolescentes que têm algumas das características que os habilitados no Sistema Nacional de Adoção (SNA), os potenciais adotantes, excluem das suas listas de preferências. São crianças maiores ou adolescentes (12 anos +), grupos de irmãos, ou ainda, crianças de qualquer idade

que tenham algum comprometimento de saúde física ou mental. Elas já foram apresentadas em outros tempos como os perfis de “difícil colocação”, mas hoje convencionou-se referir-se ao grupo como as “adoções necessárias”. O limiar de idade tem mudado ao longo dos últimos anos, e estima-se que as crianças até 9 anos, no ano de 2020, ainda conseguem colocações em família substituta com maior facilidade do que no passado (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS GRUPOS DE APOIO À ADOÇÃO, 2020).

Nos programas de apadrinhamento afetivo a idade mínima para o padrinho varia de 18 a 25 anos, com o adendo de que deve haver uma diferença de idade de 12 a 16 anos entre padrinhos e apadrinhados. Supõe-se que esta restrição de idade tenha como objetivo selecionar pessoas com maior maturidade. Outra razão, poderia ser a necessidade de acompanhar o que diz o ECA sobre a diferença de idade entre adotantes e adotandos, que deve ser no mínimo de 16 anos, como um parâmetro para o apadrinhamento semelhante aos critérios da adoção.

1.4 Apadrinhamento cristão

As conexões entre o apadrinhamento e a adoção remontam ao Decreto de Graciano (MARCÍLIO, 1998) - *Concordia discordantium canonum* – uma compilação de textos jurídicos organizada no século XII, que se tornou o código do direito canônico usado na Igreja Católica Romana até 1918 (BIBLIOTECA DIGITAL MUNDIAL, 2021).

O desaparecimento da adoção do sistema social europeu pode ser explicado com base no sistema de herança que tomou corpo no Ocidente Medieval, impulsionando o legado de bens para as obras pias, quando da ausência dos herdeiros naturais ou filhos legítimos (MARCÍLIO, 1998). Um homem não poderia adotar um filho e herdeiro quando ele não tivesse nenhum filho natural, de modo que ele estaria propenso a deixar suas posses para a caridade. A Igreja tinha todo o interesse nesta restrição, pois se beneficiaria com a exclusão dos herdeiros legais criados por meio da adoção (GOODY, 1983). A adoção formal das crianças abandonadas para transmissão de bens, por parte daqueles que não tinham filhos naturais, antes muito valorizada como parte da vida de caridade deslocou-se para a criação de parentescos no plano espiritual (MARCÍLIO, 1998).

O código de Graciano reforçava o direcionamento da Igreja Católica de que o apadrinhamento seria mais aconselhado que a adoção sugerindo que “Um afilhado está tão próximo a seu padrinho quanto um filho adotivo de seu pai adotante. O ato do padrinho estava

conectado a um ato de adoção diante de Deus”³ (GRATIAN, c. XXX, qu.3 apud GOODY, 1983, p.75, trad. nossa). A adoção estava presente em Roma, na Mesopotâmia e na Índia como um ato jurídico, mas a partir da Idade Média, os parentescos espirituais (“*godkinships*”) foram valorizados em detrimento da adoção, que foi substituída pelo “apadrinhamento em Deus” (GOODY, 1983). No inglês, esta relação ficou mais evidente pelo uso do termo “*Godfather*”, em tradução literal seria “pai em Deus”, “*godchild*” ou “filho em Deus” e “*godkinships*” ou “parentescos em Deus”.

Os esforços da lei canônica por regular as relações de parentesco incentivaram a criação dos vínculos espirituais - que se davam através da Igreja - em detrimento de um parentesco “fictício” forjado via adoção jurídica. Esta última, tal como na atualidade, forneceria legitimidade de herdeiro ao filho reconhecido. Goody (1983) ressalta que o parentesco espiritual advindo do apadrinhamento também era considerado suficiente para interditar o matrimônio, o que ressalta o caráter familiar desta relação.

Então, se havia uma intenção de diferenciar o apadrinhamento como uma proposta de convivência distinta da adoção e da parentalidade, ponderamos que a escolha e a popularização deste nome “de batismo” revelam algo do latente, a princípio encoberto no discurso que se apresenta nos objetivos descritos pelas cartilhas e documentos normativos dos programas de apadrinhamento. Mesmo que não tivéssemos a referência do Direito Canônico, a escolha do termo “apadrinhamento” por si só é geradora de confusão de papéis, visto que na tradição popular brasileira, os padrinhos podem vir a ser substitutos dos pais quando de sua ausência (SOUSA, 2017).

O atual código de Direito Canônico da Igreja Católica define o padrinho (do latim *Patrinus*) como “Aquele que apresenta um candidato aos sacramentos do Baptismo e da Confirmação com determinadas funções estabelecidas pelo direito” (SANTA SÉ, 1983, p.392). Há dois trechos dedicados aos padrinhos de batismo e de confirmação, estabelecendo que a missão do padrinho é assistir na iniciação cristã, e, conjuntamente com os pais esforçar-se para que aquele que recebeu o sacramento tenha uma vida cristã consentânea com o rito, cumprindo fielmente as obrigações que lhe são inerentes (SANTA SÉ, 1983, p.158). Dentre as diferenças importantes de ressaltar entre um apadrinhamento religioso, dentro da tradição cristã, e o apadrinhamento de que tratamos na lei, temos que no primeiro a família de origem elege as

³ No original: “*A godchild could not be less closely related to its godfather than an adopted child to its adoptive father. The act of the godfather was linkened to an act of adoption before God.*” (GOODY, 1983, p.75).

pessoas que farão este papel. Ela prevê um contrato simbólico entre os pais e os padrinhos, onde os últimos podem ou não aceitar o convite de vinculação vindo dos primeiros. No apadrinhamento afetivo, os padrinhos se candidatam à função de forma voluntária, e devem se submeter a uma avaliação do Estado - que pode ser representada pela Vara da Infância ou por uma outra entidade que seja por ela autorizada. Além disso, deve haver uma contrapartida da criança ou adolescente sobre a sua oferta, uma aceitação de estabelecimento desta vinculação e dos seus termos, ainda com a compreensão de que mesmo estando em condições de adoção, o padrinho não estaria disponível para tal. Ademais, não há qualquer contrato simbólico entre os pais biológicos e os padrinhos regularizados pelo Estado.

Nas duas primeiras modalidades apresentadas, sobretudo no apadrinhamento financeiro, não há ênfase no desenvolvimento de um relacionamento próximo entre padrinho e apadrinhado, por isso elas não são equiparadas ao que chamamos de “apadrinhamento afetivo” nesta dissertação e na prática cotidiana, embora possamos inferir que disponibilizar tempo ou dinheiro para uma criança ou um adolescente, envolva, necessariamente, dispor de investimento afetivo com relação aos apadrinhados. No caso do apadrinhamento que é denominado “afetivo”, pressupõe-se que a principal característica a ser desenvolvida no relacionamento entre padrinhos e afilhados é a troca interpessoal, ou seja, uma relação direta e íntima entre a criança ou adolescente acolhido e uma pessoa (ou família) da comunidade, de modo que se forme um vínculo significativo e estável do qual possa resultar um apoio para a criança/adolescente que perdure além dos 18 anos e o seu consequente desacolhimento. Reconhecemos, no entanto, que não é incomum, que no curso desta relação, também possam ser ofertadas ajudas de cunho material a critério do padrinho.

2 O PARADIGMA DA INFÂNCIA EM TRANSFORMAÇÃO

2.1 Do filho e do menor, à criança

“É preciso uma aldeia para educar uma criança.”

Provérbio africano

O provérbio africano ilustra o que é ressaltado pelo Artigo 227 da Constituição Democrática de 1988, um marco regulatório que precedeu o ECA e estabeleceu a responsabilidade partilhada entre família, sociedade e Estado no cuidado com todas as crianças (BRASIL, 1988). Esta forma de compreender a infância pôs fim, na letra da Lei, à distinção que havia entre as crianças a depender de seu pertencimento: aquelas que tinham apoio familiar eram tratadas pelo antigo Código Civil na condição de “filhos” (BRASIL, 1916), enquanto as sem apoio familiar eram tratadas como os “menores” (BRASIL, 1927). Nossa Constituição em vigência se alinha à Declaração Universal dos Direitos da Criança, ressaltando a importância de cuidar da infância em sua vulnerabilidade atrelada às peculiaridades do desenvolvimento, que, desfazendo esta diferenciação de tratamento entre os menores e os filhos, evidencia que todas as crianças são detentoras dos mesmos direitos. Além disso, a dependência do universo adulto para a sobrevivência e a representação social das crianças e dos adolescentes faz da proteção à infância uma responsabilidade de todos e de todas.

A vulnerabilidade afetiva em que crianças e adolescentes privados do contato com suas famílias de origem se encontram, quando institucionalizados, tem mobilizado uma série de estratégias desenvolvidas pelo Estado e pela Sociedade Civil para garantir que eles possam, no menor espaço de tempo possível, retomar o direito à convivência familiar e comunitária. (BELTRAME et al., 2020). Revisões bibliográficas como a empreendida por Siqueira e Dell’Aglia (2006) indicam que há vasta literatura corroborando a hipótese de que a falta de uma atenção personalizada nas instituições de acolhimento traz prejuízos importantes ao desenvolvimento das crianças e dos adolescentes, e configura-se como uma forma de sofrimento que deve receber atenção do ponto de vista técnico. Boucher et al. (2008), em pesquisa com egressos da institucionalização prolongada durante a infância encontraram dados significativos sobre os efeitos de um meio pouco estimulante e com baixas oportunidades de desenvolvimento de vínculos de apego, estarem relacionados a mais problemas de saúde e à depressão na vida adulta.

Neste contexto, o apadrinhamento afetivo tem se apresentado como uma modalidade de convivência familiar e comunitária incentivada pelo ECA (BRASIL, 1990; 2017) e pelo judiciário brasileiro, com vistas a minimizar os efeitos deletérios da institucionalização prolongada de crianças e jovens em medida de acolhimento institucional. As relações de apadrinhamento são direcionadas àquelas crianças e àqueles adolescentes que estão em uma espécie de “limbo da convivência familiar”, algo que poderia ser comparada ao conceito de purgatório cristão. Este ocorre quando há uma suspensão de sua situação processual, qual seja: não têm possibilidade de retorno à família de origem e não estão dentro do perfil desejado pelos pretendentes à adoção habilitados no Sistema Nacional de Adoção, para que possam ser imediatamente encaminhadas à colocação em família substituta. Estar no purgatório torna-se uma metáfora importante para nossa exploração sobre “apadrinhamento”, pois nos remete à ideia cristã do batizado obrigatório dos expostos que eram entregues à Santa Casa (MARCÍLIO, 1998). Para as crianças acolhidas de outrora, que tinham suas vidas frequentemente interrompidas antes do segundo aniversário, o batismo logo após o abandono era a redenção no Cristo que as poupava de vagar no purgatório indefinidamente e o passaporte para a “vida eterna” (MARCÍLIO, 1998). Embora possamos comemorar a queda na mortandade em nosso tempo, o trânsito no limbo para quem está afastado do convívio familiar se dá em vida, pela via de uma suspensão jurídica. Usamos esta comparação porque dentro do sistema de proteção à criança e ao adolescente, a institucionalização por tempo indeterminado não é uma solução aceitável, embora ela aconteça com maior frequência do que gostaríamos de admitir.

Após o acolhimento como medida de proteção, deve ser mantido o trabalho de fortalecimento de vínculos pela proteção especial do Sistema Único de Assistência Social com vistas à reintegração familiar. Somente quando esgotadas as chances de retorno à família natural ou extensa deve ocorrer a destituição do poder familiar, em processo próprio conduzido pela autoridade judiciária. Por meio deste procedimento, com direito à ampla defesa e contraditório aos pais biológicos e seus ascendentes, formaliza-se o rompimento dos vínculos jurídicos com a família de origem, que deve ocorrer quando há dificuldades muito grandes e prejuízos claros na manutenção desta ligação. Como consequência, se o resultado do processo é pelo rompimento da filiação jurídica, os contatos com a família biológica nuclear ou extensa são definitivamente contraindicados, se ainda não o tiverem sido por qualquer outra razão, interrompidos. Da mesma forma é cessado o trabalho da rede socioassistencial com objetivo de fortalecimento da convivência familiar com o núcleo de origem. Ocorre que nem sempre após a decisão de destituição do poder familiar têm-se o desfecho esperado para a criança ou para

o(a) adolescente, que seria a preservação do seu direito a crescer em uma família, garantido através da colocação em família substituta. Assim é que se forma este contingente que é o público-alvo do apadrinhamento.

O documento “Orientações Técnicas aos Serviços de Acolhimento” (BRASIL, 2009) é uma resolução conjunta do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) que tem como propósito elucidar as formas de execução das medidas de acolhimento em âmbito nacional. Esta resolução foi forjada no bojo da discussão sobre a Lei 12.010/2009 (também conhecida como a Lei da Adoção) em continuidade e complemento ao Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária (BRASIL, 2006). As Orientações Técnicas enfatizam o caráter reparador da medida de acolhimento, reforçando a necessidade de promover e garantir que as crianças e os adolescentes não sejam privados da liberdade e de direitos fundamentais pelo fato de terem sido afastados de suas famílias como define o Art. 101⁴ do ECA (BRASIL, 1990). A atuação da rede socioassistencial, como primeiro plano de trabalho, deve ser orientada para a reintegração da criança ao seu meio original através das políticas de cuidado com as famílias em vulnerabilidade de vínculos. As possibilidades de acolhimento tipificadas são:

2.1.1 O **Abrigo institucional** é um serviço que oferece acolhimento provisório para grupos de até 20 crianças e adolescentes e que deve contar com equipe mínima de coordenador, técnicos do serviço social e da psicologia, educadores e auxiliares em número compatível com o número de crianças atendidas. É a forma de acolhimento mais frequente no território nacional, onde reside o público-alvo prioritário do apadrinhamento afetivo.

2.1.2 A **Casa-lar** trata-se de serviço de acolhimento provisório oferecido em residências nas quais pelo menos uma pessoa ou casal trabalha como educador residente. Tem a capacidade máxima de 10 crianças/adolescentes e é apoiado por outros entes da rede socioassistencial para que execute suas funções.

⁴ Art. 101. Verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 98, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas:

(...) VII - acolhimento institucional; ([Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009](#)) Vigência

VIII - inclusão em programa de acolhimento familiar; ([Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009](#)) Vigência

IX - colocação em família substituta. ([Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009](#)) Vigência

(...) § 1º O acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade. ([Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009](#)) Vigência

- 2.1.3 O serviço de **Famílias acolhedoras** é o acolhimento em residência de famílias cadastradas voluntárias, que oferece atendimento em ambiente familiar, individualizado, permitindo a convivência comunitária e a continuidade da socialização da criança ou do adolescente. Embora seja o serviço de indicação prioritária, ainda há baixa penetração no território nacional.
- 2.1.4 A **República** é um serviço que oferece moradia subsidiada e apoio a grupos de até 6 jovens por unidade, com idades entre 18 e 21 anos, separados por gênero. É indicado para jovens em vulnerabilidade e com vínculos familiares fragilizados, especialmente aos egressos do acolhimento institucional. A oferta destes serviços no país ainda está muito abaixo do necessário para atender os que dela necessitam.

Os serviços de acolhimento, quaisquer que sejam suas modalidades, têm como objetivo proporcionar uma experiência o mais próxima possível de uma residência salutar ao desenvolvimento. O legislador, ao estabelecer como marco de referência com o alinhamento à Declaração Universal dos Direitos da Criança (ONU, 1959), retirava a criança do lugar de objeto - seja como propriedade dos pais ou do Estado - para o lugar de sujeito titular de direitos. Isto significava que o seu “melhor interesse” deveria ser considerado como referencial para a tomada de decisões que impactam sua vida, por aqueles que têm a responsabilidade de por ela zelar; a saber: a família, a sociedade e o Estado, como definido no Art. 227 da Constituição:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Brasil, 1988)

Mas o que este extenso e detalhado artigo procura delimitar consegue conter todas as necessidades de uma pessoa em desenvolvimento? No Brasil, a maior parte das crianças que foram afastadas pelo Estado de suas famílias de origem se encontram em acolhimento institucional, ou seja, se desenvolvendo fora de um contexto familiar. São 29.110 crianças e adolescentes nesta modalidade, perfazendo 95,3% desta população. Apenas 4,7% (1.431 acolhidos) estão em serviço de acolhimento familiar, distribuídos em 1.175 serviços. Em 2021, a modalidade familiar representa 24,6% dos serviços de acolhimento no país, do total de 4.781 serviços (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2021).

Embora tenham ocorrido evidentes progressos, observamos que as mudanças no paradigma da infância, em que crianças e adolescentes são, agora, reconhecidamente portadoras de direitos, pouco alterou a preferência da filantropia e das políticas sociais pela internação como resposta aos problemas sociais enfrentados pelas crianças em suas famílias de origem. (PASSETTI, 2013).

2.2 Um breve histórico das práticas de assistência à criança afastada da família no Brasil

Apresentaremos a seguir, um breve histórico do acolhimento institucional de crianças sem apoio familiar, e das políticas públicas voltadas às chamadas “crianças carentes”. É fundamental contextualizar a invisibilidade histórica que segue tendo efeitos sobre as crianças e os adolescentes acolhidos na atualidade, como um signo da transmissão geracional da aliança inconsciente (KAËS, 2014) estabelecida em torno dos estigmas carregados pelas crianças e adolescentes que moram em instituições.

A condição de sujeitos de direitos a que foram alavancados pela Constituição Federal de 1988 e pelo ECA em 1990, foi precedida por um longo período em que a proteção às crianças e aos adolescentes seguiu uma lógica asilar que remonta ao período da colonização. Naquele modelo, as ações que pensavam as crianças em risco ou afastadas de suas famílias estavam voltadas ao seu controle social e não havia qualquer política pública que buscasse o retorno à família de origem. (MARCÍLIO, 1998)

De acordo com Marcílio (1998), a prática do abandono de crianças foi introduzida no Brasil com a colonização portuguesa, que seguia o rito estabelecido em tempos medievais no continente Europeu. A ilegitimidade das crianças nascidas fora do casamento sacramentado pela Igreja e o conseqüente abandono das mesmas acompanhou os padrões de família tradicional, monogâmica e indissolúvel. As instituições asilares de assistência presentes na Europa foram replicadas no Brasil Colônia pela Coroa Portuguesa, com a implantação das Rodas dos Expostos⁵ em Santas Casas. Naquelas, as crianças eram entregues de forma anônima para evitar o seu abandono à própria sorte nas ruas. O objetivo destas instituições era cuidar da

⁵ Dispositivo instalado junto à parede ou portão de entrada da Santa Casa que permitia o encaixe de um bebê com poucos meses de vida. Era possível girar o dispositivo, por isto chamava-se “roda”, fazendo com que a criança fosse levada à parte interna da instituição, sem que aquele(a) que realizava a entrega tivesse contato direto com o receptor.

sobrevivência e destinação para o trabalho tão logo fosse possível, não havendo encaminhamento jurídico previsto para esta população.

As Rodas dos Expostos que direcionavam os abandonados aos locais de assistência à criança eram um fenômeno de regiões urbanas e estavam relacionadas com a miserabilidade. Além disso havia a concepção de “defesa da honra das famílias”, em um sistema social em que era moralmente tolerável abandonar as crianças havidas fora do casamento, desde que de maneira velada. Seguia-se o rito de transmissão de herança baseada no Direito Canônico, em que a legitimidade das filiações era altamente valorizada e esta somente era possível se ocorria dentro do casamento (MARCÍLIO, 1998).

Os primeiros dispositivos de Rodas foram fundados em meados de 1726. A primeira delas foi instalada em Salvador e era administrada pela Santa Casa de Misericórdia. As condições de salubridade para as crianças eram precárias, que poderiam ser mantidas junto aos doentes internados no hospital da mesma instituição. Após a chegada na Roda, a criança deveria ser imediatamente batizada e havia o período de “criação”, em que os bebês eram enviados a amas-de-leite mercenárias. Estas ficavam responsáveis pelas crianças até os 3 anos e após esse período, aquelas que sobreviviam, eram novamente enviados aos “abrigos”. Estima-se que chegaram a funcionar 15 Rodas em diferentes localidades do país, todas existindo de forma precária. Elas eram incapazes de atender às demandas das cidades a que serviam e apresentavam alto índice de mortalidade (MARCÍLIO, 1998).

Ao longo do século XIX, com o avanço do liberalismo na sociedade brasileira, a tradição de se deixar bens em forma de herança para a criação dos expostos foi se extinguindo, e com isto tais obras de beneficência tiveram que se adequar a um novo cenário de filantropia pública, considerada mais alinhada ao cientificismo iluminista. Estas eram patrocinadas e controladas pelo Estado. Após a Proclamação da República (1889), a difusão da ideia de que a falta de família estruturada era o celeiro para a criação dos criminosos fez com que o Estado chamasse para si as tarefas da educação, saúde e punição de crianças e de adolescentes. A integração dos indivíduos na sociedade, desde a infância, passou a ser tarefa do Estado por meio de políticas sociais especiais destinadas às crianças e aos adolescentes provenientes de famílias consideradas “desestruturadas” com o intuito de reduzir a delinquência e a criminalidade (PASSETTI, 2013). Naquele contexto, entendia-se como desestruturada todas aquelas famílias que não seguiam o modelo tradicional de liderança paterna com o auxílio da mãe (BRASIL, 1916).

A partir dos anos 1920, a caridade praticada por instituições religiosas cedeu lugar às ações governamentais através de políticas sociais. Entre as duas ditaduras apareceram os dois primeiros códigos que se voltavam ao tratamento dos menores de 18 anos. O primeiro código que tratou das crianças brasileiras foi promulgado em 1927 e é conhecido como Código de Mello Matos (CMM). Ele atendia exclusivamente aos menores de 18 anos categorizados como “abandonados” ou “delinquentes”, de tal sorte que o abandono e a delinquência, postos em relação de igualdade por esta lei, segue no imaginário nacional como um dos fomentadores à invisibilidade das crianças e dos adolescentes em acolhimento (OLIVEIRA, 2015).

A Política Nacional do Bem-Estar do Menor foi publicada em 1973 e buscava integrar as esferas pública e privada no cuidado às crianças. Ela teve como tom ser um chamamento à ação voluntária com a convocação da sociedade a perfilhar estas crianças como meio de resolver a situação dos menores irregulares (OLIVEIRA, 2015). Esta tendência foi confirmada no Código de Menores de 1979 (CM), que incluía dois tipos diferenciados de adoção: a plena, que era concedida até os 7 anos da criança. A partir desta idade era apenas possível realizar a adoção simples, que não dava os mesmos direitos de filiação ao adotado.

Com a aprovação da Constituição Democrática de 1988 e principalmente com a promulgação do ECA (1990), crianças e adolescentes foram, além de reconhecidos como **sujeitos de direitos** em geral, identificados como portadores do direito fundamental de manter-se em sua família de origem salvo situação excepcional. Desta forma, foi necessário que todo o sistema de assistência tivesse que ser reformulado, para atender a este novo enfoque de trabalho com crianças e suas famílias. Esta rede de apoio, a que convencionou-se chamar de Sistema de Garantia de Direitos (SGD) é um conjunto de órgãos, entidades, autoridades, programas e serviços de atendimento a crianças, adolescentes e suas respectivas famílias, que devem atuar de forma articulada e integrada, na busca de sua proteção integral.

A Figura 1, produzida pelo promotor Dr. Murillo Digiácomo ilustrou como a interconexão entre estes entes é fundamental para que esse objetivo seja atingido e resumiu de forma intuitiva a ideia de que temos um sofisticado sistema de garantias “desenhado”, com potencial de provocar importantes mudanças sociais se bem aplicado, cujo produto final deve ser a Proteção Integral. Neste contexto, o apadrinhamento afetivo estaria inserido na “Política de Garantia ao Direito de Convivência familiar”. Através da atuação coordenada, articulada e integrada de diversos órgãos, autoridades e entidades governamentais e não governamentais, cada um destes entes terá o pleno exercício de suas funções, fazendo com que os problemas detectados recebam o devido atendimento interinstitucional e interdisciplinar. Para tanto, é

fundamental que ocorra o trabalho em “rede”, definindo-se fluxos e protocolos de atuação interinstitucional, avaliando os resultados das intervenções realizadas junto a crianças, adolescentes e suas respectivas famílias, tendo a consciência de que a efetiva solução dos problemas que afligem a população infanto-juvenil é de igual responsabilidade de todos. (DIGIÁCOMO, 2014)

Figura 1- Ilustração do Sistema de Garantia de Direitos

Fonte: Digiácomo (2014)

A Constituição e o ECA enumeraram direitos, estabeleceram princípios e diretrizes da política de atendimento, definindo competências e atribuições para instalação de um sistema de “proteção geral de direitos” de crianças e de adolescentes cujo intuito é a efetiva implementação da Doutrina da Proteção Integral. Neste sistema incluem-se princípios e normas que regem a política de atenção a crianças e a adolescentes cujas ações são promovidas pelo Poder Público (em suas esferas – União, estados, Distrito Federal e municípios – e Poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário) e pela sociedade civil, sob três eixos Promoção, Defesa e Controle Social. (BRASIL, 2009) Os avanços neste sentido ainda estão em processo, visto que até os dias de hoje enfrentam-se dificuldades para a implantação das políticas públicas que devem dar suporte às famílias.

Essa corresponsabilidade demanda uma mudança de mentalidade e de postura por parte de cada um dos integrantes do Sistema de Garantia de Direitos, que precisam abandonar a lógica de análise subjacente ao “Código de Menores”, como continua ocorrendo em boa parte dos municípios brasileiros. O moderno “Sistema de Garantias” não contempla uma “autoridade suprema”, sendo o papel de cada um de seus integrantes igualmente importante para que a proteção integral de todas as crianças e todos os adolescentes seja alcançada. (DIGIÁCOMO, 2014)

A partir do ECA houve um aperfeiçoamento da medida de acolhimento institucional, atribuindo-lhe o caráter excepcional e provisório. As alterações subsequentes, provocadas em parte pelo movimento por uma Proposta de Lei Nacional da Adoção, levaram aos refinamentos quanto aos prazos, que passaram de 24 meses – na alteração de 2009 - para o máximo de 18 meses – nas alterações de 2017, de modo que só deve ser estendida se o retorno à família trouxer mais prejuízos que a manutenção do afastamento, com fundamentação do magistrado, que deverá rever a situação processual em intervalos de 3 meses. Estas alterações foram provocadas pela pressão da sociedade civil, bem como pelas evidências de que o prolongamento do acolhimento se relaciona a prejuízos no desenvolvimento emocional, tais como a falta de referências de afeto, cuidados individualizados e a continuidade da presença de adultos confiáveis (BOUCHER et al., 2009). Trataremos de maneira mais detalhada as alterações do ECA no capítulo 5, seção 5.3, em que discutiremos o percurso da alteração dada pela lei 13.509/2017, que incluiu o apadrinhamento de que tratamos nesta dissertação como uma resposta aos malefícios da institucionalização prolongada que continua a ocorrer, a despeito das mudanças normativas.

2.3 Convivência familiar e comunitária: um direito fundamental

O atual contexto em que as crianças e os adolescentes são considerados sujeitos de direito representa uma mudança de paradigma, como já comentamos no histórico do acolhimento institucional de crianças sem apoio familiar. O compromisso assumido com o direito das crianças e dos adolescentes à convivência com sua família de origem pela Constituição Federal dada no art. 244 e do ECA, foi reforçado pelo Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC) de 2006. Neste, o apadrinhamento estava previsto pela seguinte redação:

Apadrinhamento: Programa, por meio do qual, pessoas da comunidade contribuem para o desenvolvimento de crianças e adolescentes em Acolhimento Institucional, seja por meio do estabelecimento de **vínculos afetivos significativos**, seja por meio de contribuição financeira. Os programas de apadrinhamento afetivo têm como objetivo desenvolver estratégias e ações que possibilitem e estimulem a construção **e manutenção de vínculos afetivos individualizados e duradouros** entre crianças e/ou adolescentes abrigados e padrinhos/madrinhas voluntários, previamente selecionados e preparados, ampliando, assim, a rede de apoio afetivo, social e comunitário para além do abrigo. Não se trata, portanto, de modalidade de acolhimento. (BRASIL, 2006, grifos nossos)

O PNCFC define que quando uma criança ou um adolescente é colocado(a) pelo sistema de justiça em situação de acolhimento institucional existem dois caminhos possíveis, que devem: (1) trabalhar a reintegração à família natural ou extensa ou (2) promover a colocação em família substituta quando esgotadas as possibilidades de retorno à família natural. Há ainda uma terceira linha de trabalho, que não é excludente às outras duas, que seria a de (3) permitir o desenvolvimento de “autonomia”, - que aqui é compreendida como a instrumentalização do adolescente que se manterá em acolhimento até os 18 anos, para uma vida independente quando atingida a maioridade civil. Neste momento será imposta a necessidade de que ele deixe a instituição de acolhimento (BRASIL, 2006). O lugar do apadrinhamento no PNCFC foi explorado graficamente no Apêndice IV.

Nos princípios do ECA há uma centralidade na ideia de que a família é o melhor lugar para o desenvolvimento, seja esta a de origem (ou natural, composta por familiares em linha reta, como pais e avós), a extensa (composta por outros familiares como tios e primos, além dos familiares por afinidade e convivência) ou a substituta (que é constituída por meio da guarda legal ou adoção). O desenvolvimento da autonomia é visto como um trabalho a ser realizado pela instituição quando não há a presença familiar em ao menos uma de suas diversas formas que possa assumir esta função formativa. O apadrinhamento, sobretudo quando direcionado ao

adolescente, se situa entre as ações de desenvolvimento da autonomia, contemplando a participação comunitária na preparação para a vida adulta, nos contextos em que não há uma família passível de participação efetiva na vida de um jovem em acolhimento.

Em todos os programas de apadrinhamento afetivo há a premissa de que a criança ou o adolescente contemplado está, em alguma medida, desprovido do apoio de seus vínculos familiares, tenha ele sido destituído do poder familiar ou não. Nas Comarcas que acompanhamos como técnica ou como parceira, os programas de apadrinhamento afetivo eram destinados apenas às crianças e aos adolescentes com remotas chances de retorno à família de origem. Embora não exista uma restrição na redação do artigo 19-B do ECA a que o apadrinhamento seja ofertado a todas as crianças e a todos os adolescentes em medida de acolhimento, o parágrafo quarto enuncia que o perfil a ser apadrinhado será definido no âmbito de cada programa de apadrinhamento, **com prioridade** para crianças ou para adolescentes com remotas possibilidades de reinserção familiar ou colocação em família adotiva. Observamos, a partir dos dados compilados sobre os programas regulamentados, que nos apadrinhamentos de serviços ou financeiro, não costuma haver restrição à participação de crianças e de adolescentes que mantenham contato com suas famílias de origem. O mesmo não pode ser verificado com tanta frequência nos apadrinhamentos afetivos, em que apenas no caso do Projeto Padrinho (20 ANOS..., 2020), no Apadrinhamento Afetivo do Aconchego/DF (ACONCHEGO, 2014) e do Apadrinhamento Afetivo do Instituto Fazendo História - SP (INSTITUTO FAZENDO HISTÓRIA, 2018), deixa-se entrever que o apoio poderá ser dado à criança e a sua família.

2.4 Famílias acolhedoras e sua relação com o apadrinhamento

Assim como a proposta do apadrinhamento afetivo, o acolhimento familiar é uma das ações que buscam soluções para os problemas decorrentes do afastamento familiar vivenciados pelas crianças e pelos adolescentes em medida de proteção. Enquanto as Famílias Acolhedoras têm como objetivo ser uma alternativa ao abrigo institucional no cuidado das crianças, o Apadrinhamento é uma modalidade complementar à vida institucional, não sendo um substituto.

De acordo com Valente (2013), apesar de o serviço de acolhimento familiar ser considerado política pública de alta complexidade dentro do SUAS (BRASIL, 2004), o serviço "*família acolhedora*" não consegue, por si só, expressar a sua ação e é, na maioria das vezes,

confundido com "adoção", ou mesmo com situações de guarda judicial na família extensa. Tal confusão está tão presente no cotidiano da prática profissional, que consideramos relevante destacar a esta política em nossa pesquisa. Adoção, apadrinhamento e acolhimento familiar são frequentemente associados em discursos sobre estratégias de convivência familiar e por vezes foram incorretamente equiparados, até mesmo em documentos normativos produzidos pelo judiciário. Citamos o exemplo do documento normativo sobre apadrinhamento do Estado de Alagoas: “O apadrinhamento afetivo consiste em programa de acolhimento familiar” (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, 2016).

Embora no linguajar leigo o acolhimento familiar também tenha sido igualado de forma confusa com as práticas de apadrinhamento afetivo, destacamos que o Projeto Padrinho do TJMS, pioneiro no campo do apadrinhamento nacional, tipificou uma modalidade de apadrinhamento com guarda, categorizando-o como o “padrinho acolhedor” (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MATO GROSSO DO SUL, 2014), em uma definição muito semelhante à proposta das Famílias Acolhedoras: “é aquele que aceita acolher a criança ou o adolescente em sua casa, por um período determinado ou enquanto perdurar a situação que deu causa ao processo.” (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MATO GROSSO DO SUL, 2003)

As práticas de apadrinhamento e os serviços de acolhimento familiar foram previstos na Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004) e no PNCFC (BRASIL, 2006). As Famílias Acolhedoras já estavam previstas no ECA, nas alterações dadas pela Lei n. 12.010/09, enquanto o apadrinhamento foi incorporado apenas na alteração de 2017. A operacionalização das Famílias Acolhedoras está descrita nos documentos: Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2009), e na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais ou resolução CNAS 109/2009 (BRASIL, 2009).

A especificidade do trecho que explicita “vínculos externos à instituição” na definição das práticas de apadrinhamento no Art. 19-B⁶ do ECA, nos indica que os programas de apadrinhamento não são, via de regra, direcionados às crianças e aos adolescentes vivendo em Famílias Acolhedoras.

A definição proposta pela Resolução CNAS 109/2009 apresenta o acolhimento familiar como

⁶ § 1º O apadrinhamento consiste em estabelecer e proporcionar à criança e ao adolescente **vínculos externos à instituição** para fins de convivência familiar e comunitária e colaboração com o seu desenvolvimento nos aspectos social, moral, físico, cognitivo, educacional e financeiro. ([Incluído pela Lei nº 13.509, de 2017](#)) (Brasil, 1990: 2017)

serviço que organiza o acolhimento de crianças e de adolescentes, afastados da família por medida de proteção, em residência de famílias acolhedoras cadastradas. Sua função está inserida na medida de proteção até que seja possível o retorno à família de origem ou, na sua impossibilidade, o encaminhamento para adoção.

Tal resolução indica ainda que “o serviço é particularmente adequado ao atendimento de crianças e adolescentes cuja avaliação da equipe técnica indique possibilidade de retorno à família de origem, nuclear ou extensa.” (CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2009)

Segundo a definição de Valente (2013) a família acolhedora é aquela que voluntariamente tem a função de acolher em seu espaço familiar, pelo tempo que for necessário, a criança e/ou o adolescente que foi retirado de sua família como meio de protegê-lo de alguma situação de violação de direitos. Devem ser oferecidos os cuidados básicos e também “afeto”, favorecendo seu desenvolvimento integral e sua inserção familiar, assegurando-lhe a convivência familiar e comunitária. Esta colocação não deve ser confundida com a reintegração para a família extensa ou a modalidade de guarda subsidiada prevista no Art. 34 do ECA, outra política pública de proteção cuja execução jamais observamos na prática cotidiana. Trata-se de prática mediada por profissionais que devem supervisionar a atividade de famílias voluntárias, com plano de intervenção definido, administrado por um serviço, conforme política pública estabelecida. A colocação em família acolhedora não é uma escolha dos pais biológicos e sim uma determinação judicial com vistas à proteção da criança e deve seguir o rito de qualquer acolhimento no que diz respeito ao acompanhamento da família de origem com objetivo de reintegração como trabalho prioritário.

Os dados estatísticos disponíveis sobre as crianças e adolescentes em acolhimento, nos indicam que, fazendo parte do perfil preterido, há grande chance de que o período de medida protetiva seja longo, acima dos 3 anos. Informações obtidas junto ao SNA em maio de 2021, nos dizem que há 18.694 crianças e adolescentes com idade acima dos 9 anos em acolhimento. E destes, cerca de 7.294, perfazendo mais de um terço desta população, estão em medida de acolhimento por tempo que excede a “brevidade” prevista no ECA de 18 meses, por período superior a 2 anos. (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2021)

Gráfico 1: Resultados da busca nos dados estatísticos do SNA para crianças acolhidas com idade acima dos 9 anos.

Fonte: Conselho Nacional de Justiça (2021)

Gráfico 2: Resultados da busca nos dados estatísticos do SNA para o número de crianças com mais de 9 anos, com relação ao tempo de acolhimento.

Fonte: Conselho Nacional de Justiça (2021)

Fonseca (2005) apontou que a ênfase na transitoriedade tem como inspiração um desejo compreensível de corrigir erros de uma época anterior da política pública (ou da ausência desta), em que as crianças ficavam muitos anos acolhidas sem uma definição jurídica. Porém, ela sugere, que a política de brevidade carrega outras conotações, que devem ser revistas. Por exemplo, a autora nos chamou a atenção para as situações em que a reintegração não se realiza em tempo considerado hábil, e a estadia do jovem começa a se estender. Neste contexto, a equipe de atendimento se voltaria quase que automaticamente para a possibilidade de destituir

os pais biológicos do poder familiar. Assim, o jovem que não saiu do abrigo de uma forma - pela reintegração à família de origem, teria chance de sair por outra - pela integração a uma família adotiva. O que nos casos concretos, empiricamente, sabemos nem sempre corresponder ao desejo desta criança ou deste adolescente, em especial quando há um vínculo familiar forte, embora não haja condição de reintegração em curto espaço de tempo, como por exemplo, o encarceramento de seus genitores, adoecimento psíquico dos pais, associado à ausência de redes de apoio familiar e políticas públicas ineficientes. Já no ano de 2005, ou seja, em período anterior à inclusão das famílias acolhedoras no ECA como a política preferencial para atendimento daqueles afastados de sua família, Fonseca questionava quais eram as políticas de atendimento para esses jovens que, de fato, ficam a longo prazo sob os cuidados do Estado? E concluía:

estamos finalmente no cerne de reflexão sobre uma parte muito real da população abrigada e cuja realidade é sistematicamente subestimada senão ignorada -- os jovens que não estão “em trânsito” e que, depois de anos em um abrigo, atingem a maioridade sem ter sido “reintegrados numa família” (FONSECA, 2005, p.166)

Dando seguimento, defendia que o apoio intergeracional e o pertencimento familiar e comunitário proporcionado pelo acolhimento familiar tem inúmeras vantagens com relação ao acolhimento institucional e em alguns casos até mesmo com relação à adoção. Isto porque, nas pesquisas empreendidas que resultaram em sua publicação, verificou-se que os jovens que permaneciam longos períodos sob a tutela do Estado, “quando integrados em famílias de acolhimento, conseguiram manter velhas e constituir novas ligações intergeracionais com muito mais facilidade dos que foram colocados em abrigos” (FONSECA, 2005, p. 170). Nossa perspectiva do direito à convivência familiar não desconsidera que as campanhas de estímulo às adoções necessárias devam continuar, mas a reflexão da autora de que a ênfase na transitoriedade não pode redundar na adulação incondicional da família “natural”, nem na desvalorização estereotipada de abrigos, é muito pertinente ao atual contexto. Para atender a estes jovens, é fundamental que planejadores e técnicos enfrentem a possibilidade da não-transitoriedade, e que, entre suas considerações, incluam alternativas viáveis, tais como as famílias acolhedoras, que propiciam não somente o cuidado temporário, mas também a inserção intergeracional desses jovens na vida adulta (FONSECA, 2005).

As afirmações de Fonseca (2005) podem servir como uma reflexão interessante para se pensar a não-transitoriedade do acolhimento e as ações voltadas às crianças que estão afastadas

da família de origem por longos períodos e como o apadrinhamento afetivo se insere neste contexto como um possível desdobramento.

Segundo material de divulgação da Corregedoria Geral de Justiça do Paraná, um dos estados com maior desenvolvimento da política de Famílias Acolhedoras, “o acompanhamento realizado à família de origem deve ser de tal forma que viabilize a tomada da decisão final de forma segura – não prematura, tampouco tardia - e em prazo razoável. Tanto a reintegração familiar quanto a destituição do poder familiar e consequente inserção em família substituta, se realizadas de forma precipitada, podem acarretar o retorno do protegido ao acolhimento”. (CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-TJPR, 2018) O programa no estado do Paraná, ainda prevê que não sendo possível a reintegração ou adoção, poderá permanecer na família acolhedora até completar 18 anos de idade e, excepcionalmente, até os 21 anos. Neste período, o adolescente deve ser acompanhado e preparado para a vida independente, em especial, por meio da escolarização e profissionalização. Esta previsão para manutenção do acolhimento até os 21 anos oferece uma transição para a vida adulta mais compatível com a realidade dos jovens brasileiros, que aos 18 anos completos dificilmente têm condição de se estruturar sem o apoio de familiares.

Assim, ponderamos em apoio à hipótese de Fonseca de que o fomento do Acolhimento Familiar deve ser considerado como um meio para a garantia da convivência familiar de crianças e de adolescentes de perfis preteridos com remotas chances de retorno à família de origem, com o incentivo de política pública. Cabe apontarmos que, segundo dados estatísticos do SNA, apenas 4,1 % das crianças em medida de proteção acolhimento estão na modalidade familiar, cerca de 11 anos após a explicitação no ECA, no art. 34 (incluído em 2009), “A inclusão da criança ou adolescente em programas de acolhimento familiar terá preferência a seu acolhimento institucional”. (BRASIL, 1990; 2009). Esta preferência estaria norteada pela premissa de que o acolhimento Familiar ofereceria tratamento humanizado e individualizado às crianças e aos adolescentes sob medida de proteção, além de garantir-lhes o direito fundamental à convivência familiar nos termos do art. 227 da Constituição Federal.

2.5 Apadrinhamentos, campanhas de incentivo à adoção e busca ativa: estratégias mobilizadoras de adoções necessárias

Incentivos aos programas de apadrinhamento afetivo têm sido visto lado a lado com o fomento às campanhas de adoção tardia e busca ativa. As três iniciativas figuraram entre as metas definidas nos 76º, 77º e 78º Encontro do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais

dos Tribunais de Justiça do Brasil (ENCOGE) realizados entre os anos de 2017-2018 (ENCOGE, 2017; 2018). A cada um destes eventos, que reúne representantes de todos os tribunais estaduais, produz-se uma Carta Aberta que estabelece as intenções e compromissos do poder judiciário para o período seguinte. Notamos através da leitura destas Cartas que os magistrados têm dedicado especial atenção para o desenvolvimento de estratégias de mobilização de adoções necessárias, ou seja, os perfis preteridos pelos habilitados que incluem crianças maiores, grupos de irmãos, adolescentes e crianças portadoras de deficiências, mesmo público-alvo dos programas de apadrinhamento afetivo.

Na última década observou-se o surgimento e a visibilidade de algumas campanhas de incentivo às “adoções necessárias”. O nascimento destes programas parece ter acompanhado duas alterações do ECA nos anos de 2009 e 2017. A primeira estabelecida pela Lei 12.010/09, em seu Art. 87, item VII, torna constitucional e incentiva a articulação de ações governamentais e não governamentais para a promoção de “campanhas de estímulo (...) à adoção, especificamente interracial, de crianças maiores ou adolescentes, com necessidades específicas de saúde ou com deficiência, e grupos de irmãos”. A segunda alteração, dada pela lei 13.509/17, retira do artigo referente ao programa de preparação obrigatório aos pretendentes, instituído no ECA em 2009, o estímulo às adoções de crianças maiores e adolescentes. Nesse sentido, a lei vigente reitera como responsabilidade das equipes interprofissionais das Varas da Infância e da Juventude, preferencialmente com o apoio dos Grupos de Apoio à Adoção (GAAs), a orientação e o estímulo à adoção de grupos preteridos, deixando de mencionar as crianças maiores e os adolescentes, que parecem ter se tornado responsabilidade integral das campanhas de conscientização e estímulo à adoção tardia. (BELTRAME et al., 2020)

A “Busca ativa”, por sua vez, é uma estratégia que também busca a garantia da convivência familiar para crianças e adolescentes de perfis preteridos. Refere-se à tentativa de encontrar pretendentes para crianças e adolescentes em condições legais de adoção, visando garantir-lhes o direito de integração a uma nova família quando não são encontrados pretendentes habilitados para sua adoção (BRASIL, 2006). A prática ocorre por meio da articulação entre membros diretores da ANGAAD e do Poder Judiciário em redes sociais virtuais – principalmente pelo grupo de WhatsApp “ANGAAD Busca Ativa” - pela qual se garante um alcance nacional para a busca de pretendentes (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE GRUPOS DE APOIO A ADOÇÃO, 2017). A estratégia está apontada nas Orientações técnicas (BRASIL, 2009), referindo que poderia ser empreendida também pelos serviços de

acolhimento, em parceria com Grupos de Apoio à Adoção ou similares, desde que devidamente autorizadas pelo Poder Judiciário e exclusivamente para os perfis de difícil colocação.

3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3.1 Pesquisas nacionais

Práticas de apadrinhamento regulamentadas pelo Estado têm sido desenvolvidas no Brasil há cerca de 20 anos, com a oficialização do Projeto Padrinhos do TJ-MS. Observa-se, no entanto, poucas publicações científicas sobre o tema, restringindo-se o material de referência a menos de dez autores que se debruçaram sobre a questão na área da psicologia. Apesar da inexistência de suficiente fundamentação acadêmica para a intervenção, a prática foi incluída no ECA em 2017, após terem ocorrido algumas tentativas de inclusão na lei federal, com a tramitação de mais de um projeto com teores similares. Tal contexto nos leva a considerar que a implantação do dispositivo tem se dado sem suficiente discussão teórico-técnica em âmbito nacional que respaldasse sua ascensão à *status* de lei. Especialmente porque é requerido à execução do apadrinhamento, sobretudo o afetivo, a opinião especializada através da participação de equipes técnicas psicossociais. Estas equipes, formadas por psicólogos em conjunto com assistentes sociais e pedagogos, estão sendo convocadas a opinar, implementar programas e empreender avaliações de uma relação que tem contornos difusos.

No campo do Direito, há uma produção significativa de análises e interpretações da Lei, mas nos detivemos nas produções mais relevantes sobre o apadrinhamento afetivo que apresentaram reflexões sobre a relação estabelecida entre padrinhos e afilhados, um aspecto que é do interesse do campo psicológico.

3.1.1 Criando parentesco: um estudo sobre apadrinhamento afetivo em Porto Alegre/RS

Dantas (2011) empreendeu uma investigação etnográfica sobre o programa de apadrinhamento afetivo da ONG Amigos de Lucas, na cidade de Porto Alegre/RS em atividade desde 2002. A autora discutiu a possibilidade de se criar parentesco entre pessoas de gerações diferentes e classes distintas, através de uma forma institucionalizada de apadrinhamento. Sua pesquisa colocou ênfase nas negociações entre os significados e as expectativas que as pessoas envolvidas na execução do apadrinhamento e instituições relacionadas à proteção dos direitos da criança e do adolescente desenvolveram em torno desta prática.

A pesquisadora apontou que o “compadrio” é uma modalidade relacional que existe em diversas culturas, com diferentes sentidos e significados, mas que têm um ponto de convergência: a criação de um parentesco e de uma relação de ajuda, que pode ser unilateral ou

mútua, ligando uma pessoa de maior poder a uma de menor poder. Ela pode ter caráter ritual ou institucional, baseando-se no estabelecimento de um vínculo para além da marca do sangue.

Em sua análise, Dantas (2011) depreendeu que o programa *Apadrinhamento Afetivo* promoveu uma relação difusa e, em muitos casos, duradoura, indicativa uma “conexão” de parentesco. A autora reconheceu que nos discursos dos participantes essa relação foi comumente caracterizada como uma “amizade”. (DANTAS, 2011, p. 137). A mesma percebeu que entre os dirigentes e membros da ONG Amigos de Lucas estava presente a ideia de que o apadrinhamento poderia ser uma etapa que levaria à adoção tardia. Se esta não acontecesse, o padrinho poderia, ao menos, se tornar um apoio para a vida do acolhido após a maioridade.

Dantas (2011) abriu um novo questionamento a partir das suas vivências junto aos padrinhos, qual seja: de que maneira as políticas direcionadas às crianças e aos adolescentes “em risco” informam sobre concepções de família? E como as pessoas enquadradas nessas políticas reagem, inovando conforme suas próprias percepções e criando, eventualmente, novas normas? (DANTAS, 2011, p. 141). Ela concluiu apontando que os candidatos a padrinhos e técnicos partem de uma premissa convencional de família, imaginando uma relação em que as pessoas se “doam” em um elo afetivo de reciprocidade.

O apoio, antes de tudo moral e carinhoso dos padrinhos, teria como recompensa a felicidade e realização do jovem apadrinhado. Há, apesar de tudo, um tipo de aposta - uma esperança de que os padrinhos, através de seus investimentos (mais uma vez, principalmente afetivos), conseguirão “garantir um futuro melhor” para o apadrinhado. Essa maneira de conceber a infância e o papel dos cuidadores se remete a noções bastante tradicionais de família. (DANTAS, 2011, p. 142)

A autora também apontou que algumas pessoas desistiram do programa justamente porque a realidade não correspondeu às suas expectativas, mas houve também aqueles que persistiram na relação de padrinho, apesar dos “fracassos”, que eram apontados como resultados distantes do ideal imaginado. Neste caso, os sujeitos foram reconfigurando ideias, tornando mais flexíveis os parâmetros de parentesco ou ainda, puderam criar outras definições para o apadrinhamento como a amizade, para imaginar a inclusão de uma nova pessoa na família. Desta forma legitimavam o surgimento de um relacionamento afetivo intenso e duradouro. A partir da análise da autora, abre-se a possibilidade de pensar o apadrinhamento pelo viés de uma amizade ou de um parentesco diferente da filiação, inicialmente, mediada pelo Estado.

3.1.2 Expectativas e frustrações no processo de apadrinhamento de crianças em situação de acolhimento institucional

Em pesquisa psicanalítica sobre práticas de apadrinhamento na cidade de Uberlândia/MG, Sousa (2011) concluiu que, nos casos analisados, a criança tendeu a ocupar o lugar de depositária de aspectos conflitivos dos padrinhos. Os padrinhos projetavam nas crianças aspectos dos quais queriam escapar, em função de angústias despertadas nas relações com o próprio abandono. Eram demandas tais como: a necessidade de ser amado e exaltado, bem como a busca pela felicidade através da completude que poderia ser proporcionada pela criança. Por estas razões, o outro (criança) era colocado na posição de abandonado, daquele que “não tinha”. Nos discursos e práticas do apadrinhamento investigado, engendraram-se relações em que na criança era instaurada a falta, enquanto o padrinho aparecia como a figura que poderia salvá-la dos infortúnios, desconsiderando o seu próprio desamparo. Por fim, a autora apontou um prognóstico pouco otimista, de que “esta relação se faz coroar em um aprisionamento vincular de angústias impensáveis e indizíveis. (...) O desalento vem para nomear estas angústias impensáveis, em que a relação com o outro só faz aumentar a falta, sucumbindo a alteridade.” (SOUSA, 2011, p. 108).

Cabe-nos destacar que nos apadrinhamentos investigados por Sousa (2011), não há menção a um processo de preparação dos candidatos e nem de seguimento dos apadrinhamentos por uma equipe técnica psicossocial. No período da pesquisa, os apadrinhamentos estavam suspensos por falta de “determinações legais” porque houve o entendimento de que eles prejudicavam o andamento dos processos e traziam prejuízos às crianças em razão dos padrinhos se afastarem após algum tempo de convívio (SOUSA; PARAVIDINI, 2011). É possível que a vacância de parâmetros e preparação para o apadrinhamento tenha contribuído para os resultados encontrados, vez que as iniciativas de vinculação estiveram entregues à sorte de motivações não-elaboradas de todos os envolvidos.

3.1.3 Padrinhos afetivos: Da motivação à vivência (2012)

Em pesquisa para compreender como os padrinhos afetivos vivenciam o processo de apadrinhamento, Zerbinatti e Kimmelmeier (2012) buscaram compreender as motivações e as expectativas, a relação mantida e a aproximação entre padrinhos, afilhados e instituição a partir de uma investigação qualitativa realizada com participantes do Apadrinhamento Afetivo da

ONG Recriar (Curitiba/PR). Foram entrevistados dois casais de padrinhos e uma madrinha, com utilização da análise de conteúdo de Bardin para tratamento dos dados.

Nos casos investigados, os pareamentos entre padrinhos e afilhados foram realizados previamente à capacitação dos padrinhos dentro do fluxo de habilitação proporcionado pela ONG e pela Vara de Infância. Ou seja, nos dois casos em que havia uma relação mais duradoura entre padrinhos e afilhados (mais de um ano, pelos critérios da pesquisa), foi o conhecimento prévio das crianças que motivou a busca dos casais pela qualificação dentro do programa de Apadrinhamento afetivo. Dentre os achados do estudo, as pesquisadoras identificaram que os sentidos de ser padrinho afetivo estavam relacionados a três principais motivos: (1) assistência prestada ao afilhado; (2) sentimento de realização com a adaptação dos afilhados à sociedade; e (3) condições favoráveis para se relacionar com o afilhado, como a disponibilidade de tempo e o conhecimento prévio das crianças ou dos adolescentes através de outras relações de voluntariado.

Os resultados indicaram que o processo de Apadrinhamento Afetivo é permeado por ambiguidades e contradições e, que, por isso, é importante a realização de novos estudos para que se verifique a efetividade destes programas bem como os benefícios que podem proporcionar para estas crianças e estes adolescentes que se encontram esperando pela adoção por um longo período.

3.1.4 Apadrinhamento afetivo: Construindo laços de afeto e proteção (2014)

Goulart e Paludo (2014) realizaram um estudo documental e retrospectivo de avaliação de cinco edições do apadrinhamento afetivo da ONG Instituto Amigos de Lucas (RS). Os dados levantados correspondem ao período de 2002 a 2009, em que foram identificados 59 apadrinhamentos efetivados, dos quais 25 encontravam-se ativos. Foram realizadas entrevistas com 23 afilhados ainda institucionalizados e com 18 pessoas, sendo 3 padrinhos e 15 madrinhas.

Os dados da pesquisa levaram as autoras a conclusão de que o Programa de Apadrinhamento tem cumprido seu objetivo ao possibilitar a convivência familiar e comunitária com estabelecimento de vínculos externos à instituição para crianças e para adolescentes acolhidos por longos períodos. Apontaram que é importante refletir sobre os riscos trazidos pela flexibilização dos critérios de inserção de crianças, como o caso daqueles que tinham chances de retorno à família de origem. Defenderam ainda que o programa tem baixo custo e é uma

solução favorável para as crianças acolhidas, que podem ter acesso a uma experiência familiar saudável. Além disso, o padrinho ou a madrinha pode manter-se como uma referência para o adolescente após o desacolhimento aos 18 anos.

3.1.5 A Implementação do Programa Laços – Apadrinhamento Afetivo em Serviços de Acolhimento Institucional (SAICAs) de Osasco (2019)

Em publicação que reunia autores da pós-graduação do Instituto de Psicologia da USP sobre a interface entre a psicologia e as políticas públicas, Cordeiro e Toledo (2019) descreveram o processo de implantação de um programa de apadrinhamento em SAICAs de Osasco, na Grande São Paulo. As autoras analisaram o processo de implantação do “Programa Laços” pela política de Assistência Social do município usando como balizadores alguns dos princípios da metodologia publicada pela ONG Instituto Fazendo História.

Como resultado do processo, elas concluíram que apesar de ser um direito a ser garantido pelo Estado, a convivência familiar e comunitária que ocorre através do apadrinhamento afetivo depende da disponibilidade de voluntários, os quais geralmente são motivados primeiramente por uma ideia de caridade. Destacaram que a Constituição Federal propõe a participação social e a convocação da população a se comprometer com a garantia dos direitos das crianças e adolescentes, contribuindo para as políticas públicas. Sendo assim, o apadrinhamento poderia se configurar como uma forma de efetiva participação da sociedade na garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, de maneira solidária. Por fim, destacamos que as autoras perceberam que a experiência do “Programa Laços” evidencia que “os estudos sobre efeitos do apadrinhamento afetivo ainda estão em passo inicial, principalmente quanto à contribuição específica da Psicologia nesses processos” (CORDEIRO; TOLEDO, 2019, p. 120). De maneira análoga, são necessários estudos mais aprofundados sobre a efetividade dessa iniciativa em diminuir os impactos negativos da institucionalização prolongada.

3.1.6 Apadrinhamento afetivo: a perspectiva dos adolescentes (2020)

Vidigal, cofundadora da ONG Instituto Fazendo História, entidade responsável pelo Apadrinhamento Afetivo que tem sido implantado como modelo de intervenção na cidade de São Paulo, defendeu dissertação de mestrado em Psicologia Social na PUC/SP em Setembro de

2020. Em 2016, durante a tramitação do Projeto de Lei que resultou na aprovação da Lei 13.509, Vidigal ocupava a pasta da Secretaria Nacional de Direitos da Criança em, e expôs, em sua dissertação, como contribuiu para a discussão da lei.

Em sua pesquisa, a autora concentrou-se em compreender como o afeto que dá nome à prática aparece nestas relações, considerando-se que trata de um conceito difuso. A investigação centrou-se na experiência do Apadrinhamento afetivo do IFH, a partir do qual convidou cinco jovens egressos do acolhimento, atualmente maiores de idade, que tiveram a vivência do Apadrinhamento durante a vida institucional. Por meio de entrevistas semidirigidas, a pesquisadora buscou caracterizar a prática através de cenas descritas do convívio entre padrinhos e afilhados, utilizando como referenciais teóricos Winnicott, Bowlby e Margareth Wetherell. A última autora foi referência para uma análise das relações afetivas a partir do conceito de “práticas afetivas”.

Vidigal apontou que nas entrevistas realizadas durante a pesquisa, foi constatada uma experiência positiva com o apadrinhamento, em que todos “gostaram muito de participar”. Mesmo em rompimentos difíceis, como em um dos casos apresentados na dissertação, a avaliação geral da participação no programa foi positiva. Por outro lado, a autora reconheceu que sobretudo nas relações que não tiveram continuidade, houve riscos relevantes e histórias de exclusão e abandono que geraram sofrimento importante. (VIDIGAL, 2020, p. 106) Indica continuidade dos estudos e a realização de um apadrinhamento artesanal, para redirecionamento das situações paradoxais que se desdobram das práticas do apadrinhamento. Concluiu que os casos discutidos trataram-se de relações de tudo ou nada, em que pôde haver o desenvolvimento de um relacionamento muito significativo entre padrinhos e afilhados, ou a reedição de abandono e solidão ainda mais intensos do que aqueles que eram vivenciados antes da experiência do apadrinhamento.

3.2 Pesquisas internacionais relevantes à discussão

Considerando que a prática de apadrinhamento brasileiro é algo circunscrito à realidade nacional, a pesquisa de referenciais internacionais esbarrou inicialmente na tradução do termo para o idioma inglês. Ponderamos que o termo internacional que melhor traduziria o tipo de relação desenvolvida entre padrinhos e afilhados brasileiros seria o “*Mentoring for Young people in Care*”, que se aproxima da “Mentoria de Crianças em Acolhimento”, em uma tradução literal.

Referências internacionais utilizadas para idealização do Apadrinhamento Afetivo do Instituto Fazendo História (SP) relacionadas ao “*mentoring*” (mentoria), contribuíram para a discussão sobre as metodologias de execução que seriam indicadoras de melhores práticas. Neste modelo, as relações entre os adultos e crianças/adolescentes são chamadas de mentorias (“*mentoring*”), o que ajuda a diferenciar de maneira mais clara o conceito do apadrinhamento cristão.

Reconhecemos que no cenário nacional já havia muitas formas de apadrinhamento em andamento quando da fundação do citado programa no ano de 2015, na cidade de São Paulo. Mas é possível reconhecer a influência da citada organização não-governamental no processo de inserção do apadrinhamento no ECA, até pela própria participação de Vidigal, da citada ONG da qual ela fez parte como cofundadora e atua como Conselheira, na discussão da lei.

Um dos embasamentos presentes na primeira cartilha de Apadrinhamento Afetivo produzida pelo Instituto Fazendo História, dizia respeito às pesquisadoras Grossman & Rhodes (1998), que realizaram um estudo para elencar indicadores de um término prematuro do relacionamento entre mentores e adolescentes a partir do programa norte-americano *Big Brothers, Big Sisters of America*. Tratava-se de uma iniciativa que tinha abrangência de aproximadamente 100.000 participantes nos Estados Unidos, sendo muito consolidada. A sua fundação se deu em 1904, nos indicando a maturidade do movimento filantropo norte-americano. Tal programa consiste em organizar a relação entre voluntários da comunidade e crianças/adolescentes (de 6 a 18 anos), em situação de vulnerabilidade econômica e pertencentes a famílias monoparentais.

Cabe ressaltar que o modelo de mentoria do *Big Brothers, Big Sisters of America* tem diferenças importantes com relação aos programas de apadrinhamento nacionais no que diz

respeito ao perfil de jovens atendidos: são adolescentes em vulnerabilidade, mas que moram com um dos pais. Não há a total ausência familiar que seria a característica principal do público-alvo do apadrinhamento afetivo nos moldes brasileiros. No entanto, podemos fazer uma analogia na medida em que ambos tratam do estabelecimento de uma relação de cuidado, confiança e apoio entre um jovem e uma figura não parental que promove orientação, suporte e motivação para o mentoreado (SCHWARTZ; LOWE; RHODES, 2012).

Há a categorização de mentorias por ambiente em que se desenvolve e o tipo relação estabelecida entre o jovem e o mentor. Podem ocorrer através de parcerias estruturadas na escola (*“school-based mentoring”*), na comunidade (*“community based mentoring”*), espontâneas (*“natural mentoring”*) ou acadêmicas (*“academic mentoring”*). É possível que seja dada ênfase ao pertencimento étnico em determinados seguimentos, em que pareamentos são pensados com este cuidado; por exemplo, mentoria entre padrinhos e afilhados oriundos de comunidades latino-hispânicas, afrodescendentes ou de povos originários. Por fim, há as mentorias específicas para crianças e adolescentes em acolhimento (*“foster care mentoring”*, *“mentoring for young people in Care”*).

A revisão de estudos sobre programas de mentoria levou Grossman & Rhodes (1998) a concluir que quanto maior o tempo de duração da relação entre mentor e adolescente, melhores se mostravam os resultados apresentados pelos jovens, no que diz respeito a um maior engajamento nos estudos, melhoria da autoestima, da adaptação social e da relação com a família de origem. De modo semelhante em pareamentos que tiveram duração inferior a três (3) meses, os adolescentes tenderam a apresentar uma piora destes indicadores (GROSSMAN; RHODES, 2002). O último estudo apontou ainda que jovens que passaram por experiências de abuso sexual, emocional ou físico tendiam a ter mais dificuldade em se engajar em relações duradouras.

Ainda com relação aos modelos de mentoria norte-americana há inúmeras pesquisas realizadas com o programa *Big Brothers, Big Sisters of America*, tais como as produções do Centro de Pesquisa em Mentoria baseada em evidências da pesquisadora Jean Rhodes (University of Massachusetts Boston) que demonstraram que a longevidade das ligações entre mentores (*“mentors”*) e mentoreados (*“mentorees”*) é um dado relevante. Há uma rede internacional de colaboradores que publicam materiais para apoiar mentores em cada uma das abordagens apresentadas, que estão organizadas no website *The Chronicle of Evidence-Based Mentoring*. Por receberem subsídio governamental para sua execução, os programas de

mentoria norte-americanos são constantemente avaliados para que se estime sua eficácia, bem como possam ser realizadas melhorias. Como dito anteriormente, trata-se de uma iniciativa estruturada e tratada como política pública, com ampla produção acadêmica a respeito, seguindo modelos de estudos randomizados, com base em questionários.

Entre os achados que merecem destaque para nossa pesquisa à guisa de caminhos para o desenvolvimento do apadrinhamento qualificado no cenário nacional, estão os estudos de seguimentos feitos com os jovens que participam de processos de mentoria que têm indicado que a ruptura prematura traz prejuízos aos adolescentes, ou seja, eles apresentam uma leve piora em seus indicadores de saúde psíquica e adaptação social, com relação àqueles que não participaram da mentoria. Estas evidências indicam que o estabelecimento de contatos entre voluntários e as crianças e adolescentes não são inócuos e que precisamos ter cautela na iniciação destes processos, bem como na preparação dos candidatos ao apadrinhamento. Observamos que o público-alvo dos programas de apadrinhamento apresenta características que predizem um maior risco de dificuldades no estabelecimento de relações, tais como uma prévia exposição a situações de violência, abusos e negligência (GROSSMAN; RHODES, 2002). Neste contexto, os mentores precisariam de uma preparação mais direcionada, bem como há uma maior importância do acompanhamento próximo do profissional responsável pelo pareamento da dupla, com vistas a cuidar dos desafios referentes às fases iniciais da relação (GROSSMAN; RHODES, 2002).

A etapa de preparação não está delimitada no ECA, vez que o § 2º do Art. 19-B, deixa em aberto este ponto ao falar de maneira geral “da necessidade de cumprimento de requisitos exigidos pelo programa de apadrinhamento de que fazem parte”. Assim, há espaço para que cada programa defina o que considera “requisitos fundamentais”. Concordamos com a visão de Vidigal (2020) de que o apadrinhamento se trata de um vínculo produzido de maneira “artesanal”, não comportando uma forma metódica de execução. Por outro lado, a sistematização da metodologia é fundamental, bem como a criação de meios de avaliar, de forma independente e desromantizada, os efeitos que estes encontros podem ter na vida destas crianças e destes adolescentes. Afinal, o Estado assumiu a tarefa e, de forma por vezes onipotente, divide famílias em nome da proteção de supostas relações tóxicas. Nada seria mais contraditório do que fazer investidas em relacionamentos com pessoas da comunidade sem o devido cuidado.

Na realidade nacional, a partir de nossa experiência na execução do apadrinhamento, observamos que a etapa de preparação tem o potencial de gerar incômodos e questionamentos tais como: “por que preciso me preparar para fazer o bem?” Ou até uma resistência que se manifesta com uma desconfiança quanto ao Estado que, mesmo sendo ineficaz em prover o que as crianças precisam, deseja interferir na solidariedade. Predizer categoricamente os benefícios que a relação de apadrinhamento poderá trazer às crianças e aos adolescentes em medida de proteção não é possível, mas, assim como nos casos das aproximações para adoção, pode-se elencar pontos que seriam indicadores de maiores ou menores dificuldades vinculares, trabalhando a partir disto, a indicação ou não para que um candidato vá adiante no seu projeto de apadrinhar, bem como se possam traçar planos de preparação e reflexão que tornem esta aproximação mais saudável do ponto de vista psíquico para todos os envolvidos.

Os estudos de Grossman & Rhodes (2002) sobre o cenário norte-americano indicaram que algumas características dos mentores apresentam correlação com a duração das mentorias tais como: renda, faixa etária e estado civil. Maiores rendas estavam relacionadas a maiores possibilidades para o mentor em relação aos desafios logísticos tais como disponibilidade de transporte próprio, flexibilidade no trabalho ou ajuda nas tarefas domésticas. Casais com faixa etária entre 26-30 anos eram os mais propensos a abandonar a relação de mentoria, provavelmente por suas demandas nas famílias de origem com os filhos pequenos. Em contrapartida, pessoas solteiras na faixa etária dos 26-30 anos apresentavam maior chance de formação de díades exitosas. Notamos que estes indicadores estão principalmente relacionados a melhores condições socioeconômicas, que não devem ser os únicos elementos a serem considerados na captação de padrinhos, sobretudo no cenário nacional.

Brady, Dolan & McGregor (2020) lançaram uma revisão da literatura internacional sobre a mentoria no contexto do acolhimento para jovens (*Mentoring for Young people in Care*), notando que havia uma lacuna nesta temática. O levantamento incluiu pesquisas que apontaram os benefícios da mentoria para jovens vivendo fora do seu lar de origem, sobretudo as relações estabelecidas fora do relacionamento com os profissionais da assistência social, ou as mentorias espontâneas. Foram elencadas teorias que relacionam o aumento na habilidade de cognitiva e comportamental de se relacionar com o ambiente (“*coping*”), no ganho de capital social, no desenvolvimento de resiliência e apoio social que são muito relevantes para os jovens em acolhimento em sua vida posterior.

4 METODOLOGIA

4.1 Objetivos

4.1.1 Objetivo Geral

Descrever, analisar e discutir o apadrinhamento definido pelo art. 19-B na alteração do ECA dada pela Lei 13.509 de 2017, a partir de programas implantados em todo o território nacional.

4.1.2 Objetivos Específicos

Descrever, analisar e discutir:

- O percurso da inserção do apadrinhamento no ECA através da lei 13509/2017 e seus efeitos ao direito à convivência familiar;
- As relações entre o Apadrinhamento Afetivo e a Adoção;
- Contornos da atuação da(o) psicóloga(o) e as contribuições da psicanálise à compreensão das práticas de Apadrinhamento.

4.2 Justificativa e Método

A presente pesquisa teve como ponto de partida o reduzido número de publicações nacionais sobre o tema do Apadrinhamento afetivo na perspectiva da psicologia e a necessidade de uma descrição detalhada da prática a partir da realidade nacional, que respalde uma maior compreensão do campo. Desta forma, entendemos que contribuímos para que a atuação técnica de psicólogos e outros profissionais possa partir de uma visão compreensiva do Apadrinhamento Afetivo que transcenda o descritivo da lei.

Assim, um estudo documental, sucedido por uma análise crítica mostrou-se como a estratégia mais adequada para construção de uma ampla descrição do campo, com vistas a reflexões que permitissem a compreensão das possibilidades e dos limites da atuação da(o) psicóloga(o) e as contribuições da psicanálise às práticas de Apadrinhamento que mantenham comprometimento ético-político com o ECA (1990), o Art. 227 da Constituição Federal (1988), a Convenção sobre os Direitos da Criança (ONU, 1959) e o Código de Ética em Psicologia (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2005). Reconhecemos, assim, que a escolha dos documentos para compor a trajetória de pesquisa teve como pretensão lançar luz às relações

estabelecidas entre as diversas abordagens à questão da convivência familiar e como elas se expressam na formulação de leis e políticas públicas voltadas às crianças e aos adolescentes, com enfoque na análise do instituto do Apadrinhamento.

De acordo com Lüdke & André (1986), a análise documental é uma técnica conveniente para abordagem de dados qualitativos, por seu potencial de desvelar aspectos novos de um tema. Trata-se de uma análise que “busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões ou hipóteses de interesse” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 38). Podem ser consideradas uma fonte “natural” de informação, ou seja, fontes primárias e que, surgindo de um determinado contexto nos fornecem informações sobre sua origem. Devido ao caráter difuso das fontes de pesquisa, têm-se, portanto, a necessidade de proceder a uma análise preliminar que trata de um exame e crítica do contexto no qual o texto em questão foi produzido, o autor e os atores sociais em cena, a confiabilidade do documento, bem como a sua natureza e a sua lógica interna. Esta tem como objetivo garantir algum nível de validade das explicações que serão feitas na discussão do material. (CELLARD, 2012)

A análise preliminar do contexto busca compreender o cenário social global no qual foram produzidos os documentos e no qual estavam inseridos seus autores e aqueles a quem foram destinadas. Como tratamos de leis, normativas e eventos contemporâneos, devemos admitir que a falta de distância afeta nossa tarefa, o que pode ter influência de uma visão ainda parcial do campo. A compreensão quanto aos autores diz respeito à identidade daqueles que se expressam, seus interesses e os motivos que os levam a escrever. Se os posicionamentos observados dizem respeito a um indivíduo, grupo ou instituição nos deu indicativos sobre a credibilidade do texto, a interpretação que foi dada a alguns fatos e a tomada de posição que transpareceu, por exemplo, de uma descrição. (CELLARD, 2012)

Em maio de 2018 procedeu-se às buscas de pesquisas e publicações sobre o descritor “apadrinhamento afetivo”, sem delimitação de datas, nas plataformas PBI-USP (Portal de Busca Integrada USP) que integra todo o acervo informacional da USP, incluindo a plataforma BVS-Psi e Periódicos CAPES. Foram identificados dois artigos revisados por pares que tratavam do Apadrinhamento como tema principal: (1) Goulart e Paludo (2014) e (2) Zerbinnatti e Kemmelmeier (2014). Na mesma ocasião, foi encontrado apenas um artigo indexado na plataforma Scielo “*Vínculos entre crianças em situação de acolhimento institucional e visitantes da instituição*” de Sousa e Paravidini (2011), artigo decorrente da pesquisa de mestrado defendida por Sousa (2011) na Universidade Federal de Uberlândia.

Em busca no Google Academics, destacamos por tratarem do apadrinhamento como temáticas principais, não apenas tangenciando-os nas análises, duas pesquisas em nível de mestrado, uma delas no campo da Antropologia, realizada por Dantas (2011) na UFRGS e a pesquisa de Mestrado de Sousa (2010) que deu origem ao artigo localizado por meio da plataforma Scielo.

A pesquisa documental com objetivo de caracterizar o apadrinhamento em contexto nacional foi feita para cada estado através dos sites institucionais dos Tribunais de Justiça Estaduais, por meio dos seus respectivos Diários de Justiça Eletrônico. A busca foi empreendida por meio de seus programas de apadrinhamento cadastrados, pois nem sempre havia indexadores permitindo a recuperação de dados a partir da plataforma de busca geral do site institucional. Além disso, estado a estado, aplicou-se a busca “Apadrinhamento afetivo” + UF, na plataforma Google para localização de apadrinhamentos regulamentados por organizações não governamentais e Prefeituras. Esta estratégia mostrou-se apropriada pelo fato de que os apadrinhamentos precisam ser públicos e amplamente divulgados para que captem o maior número possível de voluntários. Foram selecionados materiais publicados em meio digital por fontes oficiais governamentais, do judiciário, artigos de revista, reportagens informativas e de divulgação, depoimentos disponibilizados em redes sociais oficiais de Tribunais de Justiça e ONGs apoiadas pelo Sistema de Justiça, projetos de lei relacionados à temática do Apadrinhamento afetivo. Ressaltamos que, a partir das buscas, procuramos identificar ao menos um programa de apadrinhamento por Estado, sem a pretensão de esgotar todos os programas existentes no território. Reconhecemos que em alguns dos Estados há maior regionalização das iniciativas, mas que estão, via de regra, circunscritas a uma regulação Estadual, como é o caso de São Paulo. Por isto a preferência pela busca da normativa estadual, que será referência no âmbito daquela jurisdição.

No que tange à investigação sobre a aprovação da Lei 13.509, empreendemos a busca no site institucional da Câmara dos Deputados, que permite a recuperação de todas as etapas de tramitação da lei e acesso ao que foi dito e discutido em cada uma das fases. Destacamos ainda, como alguns dos documentos mais referenciados: o Estatuto da Criança e do Adolescente, com ênfase nos Art 19-B (incluído pela Lei 13.509 de 2017), que trata do apadrinhamento afetivo; o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (2006).

Ainda, no período de julho a dezembro de 2020 tomamos conhecimento da pesquisa de mestrado em Psicologia Social na PUC-SP defendida por Vidigal (2020), especificamente sobre

a temática do apadrinhamento afetivo de adolescentes e a perspectiva dos apadrinhados. Em nova busca na base de dados integrada da USP, localizamos artigo referente a uma experiência de implantação de programa de Apadrinhamento na cidade de Osasco, publicada em 2019 no programa de Psicologia Social da USP.

Acrescentamos que seguindo as recomendações de Cellard (2012) sobre a análise documental, a nossa experiência pessoal como parte da equipe técnica em VIJ no TJSP, bem como a consulta a trabalhos que se debruçaram sobre temática similar integraram o repertório que constituiu o caminho de pesquisa, que precisou ser flexível para, assim, manter-se rigoroso.

Optamos pela pesquisa documental como vértice para a investigação e descrição daquilo que, de maneira difusa, foi exposto na lei como “apadrinhamento” para em seguida tecer considerações que ampliassem a compreensão do objeto a partir da perspectiva da psicanálise, sobretudo no que diz respeito ao apadrinhamento como instituição no sentido empregado por Pichon-Rivière (1992:2012). O autor aponta que há três dimensões de investigação – a investigação do indivíduo, a do grupo e a da instituição ou sociedade, - permitindo três tipos de análise que não são claramente separáveis e se integram de maneira sucessiva: a psicossocial, que parte do indivíduo; a sociodinâmica, que analisa o grupo como estrutura; e a institucional, que toma uma instituição como um todo para seu objeto de investigação. Assim, a partir de observações daquilo que se repete nas diversas manifestações do discurso sobre apadrinhamento, desenvolvemos uma linha de análise que reconhece os efeitos das preferências dos indivíduos, dos grupos de pertencimento social ou profissional. Porém, nos detivemos mais especificamente naquilo que destas manifestações é comum a todas estas vivências que poderiam ser classificadas como relatos pontuais, mas que convergem a uma ideia geral que se abriga sob o grande guarda-chuva conceitual do “apadrinhamento” mediado pelo Estado, que passou a integrar o ECA desde 2017.

Embora inseridas no campo do Direito da Criança e do Adolescente, as práticas de apadrinhamento afetivo recorrem ao saber técnico dos campos *psi* e da psicanálise na medida em que precisam compreender e intervir em relações humanas. Embora o apadrinhamento esteja previsto em lei, o que acontece a partir do encontro entre as crianças/os adolescentes e seus padrinhos transcende a este ordenamento formal e passa a ser responsabilidade do Estado, que tutela estas crianças e os priva do direito a permanecer no seio de sua família natural, em nome da afirmação de que ela estaria mais protegida desta forma.

A partir da revisão bibliográfica sobre o apadrinhamento afetivo, depreende-se que não há literatura que descreva de maneira clara do que se tratam as práticas de apadrinhamento, malgrado elas tenham se tornado uma parte integrante do ECA. Há uma ideia geral de apadrinhamento permeada pelo senso comum, em que diferentes perspectivas utilizam esta denominação geral para se identificarem. Os apadrinhamentos se confundem no vocabulário diário do legislador com as famílias acolhedoras e em outros momentos imiscui-se com a guarda e a adoção. Tal confusão de línguas é compreensível se analisarmos que tratamos de campo multidisciplinar em que palavras como padrinho, madrinha, “vínculo” e “afeto” adquirem significados muito diversos a depender de quem e quando o utiliza: se o operador do direito, do assistente social, do pedagogo ou do profissional *psi*, se a criança ou adolescente que seriam os principais interessados nesta relação.

Por fim, temos a apontar que a pesquisa dispensou registro e avaliação no sistema CEP/CONEP por enquadrar-se nos Art. 1º, Parágrafo único, alíneas II, III e VII da Resolução nº 510 de 07 de Abril de 2016 que dispõe sobre os procedimentos éticos em pesquisas das ciências humanas e sociais.

5 RESULTADOS

5.1 Os programas de Apadrinhamento no contexto nacional

A tabela a seguir apresenta os programas de apadrinhamento levantados a partir da pesquisa por estado até maio de 2021, identificando os nomes dos programas consultados, os anos de criação, as entidades responsáveis pela execução e por fim, quais os documentos coletados. O quadro seguinte trará, de forma mais detalhada, cada um dos documentos com a referência bibliográfica completa.

Tabela 1 -Programas de apadrinhamento afetivo obtidos através do levantamento
Início - Parte 1/4

Estado	Nome(s) da(s) iniciativa(s)	Ano⁷	Responsáveis pela execução	Fonte de informações⁸
Acre	Programa de Apadrinhamento Projeto Padrinho	2016	TJAC	Provimento, Cartilha
Alagoas	Programa de Apadrinhamento	2016	TJAL	Portaria, Cartilha
Amapá	Apadrinhamento Social	2016	TJAP e instituições de acolhimento	Provimento; Divulgação judiciário
Amazonas	Apadrinhar: a proteção acontecendo sob nova perspectiva	2017	TJAM instituições de acolhimento	Relatório técnico, ato normativo, divulgação judiciário
Bahia	Apadrinhamento afetivo: afeto que transforma vidas	2017	TJBA e ONG Nascor	Ato Conjunto, Informativo do TJBA
Ceará	Estreitando laços	2015	TJCE e ONG Acalanto	Cartilha, Resolução, site próprio da ONG
Distrito Federal	Apadrinhamento: um encontro de afeto e amizade	2013	ONG Aconchego	Site próprio da ONG, Cartilhas, Redes sociais do CNJ
Espírito Santo	Apadrinhamento Afetivo	2015	TJES	Ato Normativo Conjunto

⁷ Ano de implantação. Em alguns casos, há mais de uma resolução atualizando os parâmetros do programa.

⁸ Tipo de documento utilizado para descrever o programa: Termo de cooperação técnica, redes sociais, sites de internet, notícias, cartilhas.

Tabela 1 - Programas de apadrinhamento afetivo obtidos através do levantamento
Continuação - Parte 2/4

Estado	Nome(s) da(s) iniciativa(s)	Ano⁹	Responsáveis pela execução	Fonte de informações¹⁰
Goiás	Anjo da Guarda; Quero bem	2005	TJGO	Portarias (3 versões), TCC elaborado por membro da equipe técnica
Maranhão	Juntos somos mais	2016 2021	Instituições de acolhimento e TJMA	Divulgação do judiciário; Ato Normativo Conjunto
Mato Grosso	Programa Padrinhos	2008	TJMT	Provimento, Cartilha
Mato Grosso do Sul	Projeto Padrinho	2000	TJMS	Provimento, Cartilha, site próprio do Projeto, <i>live no</i> instagram do TJMS
Minas Gerais	Conviver; Apadrinhar	2001; 2018	ONG Vitoria CI, Câmara de Dirigentes Lojistas	Site próprio da ONG, Informativo do Poder Judiciário, Resolução CMDCA
Pará	Conta Comigo	2014	TJPA e instituições de acolhimento	Portaria conjunta, site próprio no portal do TJPA
Paraíba	Meu Padrinho Legal	2017	TJPB	Portaria, divulgação do judiciário
Pernambuco	Estrela Guia (Recife); Anjo da Guarda; Programa Farol; Pernambuco que acolhe (PE).	2001 2016	TJPE	Site institucional do Judiciário; Cartilha Pernambuco que Acolhe; Portaria
Piauí	Laços do Coração	c.2015	Prefeitura de Teresina e instituição de acolhimento	Divulgação do judiciário, divulgação da Prefeitura local, rede social da instituição

⁹ Ano de implantação. Em alguns casos, há mais de uma resolução atualizando os parâmetros do programa.

¹⁰ Tipo de documento utilizado para descrever o programa: Termo de cooperação técnica, redes sociais, sítios de internet, notícias, cartilhas.

Tabela 1 - Programas de apadrinhamento afetivo obtidos através do levantamento
Continuação - Parte 3/4

Estado	Nome(s) da(s) iniciativa(s)	Ano¹¹	Responsáveis pela execução	Fonte de informações¹²
Paraná	Apadrinhamento; Projeto Dindo	2008	ONG Recriar e TJPR; Associação JusCidadania	Relatório técnico, site próprio da ONG que executa, Artigo
Rio de Janeiro	Apadrinhar: Amar e Agir para realizar sonhos	2014	TJRJ Ong CI Vitória	Cartilha, Divulgação do prêmio Inovare, Ato Normativo; Site próprio da ONG
Rio Grande do Norte	Projeto Padrinhos	2018	TJRN e ONGs Acalanto Natal, Grupo Afeto Mossoró.	Divulgação do judiciário, cartilha, Provimento
Rio Grande do Sul	Programa de Apadrinhamento afetivo do Instituto Amigos de Lucas; Programa Apadrinhar	2002	TJRS, ONGs e instituições de acolhimento	Termo de cooperação técnica, divulgação do judiciário, site próprio da ONG, dissertação de mestrado, artigo
Rondônia	Projeto Apadrinhando uma história	2014	TJRO	Provimento, divulgação do judiciário, site próprio, rede social do TJRO (Youtube)
Roraima	Programa de Apadrinhamento Afetivo	2017	Instituição de acolhimento e TJRR	Cartilha
Santa Catarina	Projeto família afetiva, Programa Acalento; Programa Apadrinhamento Afetivo (Criciúma)	2016	TJSC, prefeituras municipais e instituições de acolhimento	Termo de cooperação técnica, TCC, divulgação do judiciário

¹¹ Ano de implantação. Em alguns casos, há mais de uma resolução atualizando os parâmetros do programa.

¹² Tipo de documento utilizado para descrever o programa: Termo de cooperação técnica, redes sociais, sítios de internet, notícias, cartilhas.

Tabela 1 - Programas de apadrinhamento afetivo obtidos através do levantamento
Conclusão - Parte 4/4

Estado	Nome(s) da(s) iniciativa(s)	Ano¹³	Responsáveis pela execução	Fonte de informações¹⁴
São Paulo	Projeto Família Hospedeira;	2008	TJSP em parceria com prefeitura;	Portarias, Provimentos,
	Apadrinhamento afetivo do IFH;	2015	TJSP em parceria com ONG;	cartilhas, mídia de massa, divulgação do judiciário,
	Programa Laços (Osasco);		Assistência do Município de Osasco	artigos, dissertação de mestrado
Sergipe	Ser humano; Bem Querer (Tobias Barreto)	2009	TJSE; Prefeitura	Site institucional do TJSE; Lei Orgânica
		2019	Municipal	
Tocantins	Padrinho Nota 10	2020	TJTO	Edital, mídia de massa

Fonte: SANTOS (2021)

¹³ Ano de implantação. Em alguns casos, há mais de uma resolução atualizando os parâmetros do programa.

¹⁴ Tipo de documento utilizado para descrever o programa: Termo de cooperação técnica, redes sociais, sítios de internet, notícias, cartilhas.

Tabela 2 - Documentos consultados por Estado com referência
Início – Parte 1/3

Acre	Provimento (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE, 2020); Projeto Padrinho – Cartilha de Apadrinhamento de Crianças e Adolescentes (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE, 2016)
Alagoas	Cartilha “Adoção e Apadrinhamento” (PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE ALAGOAS, 2018); Portaria nº 02/2016 (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, 2016)
Amapá	Provimento nº 0317/2016 (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ, 2016); Divulgação no Site do TJAP (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ, 2015)
Amazonas	Relatório técnico (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, 2017), Divulgação no Site do TJAM (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, 2017[2])
Bahia	Ato Conjunto nº15/2017 (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS DA BAHIA, 2017) Informativo TJBA “Família para todos” (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS DA BAHIA, 2018)
Ceará	Resolução nº13/2015 (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS DO CEARÁ, 2015) Folder de Divulgação “Estreitando laços” (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS DO CEARÁ, 2017) Site institucional da ONG Acalanto (ACALANTO FORTALEZA, s/d)
Distrito Federal	Site institucional da ONG Aconcheço (ACONCHEGO, s/d) Cartilha “Apadrinhamento” para Padrinhos e Madrinhas (ACONCHEGO, 2016) Cartilha “Apadrinhamento” para Crianças e Adolescentes (ACONCHEGO, 2016)
Espírito Santo	Ato normativo conjunto nº 13/2015 (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 2015)
Goiás	Portaria nº10/2004 (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS, 2004); Portaria nº20/2013 (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS, 2013); Portaria nº54/2018 (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS 2018); Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização (GARIB, 2017)
Maranhão	Ato Normativo Conjunto 2/2021 (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, 2021) Divulgação no Site TJMA (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, 2016)

Tabela 2 - Documentos consultados por Estado com referência*Continuação – Parte 2/3*

Mato Grosso do Sul	Cartilha Projeto Padrinho (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MATO GROSSO DO SUL, 2014) Resolução 429/2003 (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MATO GROSSO DO SUL, 2003)
Minas Gerais	Cartilha de Divulgação Apadrinhar MG (APADRINHAR, 2018) Resolução CMDCA/BH 132/2016 (DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, 2016) Artigo publicado (SOUSA; PARAVIDINI, 2012) Dissertação de mestrado (SOUSA, 2011)
Pará	Portaria nº1/2014 (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, 2014); Divulgação do Judiciário (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, 2014[2])
Paraíba	Portaria nº1/2017 (PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA, 2017); Divulgação do judiciário (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA, 2018)
Paraná	Projeto Dindo (ASSOCIAÇÃO JUSCIDADANIA, c.2016); Apadrinhamento afetivo (ONG RECRIAR, c.2008)
Pernambuco	Site institucional do Judiciário (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, s/d), Folder informativo (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, s/d) Cartilha “Pernambuco que acolhe” (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 2016)
Piauí	Rede Social da Instituição de Acolhimento (CASA REENCONTRO, 2015) Divulgação no Site Institucional da Prefeitura (PREFEITURA DE TERESINA, 2018)
Rio de Janeiro	Ato Normativo nº 08/2017 (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2017) Cartilha Apadrinhar (PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2017) Proposta do Projeto Apadrinhar (INNOVARE, 2015) Apadrinhar Rio de Janeiro (ONG CI VITÓRIA, c.2018)
Rio Grande do Norte	Provimento 176/2018 (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, 2018)
Rio Grande do Sul	Termo de Cooperação Operacional (JUIZADO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DE PORTO ALEGRE et al., 2012) Site institucional da ONG IAL (INSTITUTO AMIGOS DE LUCAS, 2018) Dissertação de Mestrado em Antropologia (DANTAS, 2011) Artigo (GOULART; PALUDO, 2014)
Rondônia	Provimento n.º 014/2014-CG (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, 2014)
Roraima	Cartilha de implementação Apadrinhamento Afetivo (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA; ABRIGO PEDRA PINTADA, 2017)

Tabela 2 - Documentos consultados por Estado com referência*Conclusão – Parte 3/3*

Santa Catarina	Termo de Cooperação Técnica nº 20/2018 (MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA et al., 2018) TCC em Direito (PIEROZAN, 2019)
São Paulo	Provimentos CG 40/2015 e 36/2014 (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2016; 2014) Site Instituto Fazendo História (INSTITUTO FAZENDO HISTÓRIA, c2016) Cartilha Apadrinhamento para Padrinhos e Madrinhas (INSTITUTO FAZENDO HISTÓRIA, 2017; 2019) Artigos publicados (LIMA, 2013) e (CORDEIRO; TOLEDO, 2019) Dissertação de mestrado em Psicologia Social (VIDIGAL, 2020) Portaria nº01/2008 (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2008) Site institucional do Apadrinhamento TJSP (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, s/d)
Sergipe	Portal do Programa de Apadrinhamento Ser Humano (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO SERGIPE, s/d)
Tocantins	Edital nº10/2020 (DIÁRIO DE JUSTIÇA DE PALMAS-TO, 2020)

Fonte: Santos (2021)

Considerando o importante impacto que a idade tem para as chances de colocação em família substituta por meio da adoção via SNA, entendemos que a idade de inclusão na modalidade de Apadrinhamento afetivo é um dado relevante para compreensão desta prática no contexto da convivência familiar de perfis preteridos. Assim, apresentamos na tabela a seguir as idades mínimas para a criança participante, bem como para o padrinho.

Tabela 3 - Critérios de idade para Apadrinhamento Afetivo

Início – Parte 1/2

Estado	Idade mínima da criança	Idade mínima do padrinho/da madrinha
Acre	7 anos	18 anos
Alagoas	6 anos	18 anos
Amapá	Sem idade mínima	18 anos
Amazonas	7 anos; ou sem idade mínima quando há condições especiais de saúde	18 anos
Bahia	8 anos; Sem idade mínima quando há condições especiais de saúde	24 anos
Ceará	7 anos, Sem idade mínima quando há condições especiais de saúde ou grupo de irmãos	25 anos
Distrito Federal	10 anos	21 anos
Espírito Santo	7 anos Sem idade mínima quando há condições especiais de saúde	18 anos
Goiás	7 anos Sem idade mínima quando há condições especiais de saúde ou grupos a partir de 3 irmãos.	18 anos
Maranhão	Sem idade mínima	18 anos
Mato Grosso	7 anos Sem idade mínima quando há condições especiais de saúde.	18 anos
Mato Grosso do Sul	Sem idade mínima	18 anos
Minas Gerais	4 anos (Conviver) Sem idade mínima (Apadrinhar)	18 anos
Pará	Sem idade mínima	18 anos
Paraíba	8 anos Ou sem idade mínima quando há condições especiais de saúde ou em grupos a partir de 3 irmãos	18 anos
Paraná	11 anos	21 anos
Pernambuco	10 anos	18 anos

Tabela 3 - Critérios de idade para Apadrinhamento Afetivo*Início – Parte 2/2*

Estado	Idade mínima da criança	Idade mínima do padrinho/da madrinha
Piauí	n/d	18 anos
Paraná	7 anos	21 anos
Rio de Janeiro	8 anos ou 5 anos, se em grupo de irmãos ou sem idade mínima quando há condições especiais de saúde	18 anos
Rio Grande do Norte	8 anos Sem idade mínima quando há condições especiais de saúde	24 anos
Rio Grande do Sul	Sem idade mínima	18 anos
Rondônia	Faixa etária “avançada” ou com condições especiais de saúde	18 anos
Roraima	7 anos; Sem idade mínima quando avaliada a necessidade pela instituição de acolhimento e autoridade judiciária.	21 anos
Santa Catarina	Sem idade mínima	18 anos
São Paulo	Sem idade mínima (na normativa do Estado) 6 anos (Família Hospedeira) 10 anos (Instituto Fazendo História)	21 anos
Sergipe	Sem idade mínima	18 anos
Tocantins	8 anos Sem idade mínima quando há condições especiais de saúde	18 anos

Fonte: Santos (2021)

5.2 Fluxo de execução dos programas de apadrinhamento

Os apadrinhamentos que descrevemos são em sua maioria regulamentados pelas autoridades judiciárias em âmbito Estadual através de atos normativos como portarias - que são baixadas pelo juiz corregedor da Vara de Infância e Juventude que implanta o programa de apadrinhamento. Outra possibilidade é que seja feito por meio de um Termos de Cooperação Técnica - tipicamente celebrados entre o Poder Judiciário, o Ministério Público Estadual, a Defensoria, as Prefeituras locais e as instituições de acolhimento ou ONGs participantes na execução de políticas de convivência familiar e comunitária. Em alguns casos há uma Lei municipal prevendo a criação do programa, como é o caso do Apadrinhamento afetivo do Amigos de Lucas e do Município de Belo Horizonte.

Quando regulamentados pelo Poder Judiciário, os cadastros de candidatos ao apadrinhamento geram processos administrativos no âmbito da Vara da Infância e Juventude, que dispensam a representação por advogado. Como todas as matérias afeitas à área da infância e da juventude, são isentos de custas processuais. Para dar entrada no processo (Descrito no Apêndice I), em todos os casos de apadrinhamento deste tipo, faz-se necessária a entrega de documentação pessoal de pessoa jurídica ou física, bem como a assinatura de um requerimento por parte do(s) pretendente(s). Este processo é muito semelhante ao que acontece no caso de adoção, o que descaracteriza a ideia de que o apadrinhamento ofereceria menos entraves burocráticos à aproximação entre a sociedade e as crianças em acolhimento. A formalidade processual atravessa o estabelecimento dessa relação, apesar de haver a alegação de que a precariedade do vínculo, no sentido jurídico, teria o efeito de vencer resistências. Há por outro lado, o argumento de que oferecer alguns contornos à aproximação trará maior seriedade e proteção para ambas as partes.

Em algumas Comarcas, há o intermédio da instituição de acolhimento ou de uma ONG para captação e primeiro contato com os pretendentes ao apadrinhamento, que têm a função de informar e auxiliar os postulantes neste processo. Ainda há o caso em que a gestão e toda a execução do apadrinhamento é liderado pelas ONGs, como é o caso do Paraná (Recriar) e do Distrito Federal (Aconchego). Há diferenças no tipo de documentação exigida que são determinadas pela natureza do apadrinhamento, conforme apresentado na tabela que segue:

Tabela 4: Documentações mínimas exigidas por tipo de apadrinhamento

Afetivo	Financeiro/Material	Prestador de serviços
Ficha de inscrição Identidade CPF, de certidões de antecedentes criminais, atestado de sanidade física e mental assinado por médico psiquiatra ou clínico geral, Comprovante de residência.	Ficha de inscrição Pessoa física: Identidade, CPF e comprovante de residência Pessoa jurídica: CNPJ atualizado; ata da última assembleia onde conste nome e número de documento da atual diretoria; nada consta INSS.	Se pessoa jurídica: ficha de inscrição, CNPJ atualizado; ata da última assembleia onde conste nome e número de documento da atual diretoria; nada consta INSS. Comprovante relacionados ao serviço prestado (Inscrição no conselho de classe).

Fonte: Santos (2021).

A depender do critério de cada programa, como estabelecido no Art. 19-B §2º, serão realizadas palestras de sensibilização e/ou oficinas de capacitação para os candidatos a padrinhos, bem como a preparação paralela das crianças e dos adolescentes institucionalizados. Supõe-se a ocorrência de uma etapa prévia de preparação de toda a rede socioassistencial, mas indispensavelmente da instituição acolhedora, através de suas equipes técnicas e educadores, atores fundamentais no cotidiano com padrinhos e afilhados. Sem que estas equipes se envolvam no projeto, torna-se inviável que a proposta tenha êxito, já que são estas as pessoas responsáveis pelos cuidados e decisões cotidianas envolvendo as crianças e os adolescentes. São os guardiões legais, na pessoa do dirigente da instituição de acolhimento.

As palestras de sensibilização são encontros iniciais que costumam ocorrer com maior frequência ao longo do ano, em que os interessados em apadrinhamento podem obter mais informações sobre os objetivos do programa, as atribuições de padrinhos e apadrinhados, e esclarecer as dúvidas básicas sobre o assunto. Nesta aproximação têm-se explicadas as fases necessárias ao ingresso no programa de apadrinhamento, e em geral, elas ocorrem em etapa anterior a entrega de documentação à Vara de Infância ou ONG. São também apresentados os cronogramas relativos às oficinas de capacitações que antecedem a aproximação com as crianças e os adolescentes institucionalizados, quando estas estão previstas no escopo da preparação. A palestra inicial é uma oportunidade de divulgação que tende a atingir um público maior e nesta fase serão fornecidas informações sobre a abrangência do programa, dando condições para que os pretendentes decidam se a participação faz sentido e se é adequada a sua disponibilidade de tempo, bem como atualizar as ideias que tinham com relação à aproximação da instituição de acolhimento. É comum que uma porcentagem pequena das pessoas que

participam da palestra inicial de continuidade às oficinas de preparação que precedem a aproximação com as crianças e os adolescentes.

As oficinas, por sua vez, são realizadas em mais de um encontro grupal, em dias e horários definidos pela equipe técnica que gerencia e conduz o programa. Se forem executadas pelo Judiciário, é provável que ocorram em horário de funcionamento do Fórum, que está compreendido em dias úteis e horários comerciais. Quando executado pelo terceiro setor ou universidades, possuem maior flexibilidade e podem ser agendados aos finais de semana ou no horário noturno. Tais oficinas são encontros de natureza reflexiva e informativa, que têm como objetivo trazer maiores ferramentas para que o candidato a padrinho entre mais informado, qualificado e amadurecido frente às expectativas quanto à relação a ser desenvolvida com a criança ou o adolescente acolhido. Elas também têm como viés a preparação do padrinho para as peculiaridades da relação a ser desenvolvida, prevenindo que os apadrinhados sejam expostos a situações de violência. Com o advento do isolamento social de 2020, algumas oficinas passaram a ocorrer de maneira remota, aumentando as possibilidades de abrangência e participação de pessoas que outrora estariam excluídas por questões logísticas. Por outro lado, percebeu-se a necessidade de reinventar formas de convívio entre padrinhos e afilhados, por meio das redes sociais e relativizando a saída da instituição como forma de promoção da convivência familiar e comunitária.

Em alguns dos programas estão previstos encontros de acompanhamento do apadrinhamento, que podem ocorrer mensalmente ou em intervalos menores, em grupo ou individualmente. Seria mais do que desejável que estes seguimentos estivessem presentes em todos os programas, pois eles têm como objetivo trabalhar as demandas específicas que surgem a partir da convivência entre padrinhos e apadrinhados. Estes encontros se destinam a cuidar e a fazer florescer o vínculo, promovendo reflexões, sendo um espaço de escuta e prevenção de rupturas prematuras da dupla padrinho-apadrinhado.

Em todos os casos de apadrinhamento afetivo, há a necessidade de realização de estudo psicossocial por equipe técnica de psicologia e serviço social, seja do juízo ou de outra instituição colocada a serviço da execução do apadrinhamento, que pode ser de uma ONG ou mesmo da equipe técnica da instituição de acolhimento, que acumularia estas funções. Este estudo psicossocial deve oferecer subsídios para que a autoridade judiciária opine sobre a pertinência de deferir a habilitação de apadrinhamento, podendo revogá-lo em casos em que o comportamento do padrinho se mostre incompatível com os objetivos do programa.

Outro contexto possível de fluxo (Apêndice IV) está frequentemente associado a Comarcas de pequeno porte. Nestes contextos há menos procura pelos programas e geralmente não é possível formar um grupo de pretendentes para participarem desse tipo de oficina de capacitação e os processos ocorrem de forma mais individualizada. No estudo, além dos procedimentos necessários à emissão do laudo que subsidiará a autoridade judiciária quanto à pertinência da inclusão dos postulantes, será feito um trabalho de sensibilização e reflexão junto aos pretendentes, com vistas à aproximação mais amadurecida de uma criança ou de um adolescente em acolhimento. De forma semelhante, os encontros de acompanhamento são realizados pela equipe técnica de referência (do processo de acolhimento institucional em trâmite na vara) para o cuidado com o percurso do apadrinhamento.

A participação técnica, na análise do psicólogo e do assistente social, mostra ter um papel fundamental em todo o processo. Isto porque na perspectiva dos operadores do direito, toda intenção de aproximação com estas crianças de perfil preterido é, em princípio, uma participação bem-vinda da sociedade. Faz-se o apelo ao profissional técnico para que “psicologize” a relação do apadrinhamento, apresentando um prognóstico do pretendente. Espera-se que o profissional seja capaz de realizar uma análise imparcial, que apresente elementos psicossociais que demonstrem que a relação de apadrinhamento é do “melhor interesse da criança”.

Em entrevista concedida pela Desembargadora Rocha, a disponibilidade de técnicos executores dessa função vital dentro do fluxo do apadrinhamento é destacada como um dos grandes entraves ao andamento da prática:

Olha a primeira dificuldade foi a equipe técnica, né? Porque veja, o padrinho afetivo, os outros não, né, os outros ajudavam com a prestação de serviço, financeiro, tudo era tranquilo. Mas o padrinho que levava para casa ele precisava ser entrevistado, **precisava ser analisado** por que a gente não pode entregar a criança a qualquer pessoa, a qualquer família. (20 ANOS..., 2020, grifo nosso)

Da mesma forma, o Dr. Lima (2013), cita a disponibilidade de equipe técnica como um desafio:

A primeira dificuldade foi a de conseguir um número mais adequado de assistentes sociais e psicólogas para a Equipe Técnica do Juízo, a fim de que o acompanhamento da execução do Projeto fosse efetivo, evitando gerar distorções capazes de comprometer os resultados pretendidos. O ideal seria que o próprio TJSP conseguisse prover a Equipe Técnica com o número adequado de profissionais, contratados por meio de regular concurso público. Entretanto, em virtude da limitação orçamentária do TJSP, chamamos o Prefeito Municipal para uma reunião, na qual apresentamos o Projeto e contamos com a sensibilidade do Chefe do Poder Executivo Municipal de ver

ali uma real possibilidade de reinserção social daquelas crianças e adolescentes. Por consequência, foram cedidas uma assistente social e uma psicóloga do Município para acompanhamento do Projeto. (LIMA, 2013, p.3)

A sobreposição de funções entre o judiciário e o executivo fica reforçada pela análise que faz o Dr. Lima sobre a necessidade de aumentar a equipe técnica interprofissional do judiciário para execução do Apadrinhamento. Destacamos que a função do judiciário não é execução de políticas públicas de convivência familiar (art. 95, ECA), mas a fiscalização articulada. Isto é o que apontou Digiácomo (2020) sobre o Art.19-B, §5¹⁵, afirmando que não caberia à Justiça da Infância e da Juventude apoiar ou deixar de apoiar programas de apadrinhamento, por eles fazerem parte da política de atendimento a ser definida pelo CMDCA local. Assim, o Sistema de Justiça não deveria ser destinatário, tampouco coordenador do programa. Não é o que observamos a partir dos achados sobre os programas de apadrinhamento que são em sua maioria ligados aos tribunais estaduais desde épocas anteriores à própria inclusão do Apadrinhamento no ECA.

Ademais, cabe-nos a observação de que, como é o caso do Projeto Padrinhos do TJMS, havia uma vacância de políticas públicas em execução com vistas ao fortalecimento de vínculos familiares, no contexto de criação destes programas.

Outra reflexão provocada pela evidência de que o apadrinhamento é uma política pública cuja história de execução iniciou-se e manteve-se ligada ao judiciário é a que segue: sendo as equipes técnicas interprofissionais da Justiça as responsáveis pela preparação psicossocial dos pretendentes à adoção e das crianças e dos adolescentes para a colocação em família substituta (Art. 28; §5), é compreensível que a vocação destas na execução do apadrinhamento tenha seguido direcionamento semelhante ao longo da sua implantação. Esta “distorção” de execução no âmbito judiciário forneceria uma explicação para que ao longo do tempo o apadrinhamento tenha se configurado como uma forma de fomento às adoções de perfis preteridos. Pontuamos também o que recomenda o Art. 197 do ECA para incluir o contato com crianças e adolescentes em regime de acolhimento familiar ou institucional de forma orientada e supervisionada, como parte do processo de preparação dos postulantes ao cadastro de adoção. No âmbito do judiciário, ela tornava-se mais alinhada aos direcionamentos dos trabalhos das equipes interprofissionais, enquanto as ações de reintegração familiar (quando existentes)

¹⁵ Art. 19-B; §5: Os programas ou serviços de apadrinhamento apoiados pela Justiça da Infância e da Juventude poderão ser executados por órgãos públicos ou por organizações da sociedade civil

estavam sendo executadas no âmbito das instituições de acolhimento, que muitas vezes sequer contava com equipes técnicas interprofissionais completas.

5.3 O caminho até a Lei 13.509/2017

Embora o apadrinhamento tenha sido incluído formalmente no ECA apenas em 2017, através da Lei 13.509, os programas mais antigos datam de 2000 – como o Projeto Padrinho do TJMS. Este projeto merece nossa especial atenção por ser o mais antigo apadrinhamento estruturado no Brasil de que se tem notícias. E vamos utilizá-lo como ponto de partida para compreender como a criação de uma lei específica sobre o apadrinhamento se articula com as disputas na seara do direito à convivência familiar e comunitária assumida como compromissos da CF Democrática de 1988 e pelo PNCFC de 2006.

Em evento comemorativo dos 20 anos do Projeto Padrinho, a Desembargadora aposentada Dra. Maria Isabel Rocha, concedeu uma entrevista em formato de *live* na plataforma Instagram, em que descreveu o percurso dos primeiros anos da iniciativa. Rocha relatou o recebimento de uma voluntária em seu gabinete, que cobrou do judiciário uma solução para ter autorização de se aproximar das crianças na instituição de acolhimento. Em processo de reordenamento, a entidade não estava permitindo o contato de visitantes da sociedade civil. Esse “fechamento” para as iniciativas de ajuda social espontâneas continua a ser justificado pelo fato de que a instituição de acolhimento, em acordo com as Orientações Técnicas aos Serviços de Acolhimento, deve ser o mais próxima possível de uma casa, mantendo assim a privacidade e a segurança das crianças e dos adolescentes que nela vivem. Em contrapartida, havia outro motivador para buscar a participação da sociedade civil além da necessidade de convivência comunitária das crianças: a escassez de políticas públicas e os entraves encontrados para que os direitos fundamentais fossem garantidos através do executivo local.

A vulnerabilidade das famílias também foi apontada por Rocha como uma razão para a maior fragilização dos vínculos após o acolhimento que em suas memórias como magistrada de ampla experiência na área da Infância e Juventude, ressaltou:

é uma coisa inimaginável, nem eu consigo acreditar o que a gente passava naquela época (...) eu me lembro muito bem era uma ação civil pública também do Ministério Público onde pleiteava 8000 vagas em creches, porque não havia ensino infantil universal para todas as crianças, então havia muita falta. (...) Aquela *via crucis* jurídica e as crianças sem a creche. Imagina como é que é uma mãe pobre... A gente está assim imaginando mais ou menos uma mãe da classe média hoje confinada com seus

meninos em casa porque não há escola¹⁶, imagina como a mãe que precisava trabalhar e sair de casa, como hoje ainda precisa, das classes mais pobres, não ter onde deixar o seu filho enquanto ia trabalhar, [...], você imagina que hoje está bem melhor do que antes. Mas você tocou em um ponto que eu gostaria de abordar justamente porque é que foi criado o Projeto Padrinho. Porque eu me vi totalmente desamparada. Eu não, né? As crianças! Mas eu senti na pele, me empatizei com essa situação. (20 ANOS..., 2020)

Assim, um membro do judiciário admitia no ano 2000, não muito diferente do ocorrido no advento da apresentação da Política Nacional do Bem-estar do Menor em 1973 (como mencionamos no capítulo 2, seção 2.2), o chamamento à ação voluntária e à participação social na garantia de prioridade ao atendimento de crianças e de adolescentes definida no Art. 227 da Constituição Federal.

Na mesma direção, um apadrinhamento carioca criado em 2014 evidenciou a incapacidade estatal de prover o mínimo para os acolhidos. A justificativa apresentada pelo Projeto Apadrinhar (TJRJ), ganhador do prêmio Innovare no ano de 2015, é emblemática quanto a isto. Um dos itens avaliados na premiação é o quanto a prática reduz, simplifica ou abrevia ações envolvendo o Estado, ao que foi defendido: “O apadrinhamento provedor evita a propositura de ações contra o município para que sejam providas determinadas necessidades materiais das crianças e adolescentes.” (INNOVARE, 2015)

Embora refira-se a apenas um dos projetos, não é difícil inferir que o relato da Des. Rocha descreva a realidade da maioria dos municípios brasileiros. Suas memórias da primeira experiência apontava o apoio à família como um aspecto central do apadrinhamento, bem como a influência que a relação com a madrinha exerceu sobre a resolução da medida de proteção:

(...) ela [a madrinha] me apontou o caminho para decidir as ações de Destituição do Poder Familiar que eu acho as mais difíceis do mundo para decidir. Porque você tem a pobreza para atrapalhar, então você não sabe se existe um vínculo, se aquela situação é apenas pobreza ou é de falta de vínculo. (...) Mas se você ajuda a família financeiramente, essa família não tem mais a justificativa da pobreza para não ter o vínculo. Então essa família vai poder acolher de volta essa criança, vai poder realmente manifestar que o vínculo pode ser exercido. E aí você não destitui o poder familiar. Mas se a família não tem esse apoio e também não tem o vínculo porque não tem condições nem de visitar e aí como é que você vai fazer? Acho que ainda existe o art. 23, você não pode destituir por pobreza. Aí era uma prova dos nove e a Eline [madrinha] realmente falou: “está aqui, as crianças realmente têm esse vínculo”. Então é só ajudar a família. E as políticas públicas é que têm que fazer, lógico. Mas enquanto as políticas públicas não faziam, eu dizia: como é que eu vou ficar esperando? Eu cansei de pedir coisas para o poder público e haver uma ineficiência. Como eu te dizia, as Secretarias não dialogavam entre si. Uma vez eu queria uma cadeira de rodas, outra vez eu queria uns óculos e a Secretaria de Educação falava que era da Secretaria da Saúde, e esta por sua vez que era da Secretaria de Assistência Social e não havia

¹⁶ Evento realizado durante o isolamento social em função da Pandemia Covid-19.

WhatsApp, nem sistema eletrônico de intimação. Era ofício para lá e ofício para cá e nisso iam meses. Um dia eu estava com a cabeça quente porque a menina não conseguia desenrolar na escola e a professora dizia: “Ela precisa de uns óculos”. E aí teve uma madrinha (...) [que] falava assim (...) “Dra. sempre que houver um problema de visão, me chama que eu vou pagar os óculos todos do mundo para essas crianças.” (20 ANOS..., 2020)

Vemos que inicialmente, este projeto pioneiro de apadrinhamento se constituiu para resolver questões de ordem material e passou gradativamente a ser reconhecido que havia algo da ordem da convivência comunitária que poderia ser obtido através da participação da sociedade civil na ajuda solidária às crianças.

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) foi criado em 2006. A LOAS é de 93, a lei de Assistência Social, mas estava engatinhando. Não tinha um bolsa família. Tinha um bolsa família lá bem precário, mas não tinha tudo isto que tem hoje, (...) todo esse aparato de rede de atendimento era muito precário na época, você não tinha para onde correr. Você não podia entregar para a família porque a família estava em situação de pobreza absoluta, você não podia destituir do poder familiar porque a pobreza não justifica, e você ficava sem opção. E aí (...), o desamparo afetivo dessas crianças era o pior. Porque ali elas tinham alimentação, elas tinham a moradia, mas não tinham o vínculo afetivo. E a família aos poucos ia perdendo o costume de visitar, ia perdendo o laço. (20 ANOS..., 2020)

Outra versão de apadrinhamento já havia passado por uma tentativa de inclusão através do PLS n. 171/2013, de autoria do Senador Eduardo Lopes (PRB/RJ). Naquela proposta, o objetivo principal era inserir no Estatuto a figura do apadrinhamento legal que teria como principal função assistência material ao apadrinhado, e não a função de garantir aos apadrinhados o direito à convivência familiar. Tal situação contemplaria a ajuda à família da criança em vulnerabilidade como um todo. O projeto de lei dizia em sua redação: “Trata-se de instituto que garante não apenas que as crianças e adolescentes cresçam sob o afeto de sua família natural, mas que também lhe proporciona condições materiais para desenvolver-se com saúde, educação, lazer e outros direitos que a CF lhes outorgou.” (LOPES, 2013).

O Projeto Família Hospedeira (2008), do qual participamos na condição de técnica do judiciário na Comarca de Pindamonhangaba/SP, tornou-se uma proposta legislativa através do PL 3074/2015¹⁷, e foi apensado ao PL 2729/2015. Juntos, estes projetos deram origem ao Art.19-B do ECA. Em publicação avaliativa do Programa após quatro anos de funcionamento,

¹⁷ PL 3074/2015 de Helio Leite/DEM - PA: Cria o instituto da família hospedeira, destinado ao estabelecimento de vínculos entre crianças e adolescentes vivendo em abrigos e pessoas da comunidade.

o magistrado responsável pela iniciativa, Dr. Alessandro de Sousa Lima apresentou os dados na Revista de Direito da Infância e Juventude, defendendo que existem boas famílias nas comunidades, as quais poderiam servir de modelo parental adequado aos acolhidos, mas que estas temem assumir o encargo da adoção ou mesmo da guarda. Porém, através do projeto Família Hospedeira existiria um “aparente descompromisso”, pois se a família quisesse, a qualquer tempo, poderia pedir sua exclusão do Projeto, o que serviria para vencer os receios da aproximação. O estreitamento da relação entre a criança e a Família Hospedeira poderia evoluir para o pedido de guarda ou mesmo adoção; mas, quando menos, se a família se dispusesse, por exemplo, a custear os estudos do acolhido, o apadrinhamento já seria de grande valia. “De qualquer forma, o simples fato de dedicar carinho e atenção *ao menor, que nada possui*, já contribuirá - e muito - para sua formação moral e capacitação ao pleno exercício da cidadania.” (LIMA, 2013, *itálico nosso*)

O parágrafo 2º do Art.19-B, que limita a participação de pessoas habilitadas no SNA na modalidade de apadrinhamento afetivo sofreu veto presidencial do então Presidente Michel Temer (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2017) com a seguinte redação:

A manutenção do dispositivo implicaria em prejuízo a crianças e adolescentes com remotas chances de adoção, ao vedar a possibilidade de serem apadrinhadas por quem está inscrito nos cadastros de adoção, sendo que o perfil priorizado nos programas de apadrinhamento é justamente o de crianças e adolescentes com remotas possibilidades de reinserção familiar. A realidade tem mostrado que parte desse contingente tem logrado sua adoção após a participação em programas de apadrinhamento e construção gradativa de vínculo afetivo com padrinhos e madrinhas, potenciais adotantes. (DOU de 23/11/2017, p. 5)

Assim também se posicionou Vidigal (2020) ao afirmar que “o apadrinhamento pode ser sim um *aproximador*, promovendo encontros importantes que podem ampliar o espectro de um pretendente à adoção, como já vimos ocorrer em diversas ocasiões” (VIDIGAL, 2020, p .49).

Na corrente contrária, argumentou-se que a aproximação com padrinhos inscritos no cadastro apresentaria características indiciárias de desejo de filiação e poderia causar prejuízo psicológico aos apadrinhados por gerar expectativa indevida de adoção, descaracterizando os objetivos da proposta de apadrinhamento (ROSSATO; LÉPORE; CUNHA, 2019).

Muito embora a redação final da Lei 13.509/17 impeça que pretendentes habilitados à adoção participem do apadrinhamento afetivo, está em pauta a modificação deste entendimento,

através do PL 9.987/2018¹⁸, que pretende consolidar a proposta de que o apadrinhamento afetivo seja um facilitador para adoções de perfis preteridos. A redação da relatoria, que analisou a pertinência do PL, propôs alterações que eliminem possíveis obstáculos à concretização de uma adoção que tenha se iniciado através do vínculo de apadrinhamento, evitando-se assim, frustrações para o apadrinhado que, de acordo com a argumentação do projeto de lei, *sempre* teria a expectativa de encontrar uma nova família. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2018, *itálico nosso*.)

Estas discussões indicam que a finalidade latente do apadrinhamento, em propiciar adoções de perfis preteridos, pode vir a ser explicitada de maneira objetiva no âmbito da Lei, o que denunciaria a convicção do legislador sobre o caráter redentorista da adoção, como a solução mais indicada para qualquer criança ou adolescente em situação de acolhimento prolongado (BELTRAME et al., 2020)

Vidigal (2020) reconheceu na sua dissertação que o momento era delicado ao ECA pela nova investida dos grupos que desejam regular mecanismos de aceleração dos processos de destituição do poder familiar, representando assim ameaça ao projeto de sociedade da CF e sobretudo às famílias mais vulneráveis. Entretanto, observamos um certo paradoxo ao incentivar o apadrinhamento como facilitador de vínculos entre crianças acolhidas e pretendentes à adoção. Pode-se argumentar que este risco inexistiria, vez que, no apadrinhamento, estamos tratando de crianças com perfil preterido. Isso pode ser verdadeiro se estivermos tratando de programas de apadrinhamento bem estruturados, que contem com avaliação de equipe técnicas e com apoio do judiciário. Mas incorre-se também no risco de que o apadrinhamento desordenado facilite o acesso de pretendentes às instituições de acolhimento, iniciando vínculos com crianças sem situação processual definida e dificultando as ações de reintegração familiar - já tão fragilizadas pela precariedade das políticas públicas.

A cartilha de metodologia do projeto de Apadrinhamento Afetivo do IFH aponta que a adoção não é um objetivo do apadrinhamento e defende que associar o desejo de apadrinhar ao de adotar, faz com que o apadrinhamento perca seu sentido original, tenha seus objetivos ameaçados, gere angústia, frustração e a eventual quebra de vínculos entre padrinhos e afilhados, quando a adoção não ocorrer. (INSTITUTO FAZENDO HISTÓRIA, 2019)

¹⁸ Dá nova redação ao § 2º do art. 19B da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. "

Observamos, que a ideia fundadora do Projeto Padrinho do TJMS é de que o apadrinhamento possa ser pensado como um apoio às crianças e aos adolescentes, reconhecendo que, apesar da fragilização dos vínculos, elas podem ter um lugar de pertencimento junto às suas famílias de origem. Essa visão mais integrativa pode trazer inúmeros avanços no que diz respeito a uma efetiva participação da sociedade civil na melhoria das condições de desenvolvimento das crianças invisibilizadas pela vulnerabilidade do acolhimento.

Goulart e Paludo (2014), por outro lado, enfatizaram que o perfil de as crianças a serem apadrinhadas deve ser restrito àquelas cuja situação processual esteja definida, ou seja, que existam remotas chances de retorno à família de origem ou extensa. As autoras defendem que nos casos em que há chance de retorno, devem ser priorizados o convívio com a família de origem e trabalhos da rede socioassistencial visando essa reintegração. Neste sentido, a inclusão de criança ou adolescente que está na perspectiva de fortalecimento ou reconstrução de vínculos com a família de origem pode causar confusão e gerar conflitos para todos os envolvidos caso sejam incluídos em projetos de apadrinhamento afetivo. O posicionamento das autoras revela que há, no discurso sobre o apadrinhamento, uma continuidade com o discurso sobre adoção, em que há um grande afastamento nas relações entre família de origem e família substituta. Tal fechamento do sistema adotivo nacional pode ser fomentadora, até mesmo, de um sentimento de rivalidade em nível inconsciente por parte dos adultos envolvidos no apoio às crianças e adolescentes institucionalizados. Em referência ao sistema adotivo em que a filiação jurídica com a família de origem é completamente apagada e negada, como nos casos francês e brasileiro, Benghozi (2010) pondera que trata-se de um pacto denegativo com a cumplicidade do poder judiciário, que não deixa de ter consequências no nível psíquico.

A partir dos dados levantados nesta pesquisa, verificamos que ao longo de novas experiências regionalizadas, o apadrinhamento passou a ser amplamente defendido como meio para aumentar as chances de crianças e de adolescentes de perfil preterido serem colocados em família substituta. Esta polissemia se faz presente nas falas, nos materiais de divulgação, na compreensão que a mídia geral tem da proposta. Em um caso emblemático, apontamos uma notícia veiculada no interior de São Paulo, em que o apadrinhamento é descrito como “a nova opção menos burocrática de adoção” pelo jornal local, ao cobrir o evento de lançamento do Tribunal de Justiça. (RAMOS, 2017)

Em outro extremo desta discussão, apresentamos um apadrinhamento bem estruturado realizado pelo programa Anjo da Guarda do TJGO desde 2005, em que no documento

normativo há menção ao fato de que os padrinhos podem fazer a opção se desejam apadrinhamento afetivo com ou sem guarda já no momento da inscrição. Há ainda uma inovação importante neste programa, ao incluir os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa (liberdade assistida e prestação de serviços comunitários) como público-alvo dos apadrinhamentos provedor e prestador de serviços. Em Trabalho de Conclusão de Curso defendido na Escola Superior da Magistratura de Goiás por uma das técnicas responsáveis pelo programa Anjo da Guarda, ela argumentou que o programa de apadrinhamento afetivo desenvolvido pela equipe é um meio mais cuidadoso para realização de adoções tardias, pois o acompanhamento trazido pelo Programa Anjo da Guarda, primando pela preservação emocional e proteção integral das crianças e adolescentes já vitimados pelo seu contexto social, contrapõe-se à Adoção Tardia efetivada de modo precipitado. Nesta última, o tempo do estágio de convivência entre pretendentes e crianças maiores mostra-se muitas vezes insuficiente para haver segurança na sua colocação em família substituta, bem como para a formação de vínculos de afetividade. A autora apontou ainda que nestes casos pode haver a falta de acompanhamento de uma equipe técnica habilitada para orientação e intermediação, aumentando as chances de insucesso e reativando a frustração, abandono e rejeição nos adotandos. Há o levantamento de números relativos a este Programa de Apadrinhamento com foco na Adoção Tardia, em que 73 crianças maiores de cinco anos e adolescentes¹⁹ construíram novos vínculos em família substituta por meio de sua guarda ou adoção. (GARIB, 2017)

¹⁹ No período de 2005 – 2016

6 ANÁLISE

6.1 O que se espera do apadrinhamento

À primeira aproximação do campo, percebemos alguns padrões a partir da observação dos materiais de divulgação das campanhas de apadrinhamento. Alguns termos são mais recorrentes que outros para definir e criar uma identidade sobre a prática do apadrinhamento, ainda que não se saiba com certeza a natureza desta relação a ser estabelecida entre padrinhos e apadrinhados.

No caso dos apadrinhamentos prestadores de serviços (também chamados de apadrinhamentos profissionais) ou financeiros, a relação a ser estabelecida fica circunscrita a uma forma de ajuda solidária com bem ou serviço, de modo que fica mais facilmente caracterizado para quem oferta e para quem recebe. As ações podem ser mais bem compreendidas como uma ação de responsabilidade social, cidadania ou voluntariado. Nestes apadrinhamentos não há uma exigência de que as relações sejam contínuas, embora infira-se desejável que o sejam.

O apadrinhamento como “ajuda” pode, em alguns aspectos, aproximar-se de ações de caridade e filantropia. A filantropia pode ser compreendida como uma laicização da caridade cristã, ocorrida a partir do século XVIII, e que teve nos filósofos iluministas seus maiores propagandistas. O fazer o bem, o socorro aos necessitados, deixa de ser uma virtude cristã para ser uma virtude social de forma científica e racional, otimizada e estratégica. Nesta seara, a generosidade é entendida pelos filósofos como a virtude do homem bem-nascido, que tem inclinação para doar largamente o que falta aos desafortunados e busca ser radicalmente diferenciada da caridade, que é relegada a um lugar pejorativo. (SILVA; OLIVEN, 2020).

Já com relação ao “apadrinhamento afetivo” há um espectro maior de sugestões de atuação, e, embora o “afeto” seja algo difícil de delimitar, ele se expressaria, no contexto dos apadrinhamentos analisados, através do estabelecimento de relações cotidianas entre padrinhos e afilhados, sobretudo, as que podem ocorrer fora da instituição de acolhimento. Na medida em que se convoca a sociedade à ação solidária para criação de vínculos externos à instituição, com o objetivo de amenizar “sofrimento”, proporcionar experiências individualizadas, e outras experiências de relacionamento e exercício de convívio que não poderiam ser realizadas pelos profissionais que atendem estas crianças. Destacamos, por exemplo, a campanha do Estado do Acre para que tem como mote a proposição de que o padrinho seja um “doador” de afeto (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE, 2017)

Há referências, em outros casos, ao apadrinhamento visto como a oportunidade de uma **amizade** entre padrinhos e apadrinhados, como na campanha que destacamos abaixo:

Figura 2 - Logo de divulgação em campanha de apadrinhamento do Estado de Minas Gerais

Fonte: Cartilha Apadrinhar (2018).

Embora esta perspectiva ofereça-nos um viés interessante para a compreensão da prática, ao aproximar padrinhos e afilhados em importância dentro da relação, minimiza-se o caráter assimétrico que existe dentro do vínculo de apadrinhamento mediado pelo Estado. Tratamos de um vínculo que ocorre entre alguém de maior poder – o padrinho, adulto e responsável que dará apoio – e o apadrinhado – criança ou adolescente, que receberá apoio ao seu desenvolvimento. Tomando Kaës (2014), “toda aliança implica uma complementariedade e uma sinergia entre os sujeitos que a pactuam” (p.56). Neste caso, as alianças simétricas são estabelecidas entre dois ou mais sujeitos que investem de maneira bastante igual nelas: por exemplo, nas alianças amorosas entre adultos. As alianças assimétricas são impostas em partes desiguais aos sujeitos da aliança que estão vinculados por uma relação que pode ser de dependência ou influência. No caso do apadrinhamento afetivo, tratamos de uma relação adulto-criança/adolescente em que esta desigualdade está posta pelo chamado ao apoio que é feito aos voluntários. Busca-se oferecer à criança em acolhimento algo que lhe falta: afeto, convivência, recursos e serviços. Quando pensamos em todas as questões envolvidas na criação de vinculações assimétricas entre pessoas (KAËS, 2014), partimos da ideia de que a possibilidade de construção de uma relação, ainda que sujeita a falhas, é indicada em oposição a ausência de vínculos significativos para as crianças e adolescentes em acolhimento institucional prolongado.

A ONG Aconchego, que coordena influente programa de Apadrinhamento no Distrito Federal, tem uma cartilha dedicada à orientação das crianças e dos adolescentes na qual o apadrinhamento é diferenciado da adoção. A explicação para os acolhidos em preparação para a participação no projeto esclarece que:

[...] no apadrinhamento afetivo, constrói-se um laço de **amizade**. Os adultos se tornam padrinhos ou madrinhas, e as crianças ou os adolescentes se tornam afilhados e afilhadas. Padrinhos, madrinhas, afilhados e afilhadas devem continuar morando em suas próprias casas. Mas, podem se visitar e passar finais de semana, datas festivas e viajar juntos quando a Vara da Infância e da Juventude autorizar (ACONCHEGO, 2016; grifo nosso)

O programa Aconchego, ainda define os padrinhos como “voluntários motivados”, embora diferencie o apadrinhamento afetivo do mero voluntariado pelo fato de ser determinante que exista uma abertura e uma preparação para acolher e ser afetuoso para com o afilhado. Na proposta, a família de origem é considerada como parte do processo, pois não há restrição a que crianças com chances de retorno à família de origem sejam contempladas pelo apadrinhamento. No material de preparação para os padrinhos há indicação de que não devem disputar com a família de origem a atenção da criança ou do adolescente, apontando que, caso seja dia de visita da família, a preferência será desta. Ponderamos que é a possibilidade de inserir crianças e adolescentes sem situação apta à adoção parece reforçar a necessidade de fazer esta diferenciação entre apadrinhamento e adoção para que os apadrinhados sintam-se mais seguros em aproximar-se de outras famílias, que é o caso do Projeto Aconchego.

Apesar da lei não estabelecer proibição, apenas recomendar que o apadrinhamento seja feito prioritariamente para crianças e adolescentes em condições de adoção, há normativas que delimitam o apadrinhamento para os grupos sem chance de retorno ou colocação em família substituta como é o caso de Alagoas, Ceará, Rio de Janeiro e Paraíba. Ainda, estados como Amazonas, Bahia, Espírito Santo e Rio Grande do Norte têm em suas diretrizes um artigo proibindo terminantemente a inclusão de crianças e de adolescentes que tenham chance de adoção através do cadastro local ou nacional ou de retorno à família de origem ou extensa.

Em alguns dos contextos levantados, o apadrinhamento é mais explicitamente posicionado com relação à adoção como é o caso dos Estados da Bahia e do Rio Grande do Norte, que delimitam, em seção idêntica em suas normativas que uma das atribuições dos padrinhos é “III - esclarecer ao apadrinhado constantemente qual o objetivo do apadrinhamento, evitando a expectativa de adoção” (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, 2017; TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, 2018). A mesma ressalva está presente no Termo de Cooperação Técnica que formalizou o

Apadrinhamento Afetivo do Instituto Amigos de Lucas (2012), e parece ter sido a inspiração para a construção dos dois primeiros documentos ao enunciar “Esclarecer ao afilhado constantemente qual o objetivo do apadrinhamento, evitando a **ilusão sempre presente de adoção**” (JUIZADO DA INFÂNCIA DE PORTO ALEGRE et al., 2012, grifo nosso)

No material de divulgação lançado para dar visibilidade à campanha do Estado da Bahia, utiliza-se um comparativo entre adoção e apadrinhamento, com as etapas de cada projeto descritas, lado a lado. O informativo ainda esclarece que

[...] a iniciativa surgiu diante da percepção das dificuldades da adoção tardia. Nesses casos, o apadrinhamento - que tem como foco crianças e adolescentes acima de oito anos, com remotas possibilidades de reintegração à família de origem e inserção em família substituta - é uma alternativa. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, 2018, p.4).

No caso do Ceará, há a diferenciação entre as duas modalidades, seguida de uma argumentação que parece almejar o abrandamento da negativa sobre a adoção: “Apadrinhar não é adotar, mas é um ato de amor **também.**” (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, 2015, grifo nosso). O programa define algumas atividades esperadas do padrinho tais como: fazer visitas regulares, levar e buscar no colégio, levar para passear, passar finais de semanas, passar férias escolares, mas com o adendo de que estas saídas não excedam sete (7) dias corridos.

No Estado do Pará procurou-se fazer uma distinção enfática entre apadrinhamento e adoção na página de divulgação do Judiciário, que é um dos poucos canais de comunicação virtual que trata do programa de Apadrinhamento da região, o Projeto “Conta Comigo”. O descritivo, que tem pouco mais do que cinco frases incluiu a afirmação de que “o apadrinhamento afetivo não visa a filiação ou a parentalidade, por isso, o compromisso assumido por padrinhos e madrinhas será diferente daquele assumido por pais e mães adotivos.” (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, s/d). Por fim, há a menção de que a criança ou adolescente não coabitará com o seu padrinho.

No estado de Pernambuco, a campanha de divulgação do apadrinhamento “Pernambuco que acolhe” no site institucional do TJPE afirma que “a relação entre os padrinhos e a afilhada Rayane²⁰ acontece de forma semelhante **ao cuidado existente entre pais e filhos**”. Neste projeto, utilizam-se as redes sociais para aproximar padrinhos e afilhados e o caso descrito na matéria relata que os padrinhos visualizaram o perfil de Rayane na rede social *facebook*. O mesmo casal que apadrinha a adolescente de 16 anos, aguarda na fila de adoção por uma criança

²⁰ Nome fictício.

de até dois anos. “Enquanto aguardam a chegada da criança, acharam que seria importante ajudar alguém que não se enquadra no perfil escolhido por eles”. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, s/d, grifo nosso). Neste contexto, o apadrinhamento afetivo é descrito pelo casal como “uma ajuda”, ao mesmo tempo em que é comparado à relação entre pais e filhos. Sendo este um casal que aguarda adotar uma criança dentro do perfil preferencial do SNA (até 2 anos), nos questionamos como convivem todas estas situações dentro da relação padrinhos-afilhados.

Outra seção que merece destaque é a lista de atribuições da instituição de acolhimento apresentadas pelo Documento Normativo do Rio Grande do Sul (JUIZADO... et al., 2012), que pareceu ter inspirado também a normativa do Estado do Rio Grande do Norte. Às Instituições de acolhimento é dada a missão de preparar e orientar as crianças e os adolescentes para sua relação com os padrinhos no que tange aos aspectos do estabelecimento de vínculos e apego, distinção entre apadrinhamento e adoção; o respeito às diferenças; o pertencimento; a responsabilidade e os limites impostos durante o processo educacional. Embora as temáticas sejam pertinentes, consideramos a especificação um elemento que informa a necessidade do afilhado se adequar às expectativas dos padrinhos nesta relação, em que o comportamento almejado justificaria a continuidade da ajuda. Esta percepção é reforçada pela seção III, que dispõe o que segue “informar à CEJAI/RN eventuais inadequações de atitudes dos padrinhos e apadrinhados, a fim de que sejam tomadas as devidas providências junto a Vara com competência em matéria da infância e da juventude” (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, 2018). De maneira semelhante, a normativa do Estado de Roraima (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, 2018), em artigo dedicado a tratar das responsabilidades dos padrinhos, inclui que este deve estar ciente de que irá arcar com as despesas de estadia, transporte e consumo do afilhado(a) e com prejuízos decorrentes do comportamento ou de atos da criança nos dias em que estiver sob sua responsabilidade. A necessidade de monitorar inadequações comportamentais em apadrinhados explicita a existência de um receio de que estas crianças e adolescentes ofereçam algum tipo de ameaça a ser controlada pelo judiciário na relação de apadrinhamento? Considerando que estamos tratando de um contexto de medida protetiva, é razoável que exista esse controle sobre as ações do padrinho, vez que ele é o adulto responsável da relação e estamos cuidando de uma aproximação com vistas à criação de vínculos afetivos.

Quanto aos objetivos do apadrinhamento, a necessidade de favorecer a sensação de pertencimento e a estabilidade emocional (MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA

et al, 2018) nos pareceu a definição que melhor atende aos critérios de situar o vínculo com o padrinho no campo das relações estruturantes.

O apadrinhamento é ainda descrito como “um encontro humano” pelo programa do Instituto Fazendo História em que alguns contornos ao relacionamento estabelecido entre padrinhos e afilhados é dado pela seguinte redação:

A participação do padrinho na vida da criança ou adolescente pode ocorrer nos mais diferentes aspectos e de diversas maneiras, se conservado o caráter de referencial afetivo contínuo dessa relação e considerando, também, o contexto existencial e demanda da criança ou adolescente. O papel do padrinho é, principalmente, o de acompanhar e apoiar a criança ou adolescente em seu processo de amadurecimento, educação e desenvolvimento, contribuindo com cuidado, carinho e atenção aos aspectos subjetivos e objetivos da vida do afilhado. (INSTITUTO FAZENDO HISTÓRIA, 2019).

Na versão da cartilha para Padrinhos e Madrinhas do Instituto Fazendo História (2019), há um painel de exemplificações sobre atividades que podem ser desenvolvidas considerando-se a faixa etária e alguns eixos temáticos, tais como: identidade e história de vida, construção da autonomia, adolescência e projetos de vida, bem como temas difíceis da convivência. Há uma vinheta ilustrativa sobre receios que os padrinhos podem sentir quanto ao repertório do afilhado. Por exemplo, cita-se o caso de um adolescente que tem apreço pelo estilo musical funk que trata de temáticas como “a vida no crime” e como os padrinhos podem compreender estas manifestações, sem reduzi-las a uma evidência de que o adolescente irá se envolver com a criminalidade. A cartilha conta com uma seção dedicada a explorar atitudes dos padrinhos que podem dificultar a formação de vínculo e o desenvolvimento da autonomia do afilhado, como por exemplo: concepções de que os apadrinhados são carentes ou que possuem pouco repertório, desconsideração por seu contexto de vida, usar de forma categórica a própria história de vida como referência ao pensar na realidade da criança ou adolescente, ter expectativas inflexíveis, superproteger e colocar-se em um lugar de quem sabe muito mais. (INSTITUTO FAZENDO HISTÓRIA, 2019)

Analogamente, na normativa do Estado de Roraima (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, 2018) no artigo dedicado a detalhar as responsabilidades dos pretendentes que já citamos, estão previstas além das mais comuns orientações relacionadas à regularidade no contato com a criança ou adolescente apadrinhado, a indicação de que se evitem críticas às atitudes e decisões do (a) responsável legal (instituição ou família acolhedora) na presença da criança; bem como respeitar a família de origem do(a) afilhado(a), evitando-se críticas, depreciações, insultos e/ou ações discriminatórias.

As ligações entre padrinhos/madrinhas e afilhados, se realizadas de forma cuidadosa, têm o potencial de ser uma forma de vinculação valorosa por si própria, desde que ela proporcione uma autêntica sensação de pertencimento, que está no cerne dos vínculos significativos e estruturantes. Aqui faz-se necessário explorar o que denominamos vínculo, dado a inespecificidade deste termo, sobretudo quando estamos na interface entre o Direito e a Psicologia. Nas medidas protetivas e nas destituições do poder familiar, é comum que se questione ao psicólogo que avalia o caso se há vínculo entre a família biológica e a criança em questão. Neste ponto é preciso retomar que o vínculo não é uma relação. O vínculo pode ser claro, por exemplo, quando não há ambiguidade nenhuma quanto ao reconhecimento mútuo dos lugares ocupado por uma mãe e um filho, um quanto ao outro. Mas no tocante ao relacionamento entre ambos, pode haver uma grave conflitualidade (BENGHOZI, 2010). Nos vínculos familiares, podemos distinguir duas categorias: os de sangue e os de aliança. Os vínculos de sangue são aqueles que circunscrevem o parentesco ao fato biológico da geração e da transmissão genética. Já os vínculos de aliança, que são aqueles que mais nos interessam do ponto de vista do apadrinhamento, são baseados nos compromissos recíprocos entre as pessoas. (BERENSTEIN, 2011)

Na visão de Berenstein (2011), o pertencimento ao grupo familiar está ligado à ideia de pertencer ao parentesco, a habitar do lado de dentro, enquanto os “estranhos” estão do lado de fora do limite familiar. O pertencimento é forjado na cotidianidade. Para pertencer, todos os aspectos do apadrinhado precisam ser acolhidos nesta relação e eles incluem as possibilidades de falhar, frustrar e ser frustrado, dialogar e reconstruir possibilidades de convivência (VIDIGAL, 2020). Não haveria, portanto, a necessidade de medir o apadrinhamento por sua capacidade de produzir adoções, senão estivéssemos imersos em uma lógica familista que ainda prioriza as conformações familiares consideradas tradicionais. Assim como Dantas (2011), entendemos que os vínculos duradouros entre padrinhos e afilhados, quando genuínos e saudáveis, têm efeitos equivalentes às relações de parentesco. Nestas, não há a imposição de um vínculo de filiação que deveria “coroar” o sucesso de um apadrinhamento, mas o reconhecimento de que vínculos significativos e de apoio podem ocorrer fora da relação pais-filhos e são estruturantes do psiquismo.

É necessário considerar a que projeto de sociedade subjaz cada proposta de apadrinhamento, a depender de quem são os atores que o executam. A maioria dos programas analisados apontaram o interesse em promover convivência familiar e comunitária às crianças

em medida de acolhimento com remotas chances de retorno à família de origem e poucas possibilidades de adoção. Há algo desta definição que construiu um gradiente hierárquico, onde o apadrinhamento estaria situado entre uma solução ou outra, conferindo-lhe conotações pouco lisonjeiras de prêmio de consolação às crianças e aos adolescentes que dele se beneficiam. O *slogan* principal de campanha de apadrinhamento, utilizada pelo “Apadrinhar” (MG e RJ) nos pareceu elucidativo neste sentido “Existe uma opção entre a adoção e o não fazer nada.”.

Figura 3 - Impressão de tela do Site institucional do Programa Apadrinhar

Fonte: ONG CI Vitória (c2018)

Assim, se não reconhecermos o necessário cuidado a esta aproximação, que nada tem de casual, poderemos sustentar que apadrinhamento afetivo é um fomentador de desenvolvimento da autoestima para as crianças e adolescentes privados da convivência familiar? O mais provável, nesta perspectiva, seria a confirmação das reflexões de Souza e Paravidini (2011), onde a criança se faz depositária de aspectos conflitivos dos padrinhos. Situação em que o apadrinhado assumiria um papel de vítima na medida em que é colocado por intermédio desta relação na posição de abandonado, daquele que não tem e em que é instaurada a falta, enquanto o padrinho aparece como a figura que poderia salvar a criança dos infortúnios, desconsiderando o seu próprio desamparo.

No Estado de São Paulo, a explicitação do requisito de preparação se dá através do Provimento TJSP - CG Nº 40/2015 que dispõe sobre o apadrinhamento afetivo e dá recomendações sobre os processos de avaliação e preparação dos candidatos a padrinhos e afilhados, equipes das instituições de acolhimento, bem como a implantação e divulgação dos programas. Note-se que o provimento é anterior à Lei 13.509/2017 e enfatiza a necessidade de que profissionais dos setores técnicos assumam a regulação da tarefa. Ao fazer isso, a Justiça paulista legitimava o caráter técnico da intervenção, e convocava as equipes técnicas

psicossociais a um posicionamento ético-político diante da questão. Estas deveriam fazer as intervenções necessárias junto às instituições de acolhimento para que a visita esporádica e despreocupada frente às necessidades das crianças e adolescentes acolhidos, fosse banida e substituída, em tese, por formas mais cuidadosas de introduzir a participação da sociedade civil no cotidiano das crianças e adolescentes em medida de acolhimento.

Além das práticas apontadas neste texto, existem diversas experiências de apadrinhamento afetivo mediadas pelo judiciário em todo o país, e apenas no estado de São Paulo já foram reportados 92 programas, de acordo com dados obtidos no site do Tribunal de Justiça de São Paulo até maio/2021. Contudo, aos responsáveis por executar a política restam diversas questões quanto à melhor maneira de preparar os padrinhos, apadrinhados e todos os envolvidos na viabilização do apadrinhamento, de modo a minimizar o risco de exposição destas crianças a novas situações de abandono e violações de direitos. Como já apontado, a relação que se estabelecerá com a criança ou o adolescente nem sempre será aquela idealizada e os testes ao vínculo direcionados aos padrinhos podem ocorrer de forma semelhante ao que se dá no processo de adoção, gerando desgastes na relação e a ameaça de novas rupturas. Há que se considerar também as diferentes realidades de cada município, a disponibilidade de pessoal para execução das capacitações, o número de candidatos, dentre outros.

A partir da oportunidade de acompanhar como técnica do judiciário o programa de apadrinhamento ativo desde 2008, o “Projeto Família Hospedeira”, tivemos o contato com um processo de execução semelhante à avaliação e à preparação de pretendentes à adoção, com enfoque redirecionado ao apadrinhamento das crianças e dos adolescentes sem chances de colocação em família substituta através do SNA. Naquele cenário, também havia o interesse por parte do judiciário de que o apadrinhamento fosse um facilitador de adoções tardias, ou ainda que as famílias assumissem alguns dos acolhidos em guarda, embora este não fosse o objetivo do programa. Muitas colocações em família substituta foram viabilizadas por meio da iniciativa, sendo motivo de orgulho para a comunidade local (LIMA, 2013). O programa baseava-se na flexibilidade e na proposta de que um novo vínculo poderia ser criado e fortalecido através do convívio. Assim as exigências não deveriam ser demasiadas em um primeiro momento, porque levariam ao mesmo lugar de estranhamento e recusa que a ideia de adotar uma criança maior aponta aos pretendentes à adoção (LIMA, 2013). Naquele contexto, muito anterior à lei de 2017, a Portaria de autorização permitia que os integrantes do Cadastro Nacional de Adoção fizessem parte do programa de apadrinhamento. Quanto à proibição de participação dos habilitados no SNA em programas de apadrinhamento, Vidigal (2020) se

posiciona de forma contrária, entendendo que esta limitação é um retrocesso, que pode dificultar adoções necessárias. Como uma das envolvidas nas discussões em torno da tramitação da lei 13.509, a autora explicitou a querela ocorrida quanto à pertinência ou não de se permitir a participação de pretendentes habilitados em programas de apadrinhamento, que discutiremos na seção seguinte.

Por fim, destacamos o apoio e a visibilidade que as práticas de apadrinhamento receberam em função do oferecimento de uma formação pela ONG Aconchego, em parceria com a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente e o CONANDA. Foi oferecido um curso gratuito à distância, em 80 horas no período de abril a maio de 2017. A iniciativa tinha como objetivo aprimorar os conceitos, diretrizes e metodologia sobre a preparação para adoção e apadrinhamento afetivo com orientações para a condução de grupos de preparação de adotantes, padrinhos, madrinhas, crianças e adolescentes cadastrados para adoção ou incluídos no Programa de Apadrinhamento Afetivo (INSTITUTO FAZENDO HISTÓRIA, 2017). Tal formação justificaria a existência de um nível de coerência nos apadrinhamentos que se instalaram após a aprovação da lei 13.509, que somente viria a ser aprovada em novembro daquele mesmo ano.

6.2 A querela da adoção salvífica

O movimento de ‘*salvação da criança*’ floresceu particularmente nos países protestantes da Europa e na América do Norte, entre 1830 e 1920, período de fundação de movimentos como o já citado *Big Brothers*, *Big Sisters of America* e a ONG internacional *Save the Children*. Este período foi marcado pela ação cívica de indivíduos através de associações filantrópicas criadas para atuar em defesa dos pobres e necessitados. A industrialização e a urbanização expunham a pobreza nas ruas das grandes cidades, lado a lado com a circulação do capital. No caso específico da criança, a ação filantrópica revelou-se das mais intensas e teve um impacto tal, que se atribui em grande parte a esse movimento a pressão para que o Estado assumisse a responsabilidade na criação de políticas destinadas à infância. (RIZZINI, 2006)

O movimento que se constituiu com a proposta de *salvar a criança* tem sua origem a partir da crença de que, herança e meio deletérios transformavam em monstros crianças já marcadas por certas inclinações inatas, acarretando consequências funestas para a sociedade como um todo. Salvar essa criança era uma missão que ultrapassava os limites da religião e da família e assumia a dimensão política de controle, sob a justificativa de que havia que se defender a sociedade em nome da ordem e da paz social. (RIZZINI, 2006)

Um possível viés *salvífico* para a compreensão da adoção e consequentemente, do apadrinhamento, nos apontou caminhos de reflexão, pela sua reiterada presença nos discursos nacionais a que tivemos acesso no processo de discussão da Lei. Reconhecemos, através da nossa prática cotidiana como técnica do judiciário, que há de fato casos em que o mais indicado para a criança é ser encaminhada para a adoção - configurando-se na solução que atende ao seu melhor interesse. Mas não se trata da regra - e é como deve ser, seguindo-se o preconizado no ECA de que a adoção é medida excepcional. Neste contexto, trata-se do desfecho de uma situação extrema em que, muitas vezes, houve uma falha generalizada do Sistema de Garantia de Direitos, expondo gerações de famílias a violações de direitos que culminam em uma determinada criança ou grupo de irmãos que chegamos a encaminhar para família substituta. O complexo de salvador pode estar presente quando se considera que as famílias cadastradas são os bons referenciais de convivência familiar e aqueles obtidos na comunidade de origem são os “maus referenciais”, responsáveis únicos pela falta de perspectivas do jovem em acolhimento.

A partir do relato da Desembargadora Maria Isabel Rocha sobre o disparador do primeiro caso do Projeto Padrinho (20 ANOS..., 2020), verificamos que há poucos programas que consideram o apoio à família de origem como uma possível forma de relacionamento com a criança ou adolescente em acolhimento. Pode-se apadrinhar uma criança sem apadrinhar o mundo ao qual ela pertence? Ao enfatizarmos o sujeito de direitos que é a criança, pretende-se, dentro da Constituição, retirá-la da invisibilidade, que um sistema jurídico baseado na família liderada pela figura do patriarca criou na história mundial e cinco séculos de história brasileira. Mas também temos imiscuída nesta preocupação legítima, aquela que tem interesse pela infância caracterizada como *abandonada e potencialmente delinquente*. Há uma ampla discussão no campo das ciências sociais que identifica o início de uma “cruzada pela infância” em contexto em que se afirmava “que salvar a criança era salvar o país” coincidindo com o advento da república, da urbanização e da industrialização (RIZZINI, 2006). As práticas visando a proteção e o controle das crianças pobres representativa das elites filantrópica e política daquela época parecem ainda estar presente nas vozes que clamam por uma “Lei de adoção” apartada do ECA, com o intuito de desburocratizar as adoções. As práticas de cuidado da infância seguem marcadas pela lógica menorista, mesmo com o ECA tendo seus 30 anos completos.

Como ilustração da presença deste viés menorista, destacamos um dos materiais de divulgação sobre o apadrinhamento, cujo slogan diz: “Programa de apadrinhamento beneficia

menores abrigados” (CONVIVER; TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2011). O discurso que coloca a adoção e o apadrinhamento como a melhor solução para o problema das crianças em acolhimento – com seu efeito de deslocamento da infância pobre de seus referenciais supostamente tóxicos - demonstra uma continuidade do pensamento menorista no campo da filantropia judicializada, travestida de investimentos para “salvar as crianças”. Um apadrinhamento pautado pela lógica do “prêmio de consolação” aos adolescentes em acolhimento para as crianças que “sempre têm a expectativa de encontrar uma nova família” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2019, p.3), como menciona a relatoria do projeto de Lei que tramita pela inclusão dos pretendentes à adoção como candidatos à padrinhos e madrinhas. Destacamos um trecho destinado ao comentário do Art. 19-B em uma recente publicação do ECA, um documento de referência de grande alcance e prestígio para operadores do Direito, em que a adoção é apontada como a sorte da criança, invertendo-se novamente a lógica de que a criança seria o sujeito do direito e a colocando no lugar de objeto, que tem a sorte de ser escolhida por seus pais:

É obvio que em alguns casos pode surgir o interesse de um padrinho em adotar um infante apadrinhado. Nesse caso, bom para todos. Isso porque, nunca é demais frisar, que o apadrinhamento se realiza com crianças com remotas chances de recolocação familiar, ou seja, para estes infantes, o interesse na adoção por parte de um padrinho é a sorte grande. (ROSSATO; LEPORE; CUNHA, 2019, p. 169)

O art. 5º da CF diz que **todos são iguais perante a lei**, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se a todos os residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. O item I do mesmo artigo especifica, de maneira que poderia ser redundante, a igualdade homens e mulheres, no tocante a seus direitos e suas obrigações. E é por esta razão que houve a necessidade de ajustar a expressão pátrio poder para poder familiar, refletindo-se esta igualdade que antes não existia em termos práticos e jurídicos. Da mesma forma, o Art. 3º do ECA, ao enunciar que a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, revela, que em algum momento da história não foi suficiente que houvesse apenas uma norma para todas as pessoas – a criança não era considerada uma “pessoa” no sentido amplo desta palavra, ou seja, ela não gozava de direitos perante a lei e o detentor do pátrio poder – neste caso literalmente “o pai”, detinha o poder de vida e de morte sobre ela. Em última análise, todas as crianças estavam sob a égide da vida nua a quem o Estado poderia deixar morrer (AGAMBEN, 1995).

Afastando-nos da perspectiva individual, a partir da qual poderíamos analisar cada caso de apadrinhamento exitoso do ponto de vista dos vínculos formados entre padrinhos e

apadrinhados, cabe uma reflexão sobre o projeto de sociedade e de psicologia que teremos como referencial ao realizarmos intervenções junto às famílias de origem e com as crianças em acolhimento.

Retomando Rizzini (2006) sobre o desenvolvimento de um complexo aparato jurídico-assistencial com foco na infância pobre, parece não haver um investimento que promova a redução da profunda desigualdade social que caracteriza o país e as políticas de incentivo à adoção como resolução de problemas sociais têm esse viés. A hipótese do *apadrinhamento familiar*, uma modalidade descrita no Programa Apadrinhar – RJ, em as famílias naturais são auxiliadas na assistência aos seus filhos quando há fragilização vincular decorrente da falta de recursos econômicos, parece confirmar esta tendência. Neste caso, é feita uma transferência de recursos para a família através da equipe técnica da Vara, que inclui a família como candidata ao programa e padrinhos que podem ser pessoas físicas ou jurídicas. Busca-se propiciar condições dignas de habitação, higiene, educação e trabalho para os membros daquele núcleo familiar, que deverão frequentar a escola de família, curso de alfabetização de adultos, se for o caso, e cursos profissionalizantes oferecidos pelo governo ou por entidades da sociedade civil (LEAL, 2015). No entanto, prevalece um viés meritocrático que desconsidera que estas condições dignas deveriam ser direitos sociais básicos, na medida em que a família apadrinhada é acompanhada pela equipe técnica por um ano, devendo demonstrar neste período ter alcançado condições de se manter por si própria, e só poderá ser apadrinhada uma única vez. Excepcionalmente, em caso de falecimento de um dos mantenedores da família, ou acometimento de enfermidade que o impeça de trabalhar o juízo poderá, a partir de seu livre convencimento, reinseri-la no programa por período único, improrrogável, de um ano, não sujeito a renovação.

O mito da "família desestruturada" que retira das mãos do Estado parte de sua responsabilização perante as crianças e os adolescentes ganha força diante do abandono que decorre da intensificação da fragilização das relações familiares após a medida de acolhimento institucional. Qualquer mito de generalização e enquadramento acerca do que seria uma família ideal traz riscos importantes para a efetivação dos direitos e crianças e adolescentes e é preciso fazer frente a estes conceitos naturalizados para que assim seja possível considerar e acolher a singularidade que envolve as lógicas de cada família em diferentes tempos históricos e em diferentes situações contingentes (GUERRA et al., 2019).

Há que se considerar o fato de que o apadrinhamento proporcionaria a presença e a participação de famílias voluntárias, mais próximas do ideário de família daqueles que decidem

os destinos das crianças - a saber, magistrados que nem sempre têm a sensibilidade exemplar da Des. Rocha ao demonstrar ampla compreensão de que as vicissitudes das famílias vulneráveis devem ser ponderadas no momento de tomada de decisão sobre rompimento de vínculos jurídicos. Estamos, portanto, em um cenário de escassez de políticas públicas e de imensas dificuldades financeiras potencializadas pela Pandemia de COVID-19, aumentando as chances de que os investimentos nas famílias de origem sejam rapidamente abandonados, em detrimento das famílias de referenciais “saudáveis” cadastradas, contribuindo, de certa forma, para que o acolhimento se prolongasse de forma definitiva ou que os vínculos com a família de origem fossem rompidos buscando-se a colocação em família substituta.

E para além disso, situar o apadrinhamento como uma proposta de convivência familiar e comunitária que não seja uma maratona cuja linha de chegada coincide com a concretização da adoção, nos aponta o reconhecimento de que esta última deve ser sempre uma medida excepcional, tal como ela está prevista no ECA e na compreensão psicanalítica. A adoção, como as pesquisas na área indicam, é um vínculo familiar que não deve ser em hipótese alguma a via preferencial da resolução de problemas sociais com encorajamento de uma leviana circulação de criança entre as classes ricas e pobres (OLIVEIRA, 2015). As iniciativas de incentivo à aproximação de pretendentes às crianças e adolescentes de perfil preterido exigem cautela, pois a delimitação do perfil pelos pretendentes se relaciona com a história de vida de cada um, questões inconscientes e representa a busca de um semelhante, “uma familiaridade definida pela identificação, que será fundamental para a inserção da criança na identidade parental e para a construção do senso de pertencimento” (MACHADO; FÉRES-CARNEIRO; MAGALHÃES, 2015). O processo de construção de vínculos nesse campo é complexo e está atrelado a diversos fatores subjetivos e psíquicos relacionados ao desejo de se tornar pai e mãe. Ao evocar motivações altruístas, fomentar o apadrinhamento como uma chance para as crianças “sem chances” pode estimular as adoções que trazem um desencontro entre o que a criança necessita e o que os futuros pais pretendem, uma vez que o desejo de ajudar não é suficiente para o estabelecimento de um vínculo parental (PEITER, 2011). Neste sentido, Levinzon (2015) nos alerta que ‘o desejo de fazer o bem’, traz complicações importantes no convívio sincero com o filho, visto que se o adotante passa a esperar dele ‘gratidão pela benfeitoria’, pode ser prenúncio de turbulências na vinculação, se não for algo que possa vir a ser elaborado psiquicamente. Em estudo sobre a devolução de crianças em uma VIJ do Rio de Janeiro, Levy, Pinho e Faria verificaram que a ocorrência de um encantamento por crianças mais velhas que estavam abrigadas foi precursora de uma posterior devolução. Pondera-se que a condição de carência de

uma criança, mobilizadora nos adultos o desejo de “salvá-la”, deu também causa a exigência de gratidão que comprometeu a formação de um vínculo de filiação. (LEVY; PINHO; FARIA 2009).

Há por outro lado, a defesa de que a aproximação mais casual, proporcionada pela precariedade do laço jurídico do apadrinhamento, favoreceria o abaixamento das expectativas que pode haver das aproximações com vistas à adoção, permitindo a quebra de preconceitos e estigmas sobre as crianças maiores e adolescentes no convívio diário. Assim, o apadrinhamento agiria motivando que um maior número de famílias, inicialmente fechadas às adoções necessárias, se vissem fortemente vinculadas aos seus apadrinhados, ensejando um pedido de guarda. (LIMA, 2013; VIDIGAL, 2020) Desta forma, o vínculo comunitário formado durante o apadrinhamento seria o impulsionador do pedido de adoção, reconhecendo-o como vínculo socioafetivo suficiente para perfilhar o/a afilhado/a. Na pesquisa empreendida por Dantas, a presidente da Instituto Amigos de Lucas descrevia o programa de apadrinhamento como um meio para conseguir, além de padrinhos afetivos, pais para adoção tardia porque “muitos padrinhos se apegam aos seus afilhados e os adotam”. (DANTAS, 2011, p.44)

O argumento de que a diminuição das expectativas pode favorecer a formação de um vínculo genuíno que culminaria em adoção deve ser observado com cautela, visto que não é improvável a replicação de relações hierárquicas entre os padrinhos e apadrinhados no que diz respeito aos atravessamentos de gênero, raça e classe social; podendo ocorrer da mesma forma que ocorrem nos processos de aproximação para adoção. Os vieses provocados pelo fato de que as famílias voluntárias, assim como as famílias pretendentes à adoção provavelmente serão da raça branca, podem ser dificultadores da vinculação nos apadrinhamentos, assim como o são nas adoções interracialias.

Se as diferenças que marcam o pertencimento da criança ou do adolescente a sua história de origem, tais como características raciais e culturais, forem capazes de mobilizar hostilidade inconsciente aos padrinhos, pode ocorrer semelhante situação ao que analisa Levinzon (2013) em um estudo de caso sobre adoção interracial. Quando tais diferenças entre adotantes e adotandos não estão plenamente elaboradas para os envolvidos, as evidências da diversidade na criança podem evocar sentimentos inconscientes de preconceito comprometendo a qualidade da relação e gerando sentimentos de autodesvalorização no filho adotivo. Tais configurações podem se fazer presentes também nas aproximações via apadrinhamento, como apontou Dantas (2011) em seu estudo sobre o Instituto Amigos de Lucas, em que as desistências são atribuídas, pela representante da ONG, à má preparação dos candidatos, que idealizam crianças perfeitas.

Isto se configura como um obstáculo à construção do vínculo, que só seria possível nos casos em que há um certo tempo de convivência, a instauração de uma cotidianidade propiciadora do pertencimento. Isto não poderia ocorrer se na primeira dificuldade os padrinhos desistissem das crianças. Assim, nos dados levantados por Dantas, quando o apadrinhado não se comportava da maneira esperada, o preconceito veio à tona. Os padrinhos que desistiram da relação tinham ideias de que, por pertencerem a famílias “desregradas” ou morarem em abrigos, as crianças teriam uma conduta marginal. (DANTAS, 2011). Neste contexto, dificuldades escolares, por exemplo, foram interpretadas como sinais de preguiça, falta de vontade de aproveitar as oportunidades que lhe foram oferecidas através do apadrinhamento, ensejando que os padrinhos abandonassem a relação por não verem “retorno” em seus “investimentos” na qualidade de cuidados e conselhos.

O novo abandono por parte do padrinho ou da madrinha, se configura em um sofrimento importante, por reeditar o abandono primário vivido através da institucionalização e poderíamos inferir ter efeitos emocionais semelhantes às desistências e devoluções no processo de adoção. Sobre as consequências de um desfecho ruim na relação de apadrinhamento, Vidigal (2020) corrobora que:

O acompanhamento das relações estabelecidas nos evidenciou o desafiador universo do tudo ou nada: ou a relação se desenvolve e se transforma em algo de valor inestimável, de importância fantástica e esteira de conquista em diversos campos da vida, ou o desfecho é composto de incertezas, descuidados, frustrações, não ditos e para os jovens de uma solidão ainda mais profunda que a existente antes do início do apadrinhamento. (VIDIGAL, 2020, p.109)

6.3 O “não” no § 2º - Reflexões sobre a restrição aos “habilitados” e algumas contribuições da psicanálise

O parágrafo alvo de debate durante a aprovação do Projeto de Lei que deu origem ao Art. 19-B do ECA enuncia que **“Podem ser padrinhos ou madrinhas pessoas maiores de 18 (dezoito) anos não inscritas nos cadastros de adoção, desde que cumpram os requisitos exigidos pelo programa de apadrinhamento de que fazem parte.”**. Como já vimos em seção anterior, este ponto da normativa sofreu um veto presidencial, sob a alegação de que esta restrição poderia trazer prejuízo às crianças e adolescentes com remotas chances de adoção (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2017).

O que haveria de inadequado na permissão a que potenciais adotantes se aproximassem das mesmas crianças e adolescentes autorizadas pelo judiciário à colocação em famílias substitutas por meio do apadrinhamento? Seria algo coerente, especialmente porque os

habilitados à adoção deveriam ser os atores mais interessados, dentro da Sociedade Civil, em estabelecer convivência com as crianças e os adolescentes com vínculos familiares rompidos e vivendo em acolhimento. É também o que se sugere no Art. 197 do ECA, que já vimos em momento anterior do texto, e permite que os pretendentes à adoção possam conhecer a realidade de crianças e adolescentes vivendo em acolhimento, como parte da estratégia de preparação para habilitação e de incentivo às adoções necessárias.

Um dos argumentos levantados é que a participação deste grupo poderia ocasionar “burla” à ordem estabelecida no Sistema Nacional de Adoção, trazendo prejuízos para os pretendentes habilitados que não participassem do apadrinhamento. Esta posição deveria perder a sua força diante da centralidade do interesse da criança nos processos e a prevalência de que “busca-se uma família para uma criança” e não o contrário. Somamos a esta linha de raciocínio, o fato de que uma suposta burla à ordem do cadastro se mostraria pouco provável vez que o apadrinhamento está direcionado às crianças com remotas chances de colocação em família substituta. Esta disputa em torno do cadastro, nesta seara, teria menor importância diante da primazia da garantia da convivência familiar para a criança. Ressaltamos, assim, que a excepcionalidade da adoção, tanto do ponto de vista jurídico quanto vincular, deveria ser um argumento reforçador de que não existe um “direito a adotar”, no qual o adulto é o principal beneficiário do processo adotivo. O Estado não teria que garantir um direito de ter filhos aos pretendentes à adoção, mas sim, permitir uma possibilidade de perfilhar uma criança que terá seu direito a viver em família garantido (HAMAD, 2002).

Outro argumento estaria condicionado às dificuldades vinculares que poderiam advir da chegada da criança dentro do perfil para o pretendente, ensejando sentimentos de rejeição no apadrinhado. Diante desta razão, teríamos a argumentar que seria necessário questionar aos pretendentes não habilitados para adoção sobre a intenção de ter filhos biológicos. E ainda, supor que tal intenção poderia se configurar em uma restrição para participação nos programas, vez que neste caso, também estaria colocada a possibilidade do surgimento de sentimentos de rejeição por parte do afilhado. Ainda, poderíamos argumentar que a existência ou não de filhos biológicos, sobrinhos ou outros parentes, teria o potencial de se tornar obstáculo à formação do vínculo, o que abriria um sem-fim de possibilidades de restrição de perfis de candidatos padrinhos. Seria desejável que fosse considerada a função da avaliação empreendida pelas equipes técnicas responsáveis pela condução do programa de apadrinhamento, qual seja, equacionar todas as motivações e particularidades da família envolvida no processo de apadrinhamento, bem como dos apadrinhados em questão.

Temos a hipótese de que as razões para limitar a participação dos habilitados à adoção na participação em programas de apadrinhamento, alinha-se a uma espécie de recalçamento institucional, e para tanto utilizaremos “A negativa” de Freud (2012:1925) para propor uma reflexão sobre as práticas de apadrinhamento afetivo no Brasil e o debate acerca do § 2º do Art. 19-B, quanto à inclusão de pretendentes habilitados no Sistema Nacional de Adoção (SNA) em programas de apadrinhamento.

Em “A negativa”, Freud (2012:1925) propõe que o conteúdo reprimido de uma ideia ou imagem pode abrir caminho até a consciência, sob a condição de ser negado. A negação, torna-se uma forma de tomar conhecimento daquilo que foi reprimido e demonstra algum grau de levantamento da repressão, embora não implique em uma aceitação da ideia reprimida. Freud apresenta uma breve vinheta para ilustrar a maneira como as ideias espontâneas aparecem, no trabalho psicanalítico, fornecendo a oportunidade de fazer algumas observações sobre os conteúdos inconscientes. O paciente lhe diz “Você pergunta quem pode ser esta pessoa no sonho. Minha mãe não é”. Ao que ele corrige: “Então é a mãe”. Freud argumenta que poderia se tomar a liberdade, na interpretação, de ignorar a negação e apenas extrair o conteúdo geral da ideia. Neste processo, há uma separação entre a função intelectual e os processos afetivos em torno da ideia alvo. Como resultado, têm-se uma aceitação intelectual do reprimido, enquanto se mantém, aquilo que é essencial a todo o processo de repressão da ideia negada. Freud ainda argumenta que é uma função intelectual confirmar ou negar os conteúdos dos pensamentos, de modo que negar algo é ao mesmo tempo por ênfase em algo que se gostaria de reprimir. Utilizando um símbolo de negação, o pensamento poderia livrar-se das limitações e se enriquecer de conteúdos fundamentais ao seu funcionamento.

Se negamos categoricamente a inclusão dos candidatos habilitados nos programas de apadrinhamento afetivo, sem que a singularidade das motivações por trás dos processos seja levada em consideração, poderíamos supomos que seja porque a inclusão dos habilitados representa algum tipo de perigo à instituição “apadrinhamento” e precisaria continuar como um conteúdo encoberto das discussões, para que seu funcionamento se mantivesse. A partir das interlocuções produzidas pelas análises dos programas em funcionamento no território nacional, há duas principais correntes de execução do apadrinhamento afetivo: os que permitem a inclusão de crianças e adolescentes de qualquer idade e sem situação processual definida e aqueles que restringem o público-alvo às crianças e adolescentes destituídos ou em processo de destituição. Neste sentido, serão realizados trabalhos muito distintos, pois, de fato, com relação aos primeiros, não deveria haver intenção de filiação por parte dos candidatos a padrinhos e

madrinhas. Mas no caso dos segundos, nos parece que o desejo de filiação não se configuraria em um problema, e, ao contrário, proporcionaria a aproximação e formação de vínculos que poderiam resultar em uma colocação em família substituta favorável.

A possibilidade de uma motivação latente voltada à viabilização de adoções necessárias se justifica pela percepção de que o apadrinhamento é apresentado lado a lado com as estratégias mobilizadoras de adoções nos planos de ação do judiciário, e esta, como nenhuma outra prática em andamento no momento, oportuniza a criação de vínculos prévios entre pretendentes à adoção e crianças/adolescentes. Tratamos de algo que não teria nada de censurável a partir do ECA, vez que é direito de todas as crianças e adolescentes crescerem em uma família. Mas esta modalidade somente é coerente se os apadrinhamentos afetivos realizados por pretendentes à adoção fossem restritos somente às crianças com situação processual definida. Porém, isto não seria um impeditivo para que ocorressem apadrinhamentos afetivos de famílias que não têm intenção adotiva para crianças que mantêm contato com suas famílias de origem. Todas estas particularidades poderiam ser contempladas no processo de preparação e pareamento.

Uma outra razão para este embate, pode estar relacionado à confusão de línguas existente no campo, em que equiparam erroneamente o apadrinhamento afetivo com as Famílias Acolhedoras. Vale lembrar o recente Projeto de Lei 775/2021 que está em trâmite no Congresso Nacional, parece explicitar algumas incoerências sobre as finalidades das políticas públicas de acolhimento familiar. A proposta em questão é que as famílias habilitadas para adoção sejam cadastradas como Famílias Acolhedoras, podendo ter preferência para adoção em caso de destituição do poder familiar da criança em medida de proteção. Para tanto, na defesa do projeto, bastaria que as famílias aguardando na fila da adoção fossem “cientificadas” de que a criança sob sua guarda poderia voltar para a família biológica (PETERNELLI; BELMONTE, 2021). Diante desta proposição legislativa, ponderamos, na mesma direção que Goulart e Paludo (2014) sobre o apadrinhamento afetivo, que o conflito de interesses no caso de famílias habilitadas apadrinhando ou acolhendo crianças com condições de retorno à família de origem, tornaria estes pareamento passíveis de dar causa a ruídos ao processo de reintegração. Neste sentido, é possível que o desejo de perfilhar poderia ser um impeditivo para que uma simples cientificação resolvesse todas as consequências para os trabalhos da rede em função da reintegração familiar.

Outra hipótese para o encobrimento do incentivo às adoções necessárias, seria o risco de afugentar os pretendentes ao apadrinhamento que se permitiram essa empreitada pelo “aparente descompromisso” (LIMA, 2013) e que veriam exposta, a suposta expectativa de que

toda criança quer ser adotada. Nesta perspectiva, a relação idealizada seria a filiação, relegando toda outra forma de vínculo a um lugar de menos valia. De outra maneira, entendemos que a partir das reflexões produzidas durante esta pesquisa, para o sucesso do apadrinhamento afetivo precisa estar em cena, tanto da parte dos padrinhos quanto dos apadrinhados, algum desejo na direção de “pertencer ao vínculo familiar” no sentido proposto por Berenstein (2011). Ilustraremos esta proposição com uma vinheta produzida a partir de um dos casos de apadrinhamento que acompanhamos, com a devida modificação dos nomes próprios e dados que poderiam identificar as partes:

A Sra. Diva e o Sr. Sávio estavam requerendo a adoção de Miguel, à época com 11 anos. Ele havia iniciado a convivência com a família aos 10 anos através do apadrinhamento afetivo, após duas tentativas frustradas de adoção. Antes de iniciar o vínculo de apadrinhamento, Miguel era uma criança retraída e que não fazia contato visual com a equipe técnica. Ele havia tido episódios de automutilação que preocupavam a equipe da instituição do acolhimento, dificuldades escolares e de socialização com outras crianças no acolhimento. Durante as entrevistas de avaliação do pedido de adoção, a Sra. Diva lembrou uma recente cirurgia feita por Miguel, em que foi confrontada com a realidade objetiva de não ser, ainda, a mãe do ponto de vista legal. Ela esperava com ansiedade que o processo se concretizasse para que a certeza que possuem quanto ao pertencimento de Miguel fosse expressa também pelos documentos e pela mudança no sobrenome. Para ilustrar o pertencimento de Miguel ao círculo familiar, relatou com alegria o episódio em que Marina, sua filha mais velha, criou o “mito” do nascimento de Miguel. Ela explicou que é um hábito da família criar histórias para explicar como cada um de seus filhos teria sido adotado, mesmo os biológicos. Ela disse que se diverte com estas histórias, por ter sido, ela própria, uma filha adotiva. A história de Miguel se inicia com um passeio da família à praia, onde encontraram um ovo de dinossauro que seria devorado pelo grupo no café da manhã. Porém, no instante em que a mãe se preparava para quebrar o ovo e fritá-lo, Miguel saiu de dentro dele, gostou muito da família e quis fazer parte dela. Segundo os requerentes, a criança ficou muito feliz com a criação da sua história particular de entrada nos ritos da família, e pede que a recontem com frequência. Outro fato recente que marcou a acolhida afetiva de Miguel na família, foi a inclusão de sua foto 3x4 na carteira da mãe, junto às fotos dos filhos mais velhos do casal(...) (Notas da autora, 2014)

Com relação à perspectiva da criança, havia a percepção de que após duas tentativas frustradas de adoção, estava difícil para que ele se abrisse a criação de novos vínculos, tanto com outras crianças, como com as equipes da instituição de acolhimento. Era necessário que ele fosse acompanhado e preparado para uma recolocação em família substituta na perspectiva proposta por Levy e Gomes (2016). Naquele contexto, não havia famílias pretendentes dispostas a iniciar um estágio de convivência. A cuidadosa aproximação com a família através do apadrinhamento foi uma estratégia que também teve como enfoque diminuir a ansiedade que a ideia de uma nova devolução na adoção provocava em todos os envolvidos, promovendo uma vivência de rotina familiar que se mostrava fundamental para tratar os sofrimentos denunciados pelos sintomas. Esperava-se que conviver com uma família disposta a acolhê-lo

em suas singularidades, sem a pressão que as expectativas de filiação poderiam provocar, traria um referencial de vida em família que poderia ser um facilitador de uma nova colocação em família substituta, caso houvesse a oportunidade. E neste meio tempo, a convivência familiar estaria garantida através do apadrinhamento. A seguir, apresentaremos um fragmento das interações com o apadrinhado, em que, através da projeção, ele nos contou sobre a sua trajetória de reconstrução da capacidade de se relacionar:

Nas entrevistas com a criança, notamos que ele tinha uma característica mais reservada e por vezes era difícil compreender o que verbalizava. Sempre falava baixo e evitando contato visual. Com o passar dos atendimentos foi sentindo-se mais seguro e sua dicção tornava-se cada vez mais clara. Em um dos atendimentos, aplicamos o procedimento de Desenhos-estórias (Trinca, 2013). Sua estória nos chamou a atenção, pelo fato de ter sido relatado pela família que ele tinha muito medo de cães. Tratava-se da estória de um menino chamado Miguel que saiu para brincar com uma cachorra chamada Menina. Ele tentou passar a mão na cabeça do animal, mas ela o mordeu no braço. Ele contou que a mordida tinha sido de raspão e não havia doído, e tudo foi resolvido com mertiolate e curativo, sem necessidade de ir ao médico. Então ele esperou que Menina parasse de comer e foi brincar com ela novamente. Questionamos se ele não teve medo de tentar se aproximar de Menina mais uma vez, já que havia sido mordido. Ele respondeu que não teve medo, pois a mãe o havia ensinado para não chegar perto quando a Menina estivesse comendo e então ele aprendeu. (Notas da autora, 2014)

Através de sua estória, Miguel parecia nos contar sobre uma cachorra que era acolhida em sua singularidade e não era rejeitada por seus comportamentos agressivos. Com a ajuda da mãe, ele poderia aprender a se relacionar melhor com a agressividade que esteve presente no processo de vinculação e que nas duas tentativas de colocação em família substituta anteriores foram razão de desistência por parte dos pretendentes. As mudanças no comportamento de Miguel eram visíveis para todos que haviam acompanhado o seu caso antes da aproximação com a família que agora buscava regularizar sua adoção. Naturalmente, as dificuldades escolares continuaram e tantas outras questões eram trazidas aos atendimentos como preocupações dos novos pais, mas que eram sempre apresentadas pelo grupo como questões que deveriam ser solucionadas em família, com ajuda profissional se necessário.

Por fim, apontamos a percepção de que nos documentos normativos, todas as vezes que a adoção é citada no contexto do apadrinhamento, ainda que seja para negar a relação entre eles, revela-se algo do que está sendo recusado e que é inerente ao apadrinhamento tal como ele tem sido realizado no cenário nacional – qual seja – existente porque não pôde haver uma adoção e, portanto, almeja-se em último instância, alcançá-la ou alcançar algo próximo disso. É possível que a adoção seja um desfecho para o apadrinhamento em casos como apresentamos, mas esta não é a única possibilidade. Esta seria uma estratégia de aproximação que deveria contar com

a adequada preparação dos pretendentes e crianças para as particularidades da relação que seria estabelecida, caso a caso.

Por outro lado, nos casos em que o apadrinhamento estivesse voltado à criação de vínculos significativos de apoio para crianças maiores e adolescentes, nas hipóteses em que a situação processual ainda não estivesse definida, defendemos que seria fundamental que estes candidatos fossem capazes de integrar, ao menos emocionalmente, a existência da família de origem a este processo de apadrinhamento, para que ficasse claro o limite quanto aos papéis de cada um dos adultos significativos para o apadrinhado.

A apresentação do apadrinhamento como um lugar entre o “tudo” que seria a adoção e o “nada”, nos indicou, ao longo da pesquisa, que o apadrinhamento ainda não atingiu o reconhecimento de sua importância do ponto de vista das instituições que o executam e o regulam, e da dimensão revolucionária que estes vínculos poderiam ter.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O apadrinhamento existe no ordenamento como a resposta da Sociedade e do Estado para a ausência de família, portanto ele necessariamente precisa ser pensado em relação à família de origem (e extensa) e em relação à família substituta por adoção. Ora para se diferenciar destas, explicando quais são as delimitações jurídicas entre a adoção e o apadrinhamento, por exemplo. Ora para se aproximar delas, ao negar que a adoção e o apadrinhamento têm qualquer ligação, embora se espere que a relação entre o padrinho e o afilhado tenha estabilidade e ofereça o suporte afetivo semelhante ao que se encontraria no pertencimento familiar.

De modo análogo, poderíamos ponderar que, para o psicólogo que irá apoiar as práticas de apadrinhamento, esta relação entre o apadrinhamento e a adoção é parte da aliança inconsciente estabelecida na construção dos vínculos entre padrinhos, afilhados, famílias de origem e equipes técnicas. Assim, o enunciado de que “o apadrinhamento não é o mesmo que a adoção”, tão presente nos materiais de divulgação, não é incompatível com o fato de que estas duas práticas estão lado a lado nas ações de garantia da convivência familiar e, embora não seja a regra, a adoção pode ocorrer em um contínuo às relações que se iniciam por meio do apadrinhamento.

A iniciativa de convivência familiar e comunitária prevista através dos programas de apadrinhamento poderia se amparar na condição de precariedade jurídica da relação para ocultar possíveis expectativas de vínculo paterno-filial. Há a defesa de que desta forma se afastaria a angústia eliciada pela possibilidade do estabelecimento de uma relação de filiação com a criança ou o adolescente antes desconhecido. Da mesma forma, o adolescente ou a criança apadrinhada sofreria menores pressões e expectativas na construção do vínculo com uma família substituta.

Ocorre que o caminho percorrido até a inclusão do apadrinhamento afetivo no ECA foi permeado por debates acerca da restrição a que pretendentes habilitados à adoção junto ao SNA se tornassem padrinhos afetivos. O ponto de vista de quem considera esta restrição um prejuízo aponta que parte destas crianças e adolescentes tem conseguido adoção através da participação em programas de apadrinhamento afetivo, pela construção gradativa de vínculo com potenciais adotantes. Os que defendem a restrição, o fazem por entender que poderia ser um fomentador de burlas à ordem do SNA, bem como um gerador de expectativas frustrantes para os

apadrinhados, que veriam seus padrinhos adotando outras crianças quando chegasse a sua vez para o perfil desejado.

Cabe-nos apontar os atravessamentos provocados pela gênese dos programas de Apadrinhamento ter se dado dentro da instituição judiciária. O judiciário não tem a função de execução de políticas públicas e neste contexto, ele deveria estar mais voltado a uma ação articulada de fiscalização dos programas. A atuação do corpo técnico do judiciário e dos Magistrados está intrinsicamente atrelada aos ritos da destituição do poder familiar e da colocação em família substituta por meio da adoção. Embora eles também devam acompanhar as ações de reintegração à família de origem ou extensa, esta execução está de forma mais evidente circunscrita às instituições de acolhimento. Assim, parecem-nos compreensíveis as razões pelas quais os projetos de apadrinhamento gestados no Judiciário tenham uma vocação particular para vincular-se aos trâmites das estratégias mobilizadoras da adoção.

As histórias de acolhimento são singulares e devem ser analisadas caso a caso, se a ausência de família no contexto do acolhimento trata-se de um fato – por exemplo, baseado na orfandade com o desaparecimento concreto da família – ou se é derivada de outros fatores tais como a segunda fragilização dos vínculos que se sobrevém após o acolhimento – outra situação, também comum. Estaria o apadrinhamento, na sua intrincada rede de relações, entre um dos desdobramentos da vida institucional que teria um efeito catalisador para ruptura definitiva de vínculos com as famílias de origem? Que pretensão teria o técnico que analisa tais casos: a intenção de prevenir desencontros entre padrinhos e apadrinhados? Reconhecer a limitação de atuação técnica faz-se fundamental neste contexto de tanto desamparo para todos os envolvidos. Não há garantias, apenas apostas em ações de cuidado que devem e podem ser tomadas pelos profissionais que acompanham os casos de maneira singularizada.

E há as apostas grandiosas, como aquelas que são feitas para marcar um posicionamento ético-político que avança para além da individualidade da relação padrinho-apadrinhado. Elas se lançam a compreender efeitos institucionais em relação aos quais as práticas de apadrinhamento têm se organizado, pactuadas em torno dos cuidados dirigidos à infância pobre. Neste sentido poderia ser necessário, nos processos de preparação, a realização de uma reflexão sincera por parte dos pretendentes, em que fossem confrontados os preconceitos inconscientes eliciados pelo estigma que ainda há em torno das crianças em acolhimento.

Há, em primeiro lugar, que se fazer cumprir a Constituição e o ECA nas suas premissas mais fundamentais, como o direito à vida, o direito a permanecer em família, feito através de

políticas públicas e práticas preventivas, de incentivo e fortalecimento familiar e comunitário. O apadrinhamento ao qual gostaríamos de fomentar alinha-se a este projeto de sociedade, em que a solidariedade não precisa reproduzir lógicas colonizadoras em que a relação padrinho-apadrinhado é prioritariamente pensada como destinada a uma criança isolada e apartada de seu pertencimento familiar, afetivo e sua rede de referenciais culturais. Por que não pensar que o apoio pode ser feito de família a família, de comunidades a famílias?

A constante relação que apareceu nos materiais coletados entre a adoção e o apadrinhamento pareceu-nos reveladora da lógica familista, em que a pertença ao grupo familiar por meio da relação de filiação (e de suas garantias sucessórias), ainda se coloca acima da qualidade do vínculo estabelecido entre seus membros. Se o apadrinhamento procura o fim da invisibilidade das crianças e dos adolescentes em situação de acolhimento, temos a hipótese de que será necessário que os candidatos, tanto a padrinhos quanto a apadrinhados, se desloquem do desejo de ser pai/mãe ou filho/filha, para o desejo de pertencer ao lugar que é possível em cada uma das relações desenvolvidas dentro do apadrinhamento. Retomamos a ideia de *estrangeiridade*, paradigma do vínculo com o outro (BERENSTEIN, 2011). Nesta, o outro desconhecido nos interpela, assim como se sente, por nós, interpelado. Constitui-se uma dança que será criada a partir dos passos dados por um e por outro, em um ritmo pouco previsível, inicialmente. Estes passos não constituirão uma coreografia pronta e deverão continuar a ser produzidos no espaço comum da intersubjetividade. É na continuidade do movimento e do investimento nesta dança que se constitui o vínculo, o pertencimento a este espaço de compartilhamento dos inconscientes, capaz de transcender a relação das trocas utilitárias entre uma possível díade padrinho/provedor-apadrinhado/desprovido.

Poderíamos pensar, como no caso apontado por Dantas (2011), que o apadrinhamento pode ser um vínculo significativo semelhante a um parentesco e ele poderá ser considerado valioso, independente da sua capacidade de redundar em adoções, quando ele não for apenas direcionado àqueles “com remotas chances de adoção”. Embora seja compreensível que a escolha deste público-alvo tem ligação com a necessidade de convivência familiar deste grupo, a política mais adequada para endereçar esta demanda seriam as famílias acolhedoras, como já estava previsto na alteração da Lei 12.010/2009, que a alçou a modalidade de acolhimento preferencial.

Por fim, este estudo nos interpelou a refletir que, apesar da natureza jurídica precária existente na relação de apadrinhamento afetivo, ela é uma aproximação que exige cuidados em

sua execução no que tange à preparação de todas as partes e à integração da história de vida da criança ou do adolescente apadrinhado.

Abrem-se ainda outros caminhos de investigação, como por exemplo, no sentido de construir novas formas de permitir aos padrinhos e apadrinhados o usufruto da sensação de pertencimento. O que se poderia obter da vivência do apadrinhamento, se pudéssemos abandonar a imposição, a estes inconscientes, da equação em que adoção é o “tudo”, em oposição ao “nada”, e que o apadrinhamento é apenas “melhor do que nada”?

8 REFERÊNCIAS

20 ANOS do Projeto Padrinho. Gravação do TJMS no Instagram, transmitida em 26/06/2020, 59 min, disponível em <https://www.instagram.com/tv/CB6hmr9pXxb/>, acesso em 20/07/2020.

ACALANTO Fortaleza. **Primeiras dúvidas sobre o apadrinhamento.** s/d Disponível em <https://www.acalantofortaleza.com.br/apadrinhamento>. Acesso em 21 jul 2020.

ACONCHEGO Grupo de Apoio à Convivência Familiar e Comunitária. **Apadrinhamento afetivo (Site Institucional).** Disponível em <http://aconchegodf.org.br/apadrinhamento-afetivo/>. Acesso em 19 de jul 2020.

ACONCHEGO Grupo de Apoio à Convivência Familiar e Comunitária. **Apadrinhamento: um encontro de afeto e amizade (Cartilha para Padrinhos e Madrinhas).** Disponível em <http://aconchegodf.org.br/wp-content/uploads/2019/07/Cartilha-Padrinhos.pdf>. Acesso em 19 de jul 2020.

ACONCHEGO Grupo de Apoio à Convivência Familiar e Comunitária. **Apadrinhamento: um encontro de afeto e amizade (Cartilha para crianças e adolescentes).** <http://aconchegodf.org.br/wp-content/uploads/2019/07/Cartilha-Apadrinhamento.pdf>. Acesso em 19 de jul 2020.

AGAMBEN, G. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I.** Tradução de Henrique Burigo. 2ª Reimpressão. Editora UFMG, Belo Horizonte, MG, 2007.

APADRINHAR (Site Institucional). **Existe uma opção entre o adotar e o não fazer nada.** Disponível em <https://apadrinhar.org/minas-gerais/>. 2018. Acesso em 19 jul 2020.

ASSOCIAÇÃO JUSCIDADANIA [Site institucional]. **Projeto Dindo.** c2016. Disponível em <https://www.juscidadania.org.br/projeto-dindo/>. Acesso em 14 mai 2021.

BELTRAME, P.; GOMES, I.; RODRIGUES, A.; SANTOS, J. Uma reflexão acerca das estratégias mobilizadoras nas “adoções necessárias”. **Rev. Cad. Comun.**, Santa Maria, v.24, n.2, art 2, p.2 d e 18, Mai/Ago.2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/ccomunicacao/article/view/48534>. Acesso em 23 maio 2021.

BENGHOZI, P. **Malhagem, filiação e afiliação** - psicanálise dos vínculos casal, família, grupo, instituição e campo social. Vetor Editora, 2010.

BERENSTEIN, I. **Do ser ao fazer: curso sobre vincularidade.** Via Lettera. São Paulo, 2011.

BIBLIOTECA DIGITAL MUNDIAL. **“Decretum” de Graciano.** Disponível em: <https://www.wdl.org/pt/item/18193/>. Acesso em: 25 abr. 2021.

BRASIL. **Lei 3.071, de 1º de Janeiro de 1916.** Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm. Acessos em 23 maio 2021.

BRASIL. **DECRETO Nº 17.943-A DE 12 DE OUTUBRO DE 1927**. Consolida as leis de proteção e assistência à menores. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm. Acessos em 24 maio 2021.

BRASIL. **LEI Nº 6.679, DE 10 DE OUTUBRO DE 1979**. Institui o Código de Menores. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1970-1979/L6697.htm#art123. Acessos em 24 maio 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm#art266>. Acesso em 28 abr. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Brasília, DF, 2006. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Plano_Defesa_CriançasAdolescentes%20.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2020.

BRASIL. **Lei 12.010 de 3 de agosto de 2009**. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm#art2. Acesso em 23 maio 2021.

BRASIL. **Lei 13.509 de 22 de novembro de 2017**. Dispõe sobre adoção e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). Diário Oficial da União, Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13509.htm#art2. Acesso em 23 maio 2021.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Mensagem de Veto nº 466 de 22 de novembro de 2017**. Diário Oficial da União, Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Msg/VEP-466.htm. Acesso em 23 maio 2021.

BOUCHER, S.; PARÉ, N.; PERRY, J.; SIGAL, J. & OUMET, M.C. Répercussions d'une enfance vécue en institution: le cas des Enfants de Duplessis. **La psychothérapie interpersonnelle**. Volume 33, Numéro 2, automne 2008, p. 271–291.

BUSCA Ativa Angaad. **Gravação de Associação Nacional de Grupos de Apoio à Adoção**. Brasil: Youtube, 2020 (68 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Azr21rXGOUM>. Acesso em: 22 jul. 2020.

BRADY, B.; DOLAN, P.; MCGREGOR, C. **Mentoring for Young people in Care and Leaving Care: Theory, Policy and Practice**. Routledge Editor, London, 2020. Pp 1-24

CASA DE ACOLHIMENTO REENCONTRO. **Laços do Coração:** programa de apadrinhamento. Rede social facebook. 31 jul 2015. Disponível em <https://www.facebook.com/casareencontro/photos/a.430029100519720/430029070519723/?type=3&theater>. Acesso em 15 maio 2021.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA. **Relatório do PL 9.987/2018.** Brasília, 2019. 4p. Disponível em https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1819323. Acesso em 16 mai 2021.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.** 3a Edição, Petrópolis/RJ, Editora Vozes: 2012. pp- 295 - 316.

COIMBRA, C. Práticas “psi” no Brasil do “milagre”: algumas de suas produções. **Mnemosine Vol. 1, nº0, p.48-52 (2004).** Rio de Janeiro, 2004. Disponível em <http://www.e-publicacoes.uerj.br>. Acesso em 23 maio 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional do Psicólogo** (Cartilha). Brasília, 2005.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Busca de dados estatísticos no site institucional do Sistema Nacional de Adoção. Disponível em <https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=ccd72056-8999-4434-b913-f74b5b5b31a2&sheet=e78bd80b-d486-4c4e-ad8a-736269930c6b&lang=pt-BR&opt=ctxmenu,currsel&select=clearall>. Atualizado em 27 de maio de 2021. Acessos em 27 maio 2021

CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-TJPR. Acolhimento Familiar: orientações iniciais (Cartilha). Biênio 2017- 2018. Disponível em: <https://www.tjpr.jus.br/documents/11900/4588702/Manual+de+Acolhimento+Familiar+-+Orienta%C3%A7%C3%B5es+Iniciais/c28d62b6-0f50-242b-4f50-8d3acb0f303c>. Acessos em 26 maio 2021.

DANTAS, L. M. S. **Criando parentesco:** um estudo sobre apadrinhamento afetivo em Porto Alegre/RS. Dissertação de mestrado, UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, Porto Alegre/RS, Brasil, 2011.

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE. **Resolução CMDCA/BH 132/2016 que dispõe sobre as diretrizes para a execução do Programa de Apadrinhamento Afetivo de crianças e adolescentes em programa de acolhimento institucional no Município de Belo Horizonte.** 2p. Ano XVII. Edição 5194. Belo Horizonte, 2016.

DIÁRIO DE JUSTIÇA DE PALMAS-TO. **Edital nº10, de 17 de Janeiro de 2020. Torna público o Programa de Seleção, Credenciamento, Qualificação e Acompanhamento dos Candidatos a Padrinhos e Crianças e Adolescentes, denominado “Padrinho Nota 10”.** Ano XXXII – Diário de Justiça nº 4659 de 20 jan 2020. 4p.

FONSECA, C. Conexões intergeracionais em famílias acolhedoras: considerações sobre tempo e abrigagem. **PRAIAVERMELHA**. Nº13. Segundo Semestre 2005. Rio de Janeiro, RJ. Pp. 154-173

FREUD, S. A negativa (1925). In: **O Eu e o Id, “Autobiografia e outros textos (1923-1925)**. Obras Completas, vol. 16. Tradução de Paulo César de Souza. Companhia das Letras, São Paulo, 2012. Pp. 275-282.

INNOVARE. **Proposta Apadrinhar**: amar e agir para materializar sonhos. Anais do Prêmio Inovare Edição XII – 2015. 3p. Disponível em <https://www.premioinnovare.com.br/proposta/apadrinhar-amar-e-agir-para-materializar-sonhos-20150514192131023007/print>. Acesso em 20/09/2019.

INSTITUTO AMIGOS DE LUCAS. **Apadrinhamento Afetivo** [Site Institucional]. Disponível em <http://www.amigosdelucas.org.br/?project=apadrinhamento>. Consulta em 06 de junho de 2018.

INSTITUTO FAZENDO HISTÓRIA. **Apadrinhamento afetivo: guia de implementação e gestão [Cartilha]**. São Paulo, 2017. Disponível em www.institutofazendohistoria.org. Consulta em 18 /maio/2018.

GARIB, Odete Janot. **O APADRINHAMENTO AFETIVO E SUA IMPORTÂNCIA NA ADOÇÃO TARDIA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM GOIÂNIA**. 2017. 24fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Direito da Criança e do Adolescente). Escola Superior da Magistratura do Estado de Goiás. Goiânia/GO, 2017.

GUERRA et col. A família processual: Pensando a filiação e a transmissão na contemporaneidade. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**. V. 19. N. (1) 2019. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/43014/29663>. Acesso em 23 maio 2021.

GOMES, Isabel Cristina; LEVY, Lidia. A psicanálise vincular e a preparação de crianças para a adoção: uma proposta terapêutica e interdisciplinar. **Contextos Clínic**, São Leopoldo, v. 9, n. 1, p. 109-117, jun. 2016. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-34822016000100010&lng=pt&nrm=iso. acessos em 27 maio 2021. <http://dx.doi.org/10.4013/ctc.2016.91.09>.

GOODY. J. **The development of the Family and Marriage in Europe**. Cambridge University Press, Cambridge, UK, 1983.

GOULART, J. S.; PALUDO, S. Apadrinhamento Afetivo: Construindo Laços de Afeto e Proteção, **Psico Porto Alegre PUCRS**, 45(1), 35–44, Porto Alegre/RS, 2014.

GREESSON, J.K.P.; THOMPSON, A.E., ALI, S.; WENGER, R.S. It's good to know that you got somebody that's not going anywhere: Attitudes and beliefs of older youth in foster care about child welfarebased natural mentoring. **Children and Youth Services Review**, Vol. 48, 140-149, 2015.

GROSSMAN, J. & RHODES, J. The test of time: predictions and effects of duration in youth mentoring relationships. **American Journal of Community Psychology**, Vol. 30, No. 2, April 2002, 199-219.

HAMAD, Nazir. A criança adotiva e suas famílias. Companhia de Freud Editora, Rio de Janeiro, 2002.

JUIZADO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DE PORTO ALEGRE; MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL; INSTITUTO AMIGOS DE LUCAS. **Termo de Cooperação Operacional para a realização do “Programa Apadrinhamento Afetivo do Instituto Amigos de Lucas”**. Porto Alegre, 19 out 2012. 11p. Súmula publicada no Diário Eletrônico do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Edição nº1064 de 22 nov de 2012.

KAËS, R. **As Alianças Inconscientes**. Editora Ideias & Letras, São Paulo/SP, 2014.

LEAL, L.T. O programa de apadrinhamento afetivo como instrumento facilitador da adoção homoafetiva. In: **R. EMERJ, Rio de Janeiro, v. 18, n.68, p- 126-152. Mar-mai.2015.** Disponível em https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista68/revista68.pdf#page=127. Acesso em 15 maio 2021.

LEVINZON, Gina. Adoção inter-racial na clínica psicanalítica: a construção de um sentimento de identidade própria. **Rev. bras. psicanál**, São Paulo, v. 47, n. 2, p. 166-175, jun. 2013. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0486-641X2013000200015&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 23 maio 2021.

LEVINZON, G. A curiosidade na adoção: terreno pantanoso ou saúde psíquica?. **DESIDADES - Revista Eletrônica de Divulgação Científica da Infância e Juventude**, Online, nº 7, out 2015. Disponível em de <https://revistas.ufrj.br/index.php/desidades/article/view/2631>. Acessos em 25 maio 2021.

LEVY, L.; R. PINHO, P. G.; FARIA, M. M. DE. **“Família é muito sofrimento”**: um estudo de casos de “devolução” de crianças. **Psico**, v. 40, n. 1, 15 abr. 2009.

LIMA, A. S. - Projeto Família Hospedeira - **Revista de Direito da Infância e da Juventude**, vol. 1/2013, p. 305, Jan 2013.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. Métodos de coleta de dados: observação, entrevista e análise documental. In: **Pesquisa em educação: Abordagens qualitativas**. São Paulo, SP, Editora EPU: 1986.

MACHADO, R. N.; FÉRES-CARNEIRO, T.; MAGALHÃES, A. S. Parentalidade adotiva: contextualizando a escolha. **Psico, Porto Alegre**, v. 46, n. 4, p. 442-451, 2015.

MARCILIO, M. L – **História social da criança abandonada**. Editora Hucitec, São Paulo: 1998.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. **Criança e Adolescente** (Site Institucional). s/d. Disponível em <https://crianca.mppr.mp.br/>. Acessos em 27 maio de 2021.

OLIVEIRA, Rita C. S. **No melhor interesse da criança? A ênfase na adoção como a garantia do direito à convivência familiar e comunitária**. Doutorado (Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, São Paulo, 2015.

ONG RECRIAR. **Apadrinhamento afetivo** [Site institucional] http://www.projetorecriar.org.br/site/apadrinhamento_afetivo-mais.htm. Acesso em 06 de jun de 2018.

_____. **Apadrinhamento Afetivo** [Site institucional]. <https://recriarfamilia.wordpress.com/apadrinhamento-afetivo/> Acesso em 09 de maio de 2021.

PASSETTI, E. - Crianças carentes e políticas públicas. In: Del Priori, M (org.) **História das crianças no Brasil**. Editora Contexto, São Paulo: 2013. pp-347-375

PEITER, C. **Adoção** - vínculos e rupturas: do abrigo à família adotiva. Zagadoni Editora: São Paulo, 2011.

PETERNELLI; BELMONTE. Projeto de Lei 775/2021 que dispõe sobre a possibilidade de famílias que se encontram na fila par adoção funcionarem como família acolhedoras e dá prioridade destas mesmas famílias para adotar as crianças ou adolescentes que tenham acolhido. Março, 2021, Brasília, DF. Disponível em https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1972467. Acessos em 26 maio de 2021.

PICHON-RIVIÈRE. E. **Teoria do Vínculo** (1992). Martins Fontes Editora, São Paulo, 2012.

PIEROZAN, Júlia. **Apadrinhamento Afetivo em Santa Catarina**. Trabalho de Conclusão de Curso em Direito, Universidade de Santa Catarina. 198p., Florianópolis, 2019.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE ALAGOAS – **Adoção e Apadrinhamento (Cartilha informativa)** – Maceió, 2018. Recuperado em 06/04/2021 de https://www.tjal.jus.br/arquivos_downloads/20181018092138_Folder-Adocao-e-apadrinhamento_verao_digital-TJ.pdf

PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA. **Portaria nº 001/2017. Institui o Núcleo de Apadrinhamento Sorriso Infantojuvenil**. 5p. Dj-e de 03 de maio de 2017. João Pessoa, 2017.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Apadrinhar: Amar e Agir para realizar sonhos [Cartilha]**. 16p. 1ª impressão: Abril/2017. Rio de Janeiro, 2017.

PREFEITURA DE TERESINA. Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social e Políticas Integradas (Site Institucional). **Apadrinhamento: projeto constrói laços afetivos entre sociedade e crianças acolhidas institucionalmente**. Publicado em 12 de out de 2018. Disponível em: <https://semcaspi.teresina.pi.gov.br/2018/10/12/apadrinhamento-projeto-construi-lacos-afetivos-entre-sociedade-e-criancas-acolhidas-institucionalmente/> Acessos em 19 Jul 2020

RAMOS, Guilherme. Rio Preto: Apadrinhamento é a nova opção menos burocrática de adoção. Jornal D’Hoje Interior. São José Do Rio Preto, 23 de novembro de 2017. Disponível em <https://dhojeinterior.com.br/rio-preto-apadrinhamento-e-nova-opcao-menos-burocratica-de-adocao/>. Acessos em 26 maio 2021.

RIZZINI, Irene. Reflexões sobre pesquisa histórica com base em idéias e práticas sobre a assistência à infância no Brasil na passagem do século XIX para o XX.. In: I CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 1., 2006. **Proceedings online...** Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, Available from: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000092006000100019&lng=en&nrm=abn>. Access on: 23 May. 2021.

ROSSATO, L. A; LÉPORE, P. E.; CUNHA, R. S. **Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei n. 8.069/90 - comentado artigo por artigo**. 11ª ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

SANTA SÉ. CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO (Versão em Português). Conferência Episcopal Portuguesa, Lisboa, 1983. Disponível em http://www.vatican.va/archive/cod-iuris-canonici/portuguese/codex-iuris-canonici_po.pdf. Acessos em 21 abr 2021.

SCHWARTZ, S.; LOWE, S.& RHODES, J. Mentoring Relationships and Adolescent Self-Esteem. **Prev Res. 2012 Apr 1; 19(2): 17-20.** Disponível em <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3873158/#R2>. Acesso em 24 maio 2021

SIQUEIRA, Aline Cardoso; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 71-80, Apr. 2006. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822006000100010&lng=en&nrm=iso>. access on 23 May 2021.

SOUSA, K.K.; PARAVIDINI, J.L.L. Vínculos entre crianças em situação de acolhimento institucional e visitantes da instituição. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 31, n. 3, p. 536-553, 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932011000300008&lng=en&nrm=iso>. access on 19 Mar. 2021. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932011000300008>.

SOUSA, K.K. **Expectativas e frustrações no processo de apadrinhamento de crianças em situação de acolhimento institucional**. Dissertação de mestrado, Universidade de Uberlândia, Uberlândia/MG, Brasil, 2010.

TRINDADE-SALAVERT, I. Subjetividades que se interligam: adotantes, adotados e intermediários. In: _____ (Org.). **Os novos desafios da adoção - interações psíquicas, familiares e sociais**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2010. p. 15-43.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE. **Provimento COGER nº 04/2020: Acrescenta artigos ao Código de Normas dos Serviços Judiciais do Estado do Acre, instituído pelo Provimento COGER nº 16/2016, dispondo sobre Programa de Apadrinhamento e dá outras providências**. D.O.J de 03 de fevereiro de 2020, Rio Branco, AC, 2020.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS – **Portaria nº 02/2016 – Institui o Núcleo de Apadrinhamento da Comarca de Maceió e outras providências** – Publicado do DOJ de 20 de junho de 2016, fls. 90 a 95. Ano VIII, Edição 1650 - Maceió, AL, 2016.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ- **Provimento nº 0317/2016 - Dispõe sobre a regulamentação do programa de apadrinhamento afetivo de crianças e adolescentes em instituições de acolhimento no âmbito da Justiça do Estado do Amapá.** Macapá, 2016.

_____. - Justiça do Amapá assina termo de Cooperação técnica do Programa Apadrinhamento Afetivo. Macapá, 2015. Disponível em <https://www.tjap.jus.br/portal/publicacoes/noticias/4375-justi%C3%A7a-do-amap%C3%A1-assina-termo-de-coopera%C3%A7%C3%A3o-t%C3%A9cnica-do-programa-%E2%80%9Capadrinhamento-afetivo%E2%80%9D.html>. Recuperado em 16 de fev de 2020

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS. **Projeto Apadrinhar: A proteção acontecendo sob nova perspectiva (Relatório técnico).** Manaus, 2017. Disponível em http://abraminj.org.br/Painel/arquivos/projeto_apadrinhar_a_protecao_acontecendo_sob_nova_perspectiva_pdf.pdf. Acesso em 19 jul 2020

_____. **TJAM e Rede Acolher realizam oficina de apresentação do Projeto Apadrinhar.** Manaus, 2017[2]. Disponível em <https://sistemas.tjam.jus.br/coij/?p=2923>. Acesso em 21 jul 2020.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA. **Ato Conjunto nº 15 de 12 de julho de 2017 que dispõe sobre os requisitos necessários à elaboração e à execução dos projetos de apadrinhamento de crianças e adolescentes acolhidos no Estado da Bahia.** D.J-e 1946 de 19 de julho de 2017. Salvador, BA, 2017. Pp- 128-130.

_____. **Família para todos.** Informativo TJBA nº2 Ano I – Salvador, BA, 2018. Disponível em: <http://www5.tjba.jus.br/portal/wp-content/uploads/2018/05/Informativo-n.2.pdf>. Acesso em 07 ago 2019.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ. **Resolução do Órgão Especial nº13/2015 que regulamenta o apadrinhamento afetivo, apadrinhamento financeiro e apadrinhamento para prestação de serviços em todo o Estado do Ceará e dá outras providências.** DJ-e de 10 de agosto de 2015. Ano VI, Edição 1263. Fortaleza, 2015. Pp. 2-9.

_____. **Programa de Apadrinhamento Afetivo Estreitando Laços.** Folder de Divulgação. 2 páginas. Fortaleza, CE, 2017. Disponível em <https://www.tjce.jus.br/wp-content/uploads/2017/04/Estreitando-La%C3%A7os-28Folder29.pdf>. Acesso em 19 jul 2020.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Ato Normativo Conjunto nº13/2015 que Dispõe sobre os requisitos necessários à elaboração e à execução dos projetos de apadrinhamento de crianças e adolescentes acolhidos no Estado do Espírito Santo.** E-Diário TJES Edição nº 270815 de 27 de agosto de 2015. Vitória, 2015.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO GOIÁS. **Portaria TJGO nº20/2013 do Juizado da Infância e da Juventude da Comarca de Goiânia que dispõe sobre o programa Anjo da Guarda.** De 23 de setembro de 2013. Goiânia, 2013.

_____. **Portaria TJGO nº10/2004 do Juizado da Infância e da Juventude da Comarca de Goiânia que DISCIPLINA A CRIAÇÃO DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO E APOIO ÀS ENTIDADES DE ABRIGO E ESTABELECE A EXECUÇÃO DO PROJETO ANJO DA GUARDA.** Goiânia, 2004.

_____. **Portaria TJGO nº54/2018 do Juizado da Infância e da Juventude da Comarca de Goiânia que altera a portaria n 20/2013 que dispõe sobre o programa Anjo da Guarda na Comarca de Goiânia.** Goiânia, 2018.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MATO GROSSO DO SUL. **Projeto Padrinho [Site Institucional]**. Disponível em <https://www.tjms.jus.br/projetopadrinho/index.html>. Acesso em 06 de junho de 2018.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MATO GROSSO DO SUL. **Projeto Padrinho [Cartilha]**. Campo Grande, 2014. 44p.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MATO GROSSO DO SUL. **Resolução 429/2003 que dispõe sobre o Projeto Padrinho e dá outras providências.** Publicado no DJ-MS-03(698):2 de 01.12.03. Campo Grande, 2003.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO. **Projeto Padrinhos [Cartilha]**. 22p. Cuiabá, 2012.

CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA DE MATO GROSSO. **Provimento CG 37/2012 dispõe sobre o Projeto Padrinhos e dá outras providências.** 6p. Cuiabá, 2012.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ. **Portaria Conjunta nº1/2014 que dispõe sobre a execução do Programa de Apadrinhamento de Crianças e Adolescentes Acolhidos "Conta Comigo".** Diário da Justiça – Edição nº5589/2014. Belém, PA, 2014.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ. **Programa de Apadrinhamento Conta Comigo** [Site institucional]. S/D. Disponível em www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Infancia-e-Juventude/1221-PROGRAMA-DE-APADRINHAMENTO-CONTA-COMIGO.xhtml. Acesso em 06 abr 2021.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA. **Coinju incentiva a implantação de projetos de apadrinhamento de crianças e adolescentes no estado da Paraíba.** Publicado em 26/03/2018. Disponível em <https://www.tjpb.jus.br/noticia/coinju-incentiva-a-implantacao-de-projetos-de-apadrinhamento-de-criancas-e-adolescentes-na>. Acesso em 19 jul 2020.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **Apadrinhamento afetivo ameniza a dor de quem vive à espera de um lar: Pernambuco que acolhe.**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **ATO NORMATIVO CONJUNTO nº 08 / 2017 que dispõe sobre a institucionalização e disseminação do Projeto "Apadrinhar - Amar e Agir para Realizar Sonhos", criando o PROGRAMA DE APADRINHAMENTO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, e estabelece os requisitos necessários à elaboração e à execução dos projetos de apadrinhamento de crianças e adolescentes em medida de acolhimento institucional no âmbito das Varas com competência em Infância e Juventude do Estado do Rio de Janeiro.**

DJERJ, ADM, n. 176, p. 2. De 30 de maio de 2017. Disponível em: http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=201885&integra=1. Acesso em 09/05/2021.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Provimento nº 176 de 16 de julho de 2018. **Dispõe sobre o Projeto Padrinhos e dá outras providências**. DJ-e ano 12. Edição 2566, 16 jul 2018. Natal, RN, 2018.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Provimento CG 45/2015**. D.O.J de 21 de janeiro de 2016, São Paulo, SP, 2016.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO. **Portaria TJSP nº01/2008 da Terceira Vara Cível da Comarca de Pindamonhangaba que dispõe sobre a regulamentação do programa de apadrinhamento Projeto Família Hospedeira**. Pindamonhangaba/SP, 2008.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Apadrinhamento afetivo/financeiro** [Site Institucional]. s/d. Disponível em <https://www.tjsp.jus.br/ApadrinhamentoAfetivo>. Acesso em 23 maio 2021.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA; ABRIGO PEDRA PINTADA. **Programa de Apadrinhamento Afetivo**. Cartilha. 28p. Boa Vista/RR, 2017.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO SERGIPE. Programa de Apadrinhamento Afetivo Ser Humano (Site Institucional). s/d. Disponível em <https://www.tjse.jus.br/infanciaejuventude/acoes-e-projetos/programa-de-apadrinhamento>. Acessos em 25 maio 2021.

TRINCA, Walter. Formas compreensivas de investigação psicológica: procedimento de desenhos-estórias e procedimento de desenhos de família com estórias. São Paulo, Vetor Editora, 2013.

VALENTE, J. **Família Acolhedora**: as relações de cuidado e de proteção no serviço de acolhimento. Editora Paulus, São Paulo, 2013.

VIDIGAL, Claudia de Freitas. **Apadrinhamento afetivo**: a perspectiva dos jovens. 2020. 120 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia: Psicologia Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020.

APÊNDICES

APÊNDICE I - Fluxo geral de candidatura dos padrinhos

Apadrinhamento: fluxo de candidatos a padrinhos

APÊNDICE II – Fluxo de inclusão de crianças e adolescentes em apadrinhamento afetivo

Fluxo de inclusão de crianças e adolescentes em apadrinhamento afetivo

APÊNDICE III – Desdobramentos possíveis do Apadrinhamento afetivo

Desdobramentos possíveis do Apadrinhamento Afetivo

APÊNDICE IV – O apadrinhamento no plano de convivência familiar e comunitária